

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CESAR EUGÊNIO MACEDO DE ALMEIDA MARTINS

**A DINÂMICA DO RECRUTAMENTO MILITAR NA PROVÍNCIA DE MINAS
GERAIS: MOBILIZAÇÃO, CONFLITO E RESISTÊNCIA DURANTE A
GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870)**

**Juiz de Fora
2009**

CESAR EUGÊNIO MACEDO DE ALMEIDA MARTINS

**A DINÂMICA DO RECRUTAMENTO MILITAR NA PROVÍNCIA DE MINAS
GERAIS: MOBILIZAÇÃO, CONFLITO E RESISTÊNCIA DURANTE A
GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870)**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Silvana Mota Barbosa

**Juiz de Fora
2009**

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em

Presidente: Prof. Dr. Vitor Izecksohn

Titular: Prof. Dr. Alexandre Mansur

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Silvana Mota Barbosa

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo que tenho conseguido na vida.

Agradeço aos meus pais Paulo Cezar e Maria José, cujos exemplos de cidadania, perseverança, amor e fé guiaram-me pelos caminhos da vida. Ao meu irmão Paulo Gustavo, amigo e companheiro que sempre me incentivou a continuar a escalada pela montanha do conhecimento, mesmo quando pensei em desistir. Valeu Paulão!

Meu muito obrigado à minha namorada Ísis, colega de curso, amiga e companheira, pelo incentivo, pelo apoio, e por sua paciência nos momentos mais difíceis dessa trajetória.

À minha Tia Rosina, minha madrinha, cujo coração é de uma generosidade sem igual. Foi ela que me acolheu quando tive que frequentar o Mestrado em Juiz de Fora. Aos meus primos Marcos Henrique e João Luiz, que cederam parte dos seus espaços para que eu pudesse me acomodar em sua casa.

À professora Silvana Mota Barbosa, que com inteligência e senso crítico orientou-me durante todo o curso e sobretudo na elaboração da minha dissertação e sem a ajuda dela tudo isso não seria possível.

Ao professor Alexandre Mansur, cuja competência, talento e dedicação à História influenciaram-me durante todo o mestrado, além de suas justas e enriquecedoras críticas.

Ao professor Vitor Izecksohn por ter colaborado muitíssimo no plano que elaborei para a minha dissertação. Também agradeço-lhe pelo incentivo, pela sua generosidade e pelas orientações que dele recebi.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFJF, incansáveis no apoio e na difícil tarefa de atender com presteza e eficiência às minhas reivindicações.

À Universidade Federal de Juiz de Fora pelo apoio materializado pela concessão de uma bolsa de estudo, fundamental para a consecução do meu objetivo.

À todos que de alguma forma me apoiaram e que permitiu que esse trabalho fosse feito, meus sinceros agradecimentos.

***“A pior desgraça em todo universo é ser
recruta no Brasil. É uma punição. Um
soldado comum é considerado um
escravo miserável.”***

General Cunha Mattos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A GUERRA DO PARAGUAI NAS MINAS GERAIS	18
2.1 Minas Gerais e a Guerra.....	18
2.2 Minas do século XIX: economia e demografia e seus reflexos na guerra.....	33
3 O RECRUTAMENTO MILITAR: DINÂMICA E FUNCIONAMENTO	43
3.1 O Recrutamento militar brasileiro no Brasil Imperial.....	43
3.2 Tensões e Contradições do Recrutamento Militar Sob as Condições de Guerra.....	53
4 OS MINEIROS E AS ARMAS: A REPERCUSSÃO DO RECRUTAMENTO NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS	71
4.1 A guerra e as modalidades de incorporação militar.....	71
4.2 As Formas de Resistência e Evasão ao Recrutamento na Província de Minas.....	86
4.3 Comparação Interprovincial da Contribuição ao Esforço de Guerra.....	100
CONCLUSÃO	103
FONTES	108
BIBLIOGRAFIA	111

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

QUADRO 1 Estrutura hierárquica de emissão de ordens para o recrutamento militar durante a Guerra do Paraguai.....	22
TABELA 1 População por condição, regiões mineiras e Província de Minas Gerais(1831-1872).....	34
TABELA 2 Proporção de pedidos de isenção durante os anos de guerra.....	97
GRÁFICO 1 Contribuição ao Esforço de Guerra Total, por Províncias, 1865-1870 (Número de Habitantes por Soldado).....	101

RESUMO

A historiografia relacionada às questões militares vem ganhando novos adeptos preocupados em “fazer história” desprendendo-se da perspectiva positivista, tradicionalista e ufanista. Neste sentido, observa-se que esse atual enfoque no estudo da instituição militar e de seus elementos relacionados pode proporcionar novos caminhos metodológicos e diferentes abordagens históricas que levem a uma nova compreensão da história social e cultural do Brasil. Assim, pretendemos discutir sobre o recrutamento militar na província de Minas Gerais, destacando a mobilização, a dinâmica, os possíveis conflitos e a resistência que por lá ocorreram durante o período entre 1865 e 1870, ou seja, durante a Guerra do Paraguai. Daremos ênfase à análise da representação e da influência do recrutamento militar durante o conflito do Brasil contra o Paraguai, e a relação desta incorporação compulsória de homens nas organizações militares diante da conjuntura social, política e econômica da província mineira, atentando-nos às suas prováveis peculiaridades.

Palavra-chave: Recrutamento Militar. Guerra do Paraguai. Brasil Império.

ABSTRACT

The study of history related with military subjects is getting new adepts worried in “making history”, going away from this positive, traditional and nationalistic perspective. In this sense, it is observed that a present focus on the study of the army formation and its elements can provide new approaches and different historical ways, which take to a new comprehension of the social and cultural history of Brazil. We intend to discuss about the military recruitment in the province of Minas Gerais emphasizing the mobilization, the dynamic, the possible conflicts and the resistance that occurred in Minas Gerais within 1865 and 1870 (Paraguay War). We want to underline the result of the military recruitment during the battle of Brazil against Paraguay and understand how it influenced in the political, social and economical structure of the Minas Gerais province, drawing our attention to possible peculiarities.

Key-words: Military recruitment. Paraguay War. Brazil Empire.

1 INTROUÇÃO

A perseguição aqui por parte da policia continua em maior escalla. A 14 do corrente mez estando Barnabé Alves na porta do 2º substituto do juiz municipal, em exercicio, e sendo ali provocado por um inspector que nunca seria Liberal: só por isso foi ali mesmo espancado, e nem auto corpo de delicto se fez apezar de ficar gravemente ferido, e o sangue da victima ter salpinado a porta do juiz municipal. Há bem poucos dias um outro inspector irmão do 2º supplente do delegado em exercicio foi prender a um menor de desesete annos, para recruta e como este procurasse evadir-se da escolta cercarão-no e depois de preso espancarão-no, e assim o condurirão para a cadêa..

Villa de S. João Baptista 28 de Maio de 1867¹.

A violência e os “atropelos” das leis marcaram os anos do Império do Brasil na campanha contra o Paraguai. O que vimos para a Villa de São João Baptista foi prática recorrente naqueles tempos beligerantes. Mesmo sabendo das punições, a tentativa de evasão, sem sucesso ou com sucesso, ilustrou bem como os indivíduos viam o esforço do preenchimento das fileiras militares. De fato, o recrutamento militar não era bem visto pelos indivíduos, principalmente os mineiros.

Neste sentido, esta dissertação tem por finalidade tratar do recrutamento feito em Minas Gerais ao longo da guerra, atentando-nos para sua dinâmica e seu funcionamento. Sem dúvida, a Guerra do Paraguai foi o mais importante conflito no qual o Brasil esteve envolvido no século XIX. Tendo início em finais de 1864 e terminado em 1870, essa guerra causou danos irreversíveis para as nações que nela se envolveram. Antes mesmo dessa guerra, já existiam sérios atritos na região do Prata, disputas territoriais e políticas que se desenrolavam desde o tempo das missões colonizadoras de Portugal e Espanha. A região de fronteira entre Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil encontrava-se constantemente em conflito desde o período em que espanhóis e portugueses exploravam estas áreas, ocorrendo disputa de terras, o que, entre outros motivos, gerou a guerra. O confronto armado promoveu a mobilização de recursos em larga escala, o

¹ “Constitucional”. Notação: JM-1239984. Edição: 44 . Data: 28/06/1867. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

que provocou a “reestruturação” do exército, que, diante dessa situação, organizou-se para o pesado esforço da campanha. Sendo assim, muitos estudos apontam essa guerra como a mais destrutiva e sanguinolenta das que assolaram a América do Sul no século XIX, consumindo centenas de milhares de vidas².

A Guerra do Paraguai foi registrada por fotógrafos, por diários de pessoas que viviam no *front* de guerra, por soldados, por estrangeiros que se aventuraram no campo de batalha, gravando em suas anotações e em seu imaginário os momentos que marcaram aquele episódio, descrevendo versões partindo de suas próprias impressões do conflito. Além disso, os jornais da época, que circulavam nos países participantes, geraram fontes de informações fundamentais para uma melhor compreensão da guerra, sendo fontes essenciais no trabalho histórico. Diversos jornais e panfletos circulavam nos países envolvidos, bem como nos campos de guerra.

As primeiras obras a respeito do conflito foram elaboradas logo depois do fim da guerra. Essa primeira historiografia, em sua maioria, foi elaborada por militares que lá estiveram ou por viajantes que se aventuravam pelos territórios beligerantes na busca por informações do episódio. Marcada pelo sentimento ufanista e de “missão cumprida”, essa perspectiva histórica moldou o imaginário da guerra justificando o esforço feito pelo governo brasileiro para vencer o conflito.

Esse evento foi um assunto muito abordado pela historiografia militar tradicional³, principalmente na historiografia militar do início do século XX que, ao escrever e reescrever a participação do Brasil na guerra, moldou um “espírito patriótico e de nação” fundamental na construção da imagem da República Brasileira e do Exército Brasileiro como instituição forte e organizada. Seguindo esta visão, muitos autores idealizaram a guerra, seu desenrolar e suas consequências. Heróis e mitos foram forjados e elevados ao “Altar da Pátria” com lugar privilegiado no “Panteão Nacional”. Alguns autores, entre o final do século XIX e o início do século XX, preocupados com o projeto de construção do Estado brasileiro e com forte sentimento ufanista, característico dos republicanos⁴, deram cunho folhetinesco às ações passadas em terras

² BETHELL, Leslie. “A Guerra do Paraguai. História e Historiografia”. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai-130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 12.

³ A historiografia militar tradicional brasileira é representada em sua maioria por militares, como o General Paulo Queiroz Duarte, Dionísio Cerqueira, Tasso Fragoso, A d Escragnolle Taunay.

⁴ Os republicanos dos primeiros anos da República, muitas vezes inseridos nos ideais positivistas, se caracterizaram, bem como a produção intelectual que produziram, pela construção de batalhas simbólicas; o mito de origem, a construção do herói romântico e da batalha espetacular viva no imaginário coletivo, formadas e afirmadas com o propósito de tornar a República (o novo regime) não só aceito pela

paraguaias. Para eles, a origem da guerra estaria condicionada à ambição desmedida de Francisco Solano López e seu caráter ditatorial e autoritário.

No fim da década de 1920, início da década de 1930, quando os cursos de História se estabeleceram no país, muitos artigos e livros foram publicados sobre o tema. Nessas abordagens prevaleceu o julgamento de Solano López como o grande culpado do conflito. Para tanto, esta perspectiva utilizou-se de dados militares e diplomáticos, referendando fatos e acontecimentos numa sucessão de operações e manobras, formulando uma narrativa geral da guerra. Assim sendo, essa historiografia, tido como tradicional, demonstrou que a origem do conflito se deu pela ambição desmedida do Chefe de Estado guarani⁵.

No século XX, nos anos 1960, surgiu uma corrente revisionista sobre a História da Guerra do Paraguai. Autores como León Pomer, da Argentina (*La Guerra Del Paragua! Gran Negocio!*) e o jornalista Julio José Chiavenato do Brasil (*Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*), passaram a defender a tese de que o Paraguai foi massacrado pelo Brasil, Argentina e Uruguai que se uniram devido à influência do governo britânico, que temia a “independência econômica” do Paraguai. Neste sentido, tal historiografia caracterizou-se por apresentar uma visão do Paraguai como um país desenvolvido, considerando que a guerra foi um instrumento para romper com seu desenvolvimento econômico e político. O Paraguai foi visto como vítima da agressão imperialista e capitalista, numa visão que dava a entender que a Inglaterra teria sido o “quarto Aliado” na campanha de destruição do Estado paraguaio. A visão revisionista teve seu auge na década de 1970, caracterizada por motivações ideológicas, deixando de lado as questões documentais, na tentativa de construir um mito revolucionário e libertário com a figura de Solano López para a América do Sul.

população como marcado pela mudança “revolucionária”, como aponta José Murilo de Carvalho em “*A formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*”. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

⁵ A historiografia tradicional brasileira, representada em sua maioria por militares, como o General Paulo Queiroz Duarte, Dionísio Cerqueira, Tasso Fragoso, A d'Escragnolle Taunay, apresentam em suas clássicas obras: *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, *História da Guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai* e *A Retirada da Laguna*, respectivamente, a idéia sistematizada e “simplificada” de que este conflito internacional foi ocasionado pelas pretensões tirânicas do presidente paraguaio, Solano López, em conquistar toda região platina e então tornar-se o “Napoleão do Prata”.

Dessa forma, a Tríplice Aliança é entendida como mecanismo da ação imperialista inglesa contra o “autônomo e independente” Paraguai⁶.

Contudo, hoje já é possível afirmar que o Paraguai era um país pobre do ponto de vista econômico⁷ e que a historiografia do anos 1960-1970, influenciada pelo revisionismo histórico, construiu versões julgando o imperialismo inglês e a “covardia” da Tríplice Aliança como as causas da tragédia paraguaia, revisionismo este influenciado pelo momento histórico das ditaduras militares na América do Sul. Dessa maneira, os trabalhos revelaram a luta entre duas estratégias de desenvolvimento: a paraguaia (autônoma, sem dependência do capital externo) e a brasileira e argentina (dependente dos recursos financeiros e tecnológicos estrangeiros). Essa historiografia colaborou com o projeto político que tinha por objetivo a construção de uma América Latina forte e independente dentro do contexto dos regimes militares⁸.

Todavia, outras interpretações foram atribuídas ao conflito, ampliando para além de uma visão estrutural e econômica as causas da guerra. Sua reescrita possibilitou uma vasta coleção de interpretações sobre a guerra. Os estudos publicados no fim dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990 inserem uma crítica ao revisionismo dos anos 1960 e 1970, enfatizando nas pesquisas a questão das tensões territoriais de fronteira, bem como a estruturação dos Estados Nacionais envolvidos no conflito⁹.

De acordo com a recente historiografia¹⁰, as origens do conflito na região do Prata remontam às guerras entre espanhóis e portugueses no século XVIII pelo domínio de terras, relacionando-se com os diferentes processos de formação nacional por que

⁶ CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, e CHIVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

⁷ Os estudos de Salles, Doratioto e Izecksohn apontam que o Paraguai não atingiu a condição de país desenvolvido.

⁸ O mesmo revisionismo histórico apresentado por Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro. Zahar, 1974, por Otavio Ianni em *Estado e capitalismo. Estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, e Fernando Henrique Cardoso em *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, 5ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, estudiosos que construíram o pensamento da autonomia nacional e de dependência internacional.

⁹ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; SCHULZ, John. *O exército na política. Origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1994; SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel. A Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996; MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org). *A Guerra do Paraguai 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995 e MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1998.

¹⁰ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: memória e imagens*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003 e IZECKSON, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

passavam os países envolvidos e também ligados aos interesses geopolíticos e econômicos da região platina. Seguindo esta análise, as questões que envolveram a guerra podem ser entendidas como consequência de conflitos internos e jogo de interesses entre os países da Bacia do Prata.

Com o processo de independência dos países que faziam fronteira no Prata, os limites territoriais foram estipulados por meio de acordos, o que gerou a instabilidade na região de fronteira. Com as fronteiras “abertas” os países envolvidos buscaram seus interesses por meio de manobras diplomáticas e ações armadas. Para tanto, a presença inglesa foi evidente, uma vez que os ingleses estavam dispostos a fazer dinheiro com a guerra. Porém, contrariando a idéia revisionista do imperialismo inglês, a ajuda que a Inglaterra deu aos aliados, mais que ao Paraguai, se deve por uma lógica de mercado, ou seja, investir no provável vencedor da guerra era garantia de remuneração sem maiores riscos.

A nova historiografia militar acerca do conflito critica as ponderações da historiografia militar revisionista que insistiu em afirmar que o exército paraguaio era disciplinado, o que de fato nunca existiu. O exército do Paraguai não possuía uma oficialidade compatível com número de soldados que, além do mais, combateram utilizando armamentos remanescentes do período colonial (ineficazes para os embates contra armas mais sofisticadas como os encouraçados brasileiros)¹¹. Ou seja, contrariando a idéia do “mito” do “Paraguai-Maior”, de uma fantasiosa imagem construída pelo revisionismo histórico, o país guarani não era um país avançado, independente do capital estrangeiro, nem mesmo industrializado.

Nem por isso a guerra deixou de ser tarefa fácil para os brasileiros. Mesmo a recente historiografia revelando o potencial bélico e mensurando de forma mais precisa o “grau” de ameaça dos soldados de Solano López, fazer a guerra contra os paraguaios teve seu preço, na verdade um alto preço. A guerra como muitos pensam não se fez apenas nas trincheiras e nas zonas de combates. Ela também se deu dentro dos países que participaram do conflito¹². A corrida para a formação dos corpos de soldados gerou uma insatisfação desmedida, exacerbada na medida em que as necessidades da campanha impunham práticas violentas e ilegais nas localidades na ação recrutadora. Era necessário “alimentar” com homens a máquina de guerra. Como entender a guerra

¹¹ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Op. Cit. p. 93.

¹² MARCO, Miguel Angel de. *La guerra del Paraguay*. 1º Ed. Buenos Aires. Planeta, 2003.

sem saber quem eram os soldados? Como eles eram recrutados? Todos eles queriam lutar? Como funcionava a ação recrutadora?

A historiografia militar destinada ao estudo dos exércitos e das guerras quase sempre esteve atrelada a uma “História Monumental” preocupada em criar mitos, heróis e mártires. Atualmente, a historiografia relacionada às questões militares vem ganhando novos adeptos preocupados em “fazer história”, desprendendo-se dessa perspectiva positivista e ufanista. Nesse sentido, observa-se que o estudo da instituição militar e do recrutamento pode nos proporcionar novos caminhos metodológicos e novas abordagens históricas no intuito de compreender a história social e cultural do Brasil.

A guerra alterou a dinâmica das estruturas de poder, marcando o ponto de inflexão do desgaste das instituições imperiais e, por fim, a ruptura do *status quo* vigente. Por ter essa importância na historiografia brasileira, muitos autores enfatizam, principalmente, as batalhas militares travadas no teatro de guerra, além de estudos políticos, econômicos, culturais e sociais, relegando a um plano secundário o alistamento militar e suas implicações nas diversas esferas sociais.

As consequências da guerra foram lastimáveis; metade do território paraguaio foi tomada pelos vencedores. Segundo a perspectiva revisionista, a população foi reduzida a 30% do total de habitantes. Desses 70% de mortos ou desaparecidos, 99% eram pessoas do sexo masculino¹³. Outros autores afirmam que a população caiu de 1,5 milhão de habitantes para 500 mil, sendo a maioria composta de velhos, crianças, mulheres e inválidos. A derrota do Paraguai não só dizimou sua população, como também arruinou sua economia, havendo a desarticulação das tarifas alfandegárias, a destruição de fornos de fundição, e o fechamento ao livre comércio. Com isso, o Paraguai foi à falência, sendo derrotado e invadido, transformando-se num dos países mais pobres e subdesenvolvidos da América do Sul, entregue à oligarquia latifundiária.

Para o Brasil, as consequências da guerra marcaram definitivamente nossa história. Apesar da superioridade militar, econômica e demográfica dos países aliados, a guerra estendeu-se por quase 5 anos (1865-1870). A guerra do Paraguai expôs a fragilidade militar brasileira, sendo, porém, o Império capaz de superar essa fragilidade, mobilizando todos os seus recursos em direção ao *front* de guerra. O confronto, que seria breve (de acordo com a logística prévia dos oficiais), arrastou-se até 1870, fazendo nascer uma nova instituição no cenário brasileiro: o exército. Com o

¹³ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Op. Cit. p. 456.

desenrolar das batalhas, os militares voltaram para casa com uma nova representatividade frente à sociedade monarquista: a profissão das armas tornava-se uma forma de ascensão social até então impensável na política imperial¹⁴. Além disto, a experiência da guerra favoreceu a formação de um exército regular e a ampliação do território brasileiro, pois foram anexadas áreas na fronteira de Mato Grosso.

Segundo Francisco Doratioto, as consequências da guerra poderiam ter sido outras, caso Solano López não tivesse se precipitado ao tomar a decisão de invadir Mato Grosso, no momento em que seu governo comprara armamentos na Europa, e prestes a serem entregues foram barrados pela esquadra brasileira¹⁵. Diante das conjunturas apresentadas, podemos concluir que o ataque paraguaio ao território brasileiro demonstrou o despreparo das forças imperiais de defesa na fronteira mato-grossense e o erro logístico de Solano López, que desejava fazer uma “guerra- relâmpago”. Contudo, a reação do Império do Brasil foi rápida. Mesmo com muitas dificuldades, o governo imperial sustentou a campanha contra o Estado guarani, com suprimentos, armas e homens. Destes homens, alguns mineiros.

A necessidade de soldados se fez presente, marcando um tempo de descumprimento de regras acerca do recrutamento. Diante desta questão, pretendemos analisar o recrutamento militar durante a Guerra do Paraguai (1865-1870) e a relação dessa incorporação compulsória de homens nas organizações militares com a conjuntura social, política e econômica da província de Minas Gerais. Procuramos, mais especificamente, compreender porque a província mais populosa do Império era também a que menos oferecia combatentes. Nesse sentido, o presente trabalho consiste na contextualização da guerra, na identificação das modalidades de incorporação, das tensões, contradições e resistência ao recrutamento em Minas.

Utilizamos como fontes documentais os Relatórios do Ministério da Guerra e da Justiça, Relatórios do Presidente da Província e as correspondências mantidas entre os encarregados pelo recrutamento e o Presidente da Província, ou seja, os Juizes de Paz, Comandante da Guarda Nacional, Chefes de Polícia, Delegados e os Subdelegados das diferentes jurisdições. Tais documentos foram analisados através do trabalho de

¹⁴ IZECKSON, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Op. Cit. pp. 147-159.

¹⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Op.Cit. p.93.

pesquisa no Arquivo Público Mineiro e também no *site* da Universidade de Chicago¹⁶, que disponibiliza a documentação referente aos Relatórios dos Presidentes de Província.

Tendo como inclinação teórica as formulações da Nova História Militar¹⁷, procuramos fazer uma investigação empírica e teoricamente orientada dando uma nova ênfase aos acontecimentos e fatos ligados às forças armadas, vendo na guerra e na formação dos exércitos modernos fenômenos indissolúvelmente ligados à política e à história social e cultural de Minas Gerais.

Que características demográficas, políticas, econômicas destacavam Minas Gerais como uma província refratária ao serviço das armas? O que levava o mineiro a torna-se um “rebelde” frente à incorporação militar? Por que Minas, apesar de ser a província mais populosa, foi a que menos ofertou soldados para as fileiras da guerra? São essas as questões que nortearão este trabalho, na tentativa de analisar o mecanismo de recrutamento em Minas Gerais ao longo da Guerra do Paraguai (1865-1870).

Para se compreender o recrutamento militar durante a Guerra do Paraguai é fundamental que façamos uma análise das relações de poder entre o Estado (na figura dos representantes do processo de recrutamento e das autoridades provinciais e imperiais) e a população. É por esse caminho que podemos perceber e identificar os mecanismos e instrumentos de incorporação, que marcaram a história conflituosa da população livre pobre do Império, uma vez que o ato de recrutar era visto pelo povo como uma punição ou como um castigo.

Neste trabalho, veremos no primeiro capítulo uma análise diferente sobre a Guerra do Paraguai, enfocando a visão dos mineiros do conflito por meio de um periódico conservador. Nesta primeira parte descreveremos a dinâmica da batalha e como os mineiros viam este conflito, apresentando algumas características econômicas, populacionais e geográficas da província de Minas Gerais. Nos atentaremos para perceber como as notícias da guerra repercutiram em território mineiro, apontando como a ação do recrutamento interligava todas as partes do Império (Corte/Província/Localidade).

No segundo capítulo, trataremos do funcionamento do recrutamento fazendo um contraponto entre sua ação antes da guerra e durante a guerra. Ao analisar essa questão evidenciamos que a Guerra do Paraguai representou um elemento desestabilizador ao

¹⁶ *Site* da Universidade de Chicago: <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsb/nartness/paraguay.html>.

¹⁷ A Nova História Militar tem como paradigma a crítica a versão revisionista da História, bem como o tratamento de novos atores dentro dos acontecimentos militares. Seus principais nomes são: Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay, Francisco Doratioto.

causar o desgaste da relação entre os indivíduos e autoridades inseridos em uma sociedade articulada por uma rede de proteção e solidariedade. Veremos como o conflito impulsionou um movimento patriótico que motivou, nos primeiros tempos, homens que se aventuraram nos campos de batalha, bem como suas estratégias para fugir da ação recrutadora. Ficaremos atentos às tensões, contradições e ao jogo de interesses que perpassam no necessário esforço de angariar tropas.

No terceiro capítulo, buscamos entender como o recrutamento militar se desenrolou em Minas Gerais. A pesquisa toma a província mineira como exemplo para análise da ação recrutadora, e com isso, observamos como os mineiros reagiram contra as determinações do poder imperial de tentar transformá-los em recrutas. Minas torna-se um interessante exemplo, principalmente quando comparada com outras províncias do Império.

Nossa proposta é tentar compreender como o Império do Brasil reagiu contra Solano Lopez. Fazer a guerra era necessário e urgente, e para isso, contou com a boa vontade dos poderes provincial e locais. Estabeleceram-se naqueles tempos relações clientelares que ajudavam no funcionamento da burocracia monárquica, e as ações de interesse público (ou interesses do estado imperial) se “misturavam” às ações de interesse particular. Neste contexto, o recrutamento ganhou destaque, pois representou tanto uma necessidade quanto uma ameaça, inserindo novos significados à sua prática.

2 A GUERRA DO PARAGUAI NAS MINAS GERAIS

2.1 Minas Gerais e a Guerra

Quem sente palpitar em si um coração de brasileiro, e que maduramente reflecte sobre a situação por sim não pode deixar de entretecer-se e atemorizado cogitar na sorte de seus filhos. Os elos, que prendem a vida moral das nações, um a um se vão desatando entre nós! Parece que o sinistro fado tenta esmagar o império do Cruzeiro! E aquelles, que no fundo d'alma ainda guardão risinhas esperanças de melhores dias, confiados no anjo tutellar, que protege nossas plagas, novas decepções vão soffrendo a proporção das novas notícias, que vão recebendo. Ora é a da vergonhosa quieturde do chefe da esquadra brasileira, que affanosa de novos triumphuns impassível vê o exercito imperial ser cortado pelas balas inimigas, sem que dos seus canhões ao menos como protestos se arremesse um projétil. Ora a da nefária direção so exercito assiado, que se não fora o distincto e bravo general Polydoro estaria condenado a seputar nos lodos do Estero Bellaco – os loiros conquistados com o preço de milhares de vida. Ora é ainda a desesperadora noticia de que aquelles, que deixarão seus lares, abandoanarão seus commodos, e atravez de um sem numero de privações e martyrios forão abrir seus peitos as pontarias das selvagens cohortes do dictador paraguay em defesa da sua nação, não encontrão nos hospitaes uma atadura, com que estanque o sangue gloriosamente derramado. Ora dos miseráveis vampiros, que com asqueroso contractos n'uma quadra de tantas provanças tem sugado toda a seiva do thesouro nacional¹⁸.

Em Minas Gerais, a guerra foi noticiada pelos jornais da época. Reféns de sua ideologia, estes veículos narravam e descreviam os acontecimentos beligerantes de acordo com seus interesses partidários. Liberal ou conservadora, a imprensa teve papel importante para a formação da ideia de guerra por parte dos leitores. Os leitores, por sua vez, espalhavam suas impressões e visões do conflito, “misturadas” ao seu posicionamento político, econômico ou social. Como uma teia, as informações cruzavam as roças, vilas e distritos exacerbando ainda mais a imagem que os mineiros faziam do conflito.

As notícias não paravam de chegar da fronteira sul do Império. Verdades, mentiras, ilações, imaginações e suposições não importavam tanto, o que era certo é que as informações “povoaram” as mentes dos indivíduos. Como duvidar das informações

¹⁸ “Constitucional”. Notação: JM-1239947. Edição: 8. Data: 06/10/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

quando a lista dos mortos e feridos multiplicava-se a todo instante? A guerra progrediu lentamente nos primeiros meses, mas mostrou-se sangrenta após o primeiro ano ceifando a vida dos combatentes, afetando a vida das famílias que aguardavam o retorno daqueles que partiram para o cenário da guerra. Seguir o caminho da batalha para muitos era coisa de voluntário, de soldado por opção e não de trabalhadores rurais, chefes de família, homens de bem. Até mesmo a Guarda Nacional, acostumada a missões perigosas, não se sentiu à vontade para lutar em solo inimigo, resistindo muitas vezes às tentativas de preenchimento das fileiras. Sem uma estrutura militar organizada o “fazer” a guerra não foi tarefa fácil. Os indivíduos radicados em suas terras não se aventurariam pelas incertezas dessa “epopeia” que foi a campanha contra Solano López.

O Paraguai, cada vez mais, mostrava-se um inimigo complicado de ser batido. O conflito que aparentemente parecia ser breve colocou o Estado Imperial em alerta máximo, o que exigiu o funcionamento de todo seu aparato para concentrar os esforços e vencer o inimigo. O Imperador Dom Pedro II, atento a essa situação, manifesta seu apelo patriótico e sua preocupação com relação aos desgastes que aquele conflito gerava, mesmo assim, confiava plenamente na capacidade brasileira de êxito contra “a barbárie de Solano López”. Tal alerta foi objeto de sua fala na Assembléia Geral Legislativa, no dia 3 de maio de 1866, quando o imperador, reunido com os deputados e representantes de todo o Império, apresentou suas considerações sobre a real situação em que a Nação se encontrava:

Hoje mais do que nunca é vossa reunião motivo de lisongeiras esperanças para o Brasil, como auxilio de muita confiança para o Governo. Cheio de prazer vos comunico o nascimento de Principe D. Pedro, fructo feliz do consorcio de Minha muito cara filha a Princeza D. Leopoldina com o Meu muito prezado Genro, o Duque de Saxe. Congratulo-me comvosco pela tranqüillidade publica de que tem gozado o Império durante a guerra. O desaggravo da honra nacional offendida pelo presidente do Paraguay, ainda nos não consente largar as armas; alegro-me porém de reconhecer que tem sido incessante o concurso de todos no desempenho de tão sagrado dever. Um tratado de alliança offensiva e defensiva foi celebrado entre Impérios e as Repúblicas Argentina e Oriental¹⁹.

¹⁹ Fala com que Sua Majestade o Imperador encerrou a terceira e abriu a quarta sessão da décima segunda Lesgislata na Assembléia Geral Legislativa, no dia 3 de Maio de 1866. APM. Ofícios e Avisos dos Ministérios do Império e da Guerra. Secretaria do Governo Provincial (SP) 1127.

A situação de guerra provocou uma crise nunca antes vista exigindo do governo uma postura habilidosa que contasse com o equilíbrio entre a força coercitiva de recrutar indivíduos e a postura de regulamentação das estruturas administrativas do Império. Além disso, as notícias da guerra se espalhavam por todo o país por meio da imprensa, e dos demais documentos enviados pelas autoridades e por outras fontes relatando a difícil posição do Brasil frente à situação causada pela invasão paraguaia. Por isso, entendemos a preocupação do Imperador, que compreendia o que isso representava e o que aquele conflito poderia exigir do seu “arcaico e estratificado Império” dependente da participação da esfera privada na vida pública para o bem funcionamento do Estado²⁰.

A fala do imperador revelou seu desejo de fazer justiça, e para isso, contava com o apoio e a lealdade de seus representantes provinciais. O executivo delegava funções de administração pública àqueles que possuíam riquezas, ou seja, para aqueles que poderiam entrar na política utilizando de seu “prestígio” e da influência que tal indivíduo exercia. Isso estabeleceu uma trama que ligava as mais altas autoridades imperiais aos setores mais modestos da sociedade espalhados pelo vasto território do Império. O jogo político e partidário foi colocado à prova e utilizado pelos mais diversos fins, sejam eles de coerção, de proteção ou de obediência às ordens do comando (autoridades e agentes do recrutamento). Neste sentido, Ernesto Cerveira de Sena faz uma importante ponderação sobre esse processo, declarando que:

No Império do Brasil, durante a guerra contra o Paraguai (1864-1870), predominava a disputa entre dois partidos no espaço político brasileiro, como geralmente também acontecia em grande parte da América Latina. Nas diferentes e distantes províncias do Império esses partidos muitas vezes tinham seus respectivos representantes. Eram laços estabelecidos muito mais fidelidades pessoais do que por programas partidários. Mas eram vínculos que faziam lugares distantes da capital do Brasil se sentirem como parte integrante de um país em construção, correspondendo aos muitos desígnios do centro político, ao mesmo tempo em que também apresentavam demandas para as políticas gerais do Império²¹.

²⁰ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens na Ordem Escravocrata*. 3ª Edição. Editora Kairós. São Paulo. 1983. p. 121.

²¹ SENA, Ernesto Cerveira de. *Disputas políticas na fronteira do Império Brasileiro durante a Guerra do Paraguai*. www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=99. p.1.

O funcionamento da política imperial, principalmente com o advento da guerra, imprimiu nova dinâmica às ações das autoridades acerca do alistamento militar. Dessa forma, com a crise estabelecida e com o desenrolar dos eventos, o recrutamento militar feito pelos agentes “exigiu” uma postura mais enérgica do Ministério dos Negócios da Guerra, órgão que conduzia as questões referentes à campanha contra o Paraguai. O Ministro dos Negócios da Guerra, atendendo o apelo de sua Majestade e exercendo a função que o Império lhe confiava, ordenou o envio de ofícios para as províncias a fim de que elas reunissem e enviassem ao teatro das operações indivíduos aptos (em tese²²), pronto para lutarem em defesa do país. Seguindo essa prática, em 22 de agosto de 1866, do Palácio Imperial no Rio de Janeiro, foi enviado por ordem do Ministro dos Negócios da Guerra um ofício para o presidente da província de Minas Gerais, defendendo as ponderações de Dom Pedro II:

Assumindo a direção dos negócios do Estado a 3 do corrente o Ministério declarou às Câmaras que seu principal esforço serão empregado em terminar honrosamente a guerra que o Impérios fora provocado pelo Dictador da Republica do Paraguay. O Governo Imperial esta certo que neste pensamento é acompanhado por todos os Brasileiros, acreditando que nenhum cidadão deixará de auxilia-lo no empenho de obter os recursos, ainda necessários, para que as nossas forças de terra e mar prosigão vantajosamente na sua marcha gloriosa até conseguirem a completa desaffronta da honra e dignidade do Império. As victorias sucessivas de nossas armas contra as do Dictador Lopes, dando-nos motivos de justo orgulho, são objecto das mais honrosas manifestações por parte dos nossos denodados aliados. No meio, porém, da série não interrompida dos nossos triumphos cumpre não esquecer que ainda não esta terminada a guerra, e que os nossos inimigos, embora muito enfraquecidos, continuão a oppor-nos resistência. Em tais circumstancia é dever do Governo cuidar activa e energeticamente de reunir e enviar mais praças às fileiras do nosso exercito. V. Excia compreende que as reservas são um recurso de que o Governo não pode prescindir, ainda que tenha, como tem, fundadas rasões para esperar, dentro em breve, o completo aniquilamento das forças inimigas. Tenha V. Excia portanto, como muito recomendado este novo appello ao patriotismo brasileiro, do qual espera o Governo Imperial os contingentes necessários para prosseguir no grande fim de debellar o inimigo, já desmoralisado ante as bravuras de nossos soldados. Para obter esses contigentes por meio do alistamento de

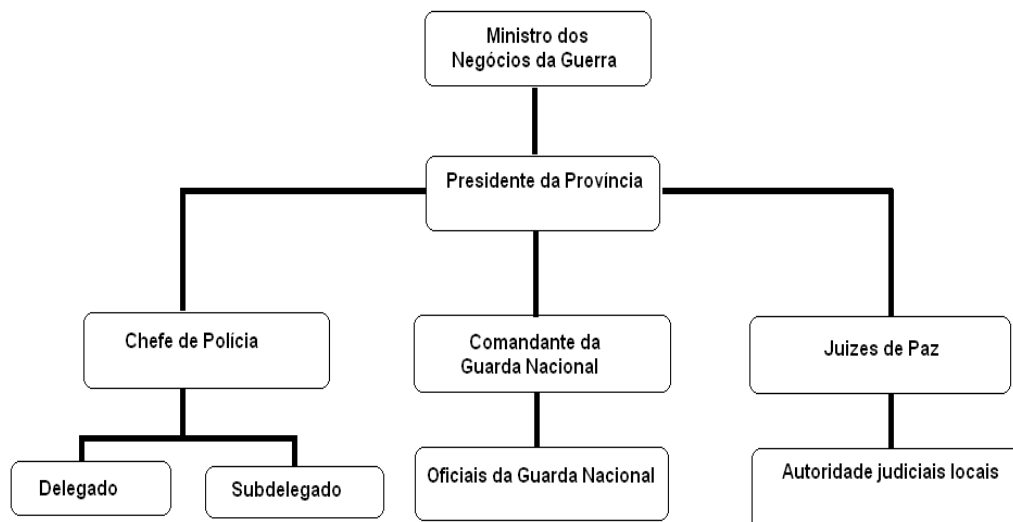
²² Ao longo deste trabalho observaremos que a situação de guerra gerou uma crise na prestação militar o que desencadeou uma série de situações contraditórias colocando em atrito o governo imperial e a sociedade.

Voluntários da Pátria ou da Guarda Nacional, na Província onde não se houver completado o numero, que lhes foi designado, ou da [sic] geral dos cidadãos, mediante o recrutamento, deverá V. Excia regular-se pelos Decretos e Leis em rigor. Do zelo e patriotismo de V. Excia muito espera o Governo Imperial, e confia na promptidão com que expedirá as convenientes providencias e ordens para satisfazer o que a V. Excia pelos Ministérios respectivos é determinado urgentemente²³.

A dinâmica da guerra impôs a movimentação das autoridades e dos agentes do recrutamento em todas as esferas de poder. Do mesmo modo que havia uma relação “estreita” entre o poder central (corte) e o poder provincial (regional), também havia lealdade entre representantes imperiais no nível local. Com a mesma intensidade e apelo com que o ministro enviava seus ofícios à presidência de Minas Gerais requerendo soldados, o presidente de província redistribuía para as mais variadas partes da província as ordens de recrutamento e preenchimento de tropas com o objetivo de seguirem para a batalha contra os paraguaios. Essas circulares emitidas pelo presidente de província foram remetidas para as diversas localidades a fim de potencializar o esforço de guerra, buscando elevar a porcentagem da taxa de contribuição da província mineira na luta contra o Paraguai. Por sua vez, as autoridades espalhadas por todos os cantos de Minas Gerais respondiam e enviavam seus apelos, registros, contagens, observações, etc, para o presidente da província. Neste esforço, as ordens sobre o recrutamento e sobre a guerra partiam da corte em direção às demais províncias. Em Minas, ao receber esses ofícios e decretos, o presidente da província “acionava” as autoridades competentes na esfera regional, e estas, por sua vez, contavam com o papel dos agentes recrutadores locais para a prática do preenchimento das tropas para a batalha. As ordens seguiram, *grosso modo*, o caminho descrito pelo desenho abaixo:

QUADRO 1 Estrutura hierárquica de emissão de ordens para o recrutamento militar durante a Guerra do Paraguai:

²³ Ofício enviado pelo Ministério dos Negócios do Império ao presidente da Província de Minas Gerais, 1866. Secretaria do Governo Provincial (SP) 1127. APM. Avisos dos Ministérios do Império e da Guerra.



Obedecendo à hierarquia estabelecida, as ordens que saíam do Ministério dos Negócios da Guerra deveriam ser respondidas pelo presidente de província e pelas autoridades com que ele contava. Tendo essa organização em mente é que vamos nos debruçar sobre a ação recrutadora em Minas Gerais. Diante dessa estrutura observaremos como o recrutamento funcionou, e principalmente como a guerra e sua dinâmica marcou a relação conflituosa entre os indivíduos (potenciais recrutas) e os agentes recrutadores. A guerra e a crise gerada por ela fizeram aumentarem o intercâmbio entre aqueles diferentes níveis de poder, uma vez que o envio crescente de correspondências e demais papéis relacionados à logística militar do conflito promoveu a ligação entre corte, província e localidades em um só intuito: o de fazer a guerra.

Já Fábio Faria Mendes sustenta que a guerra contra o Paraguai demonstrou a ineficácia do sistema defensivo brasileiro, a fragilidade fronteiriça do Império e a conturbada relação de poderes ainda presente na sociedade escravista e imperial. Relações conflituosas entre o poder central e os poderes locais promoveram uma desarticulação entre o Estado e a população, com consequências diretas sobre o Império²⁴. O despreparo e a desorganização do exército regular no Brasil refletiam a dificuldade de se criar uma força disciplinada e centralizada capaz de desempenhar funções de defesa e de mobilização nacional. Sem um exército regular, o governo monárquico contava com a “boa vontade” de seus súditos, principalmente daqueles mais ilustres, titulares de postos importantes na administração imperial e provincial. É por isso que notamos que o clamor patriótico do ministro dos Negócios da Guerra perde seu

²⁴ MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1997. pp. 111-125.

vigor nas várias cidades e vilas das províncias, onde muitas vezes os homens não compreendiam as razões da guerra e nem sentiam apego às causas nacionais. O governo imperial, que tinha como certa a obediência e o serviço dos seus homens públicos e das autoridades espalhadas para fazer o recrutamento, reconheceu que o esforço para se fazer a guerra foi muito além de sustentar as tropas em terras paraguaias. É por essa razão que notamos nos papéis e demais correspondências enviadas pelo ministro e pela presidência da província mineira o apelo ufanista, pois era necessário motivar e pressionar as autoridades por melhores resultados. Fazer a guerra não foi missão suave.

Uma terra distante, um caminho longo, tratamento desestimulante, condições precárias, tudo isso implicava em aspectos negativos que afrontavam os indivíduos, principalmente se eles eram trabalhadores tidos como bons homens. Os mineiros, diferentemente dos brasileiros oriundos do norte e nordeste, não viam no recrutamento qualquer perspectiva de futuro.

A guerra tornou-se prioridade para Dom Pedro II e derrotar Lopez era preciso. O Império do Brasil incentivou com promessas o recrutamento de homens, o que funcionou bem nos primeiros tempos, mas não mais teve resposta desejável devido às notícias tristes e desoladoras que vinham dos campos de batalha.

Reconhecido pelo jeito “ressabiado” e desconfiado, o mineiro, ao receber essas notícias, sentia temor, e reconhecia nos agentes recrutadores uma ameaça real. Os agentes, por sua vez, tinham o melindroso e arriscado propósito de recrutar as pessoas. Neste sentido, percebemos que a guerra e sua dinâmica impuseram condições nunca antes vistas: uma relação entre “necessidade e limites”, o que marcou decisivamente aqueles tempos.

Porém, mesmo com toda a preocupação, a vida tinha que seguir seu rumo: a fazenda precisava ser “tocada”, a lavoura cultivada, a loja administrada. Os mineiros, assim como outros provincianos, sustentaram economicamente a guerra pagando suas contribuições ao Império. Aquela guerra, distante, “aproximava-se”, e já poderia ser sentida por todos, e tal sensação era marcada pela alteração do cotidiano das pessoas. O clima de tensão se espalhou e os corre-corres pelos matos ficaram mais frequentes, assim como os “sumiços de gente” e outras ações que contrariavam a ordem até então estabelecida pelos modos e costumes. Podemos entender que a guerra também aconteceu em solo pátrio; com outros atores, em outro cenário, em que os inimigos poderiam sair de qualquer lugar, não só das trincheiras como em terras paraguais, como também de onde menos se esperava. A análise dessa “guerra particular” reveste-se de

fundamental importância para a compreensão do esforço do Império na campanha e de sua repercussão em nível local.

Os mineiros estavam muito mais preocupados em lavrar suas terras e administrar seus ofícios que marchar para o *front*. Fazer o ganha-pão era fundamental, tentar somar riquezas era importante, mas ter a moral inabalada era necessário e preciso, bem como ser bem relacionado em sua comunidade e nunca ter fama de vadio ou criminoso, para não ser entregue aos quartéis que recolhiam os recrutas. Restavam poucas opções para os desafortunados: resistir ao recrutamento, seguir para as incertezas do destino com grandes possibilidades de morrer ou tentar a fugir desesperadamente dos comboios.

A desconfiança, que é genuína no mineiro, aflorava-se fortemente nessas condições, aumentando a aflição com o futuro incerto. A ideia da guerra era “fantasmagórica”, como um espectro que a todos assustava, espalhando o medo. Nas localidades de Minas Gerais, os indivíduos tiveram que lidar com essa complicada e complexa questão. Se por um lado, o Império necessitava de material humano e de somas de dinheiro para fazer a campanha, por outro lado, os mineiros, em sua maioria, desejavam tranquilidade e paz para tocarem pacatamente suas vidas.

As notícias vindas do sul traziam dor e sangue. Os políticos e os representantes do Império perdiam forças na ação recrutadora por conta dessas informações. A narração dos acontecimentos de guerra era feita pela imprensa que assumia seu posicionamento político e criticava ou amenizava a situação do Império, dependendo de seus objetivos. Em 1866, quando as autoridades tiveram certeza de que aquele conflito não findaria de modo fácil, as notícias se espalharam conforme as intenções planejadas. Se fosse necessário recrutar, e se as autoridades responsáveis por isso representassem o mesmo partido do jornal, nada mais “natural” que os redatores suavizassem as notícias. Em Minas, o jornal Constitucional, conservador, além de expor com toda veemência a situação do Brasil em relação à guerra contra o Paraguai, faz uma crítica direta à imprensa liberal da época, alegando que os liberais tentaram confundir o leitor, omitindo a real situação de seu país. Vejamos o escrito desse jornal:

...sem fé no futuro, sem crenças nos representantes do poder, comprometido no estrangeiro, arruinado em suas finanças, sustentando uma guerra barbara, mas hoje de indeclinável necessidade, e que infelizmente tem tomado proporções assustadoras, o Brasil nunca precisou tanto como agora de uma linguagem franca d’aquelles seus filhos, que sinceramente se inspirão no seu bem estar. Ainda bem que o *Constitucional* mostrando-se fiel sectário d’ estes princípios tem feito partir das suas

columnas raios de muita luz a manifestarem o lastimoso e verdadeiro estado do paiz. Isto era preciso. Os gazeteiros officiaes semelhantes à Lopez, plágios do systema de converterem victorias no papel as derrotas soffridas no campo de batalha, encobrem ao conhecimento publico o triste estado do exercito brasileiro. Já indignava vê-los audazes e impassivos tecerem hosannas em douradas phrases a esse governo, que tão mal e desastradamente tem gerido á quase um lustro os destinos do império²⁵.

Não há dúvidas quanto a essa guerra de interesses pela construção da “verdade” dos fatos. A imagem que as pessoas faziam da guerra eram moldadas e forjadas por muitos elementos, principalmente os que escreviam nos periódicos da época. Cada posicionamento político, tanto da imprensa quanto das autoridades refletia a situação polarizada da política imperial, em que as partes defendiam suas questões na disputa pelo poder. Os conservadores não pouparam os liberais que presidiram a província mineira nos anos da batalha, e aproveitaram-se das mazelas da guerra para soltar todo arsenal de seus “golpes”.

O combate contra o exército de Solano Lopez repercutiu de forma dramática em Minas. No primeiro ano do conflito, de dezembro de 1864 a dezembro de 1865, Pedro Alcântara Cerqueira Leite foi quem presidiu [Minas Gerais](#) e quem recebeu as notícias de guerra. Cerqueira Leite foi juiz municipal de Barbacena, juiz de direito em Sabará e desembargador em Pernambuco. Sua carreira pública ficou marcada pelo fato de que, mesmo como magistrado, militava na política, como membro do Partido Liberal. Teve assento como deputado na Assembleia Legislativa Provincial, por várias vezes, e na Assembleia Geral, de 1838 a 1848, como representante de Minas Gerais. Assumiu a província mineira por sua boa influência no Império, mas permaneceu pouco tempo, algo comum nos tempos provinciais. Ficou conhecido também como Barão de São João Nepomuceno e teve razoável contribuição no esforço de guerra ao enviar tropas para o campo de batalha, conseguindo arregimentar alguns milhares de voluntários.

Cerqueira Leite fez valer de toda sua habilidade política adquirida em sua carreira para estabelecer vínculos nas localidades que pudessem dar a resposta às suas necessidades. Vale lembrar mais uma vez que os primeiros meses não representaram uma grande demanda, e por isso ficou responsável fundamentalmente na formação dos corpos e batalhões de Voluntários da Pátria. Neste sentido, percebemos um baixo índice

²⁵ “Constitucional”. Notação: JM-1239947. Edição: 8. Data: 06/10/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

de registro de resistências e perseguições em seu mandato. Ainda com a guerra “sob controle”, entre marchas e contra-marchas na fronteira oeste (Mato Grosso), as autoridades judiciais responsáveis pelo preenchimento do efetivo das tropas circulavam sem causar tanto calafrio nos habitantes. Todavia, mesmo em tempos mais calmos houve quem reclamasse da atuação de alguns homens “sem pátria”. Em um ofício enviado para Cerqueira Leite, em 25 de fevereiro de 1865, o comissário José Cesário relata seu entusiasmo ao conseguir alistar cerca de 50 voluntários na região de Ubá e denuncia a prática de proteção por parte de uma autoridade da Guarda Nacional aos guardas nacionais que alistaram nos batalhões de voluntários:

V. Exa conhece-me bastante, se sou capaz de abafar nas atuas emmergencias os meus resentimentos políticos para unicamente render homenagem a Santa causa do nosso Paíz, sinto-me igualmente com forças para por de parte escrúpulos mal entendidos afim de denunciar a V. Exa pequeninas misérias de alguns agentes da força publica neste município. Sabe-o Deus e sabece minha consciência que falo a verdade, devo ser acreditado. O Tenente Coronel Diogo da Rocha Bastos morador no Presídío, tem denegado guias à muitos Guardas Nacionais, que ingressaram ingenuamente superpõem lhes serem elles mister para se apresentarem ao Delegado do Termo como Voluntários. Além deste procedimento inqualificável, procuro levar o desanimo e a decepção a seus espíritos patrióticos. Isto desanima. Digne-se V. Exa fazer chegar quanto antes este fato ao conhecimento do Governo Imperial. Espíritos tacanhos e ignorantes, precisão officiais de tal quilat serem postos à margem²⁶.

Ingenuamente ou não, houve o alistamento de guardas nacionais, que muitas vezes, seguindo suas convicções patrióticas se apresentavam como soldados. Sabemos que isso foi algo raro, pois a guarda nacional se caracterizou pela resistência ao recrutamento. Todavia, os poucos que ainda se alistavam se isentavam do serviço antes mesmo de se aquartelarem. Além da influência direta dos oficiais e de outras autoridades, o jogo partidário também se fazia presente, e o recrutamento esteve à mercê dessa prática. Como podemos perceber, o comissário José Cesário anunciou para o presidente da província os problemas que ele e os seus sucessores iriam encontrar: a imposição da força e as relações de poder entre os indivíduos e as autoridades moldavam a atrasada trama do alistamento militar. Cesário completou seu ofício apontando a consequência óbvia desses problemas aqui apontados: a ineficiência do

²⁶ Seção Provincial. Presidente da Província. Guarda Nacional PP1/16 cx. 166. ano: 1865. APM.

sistema de recrutamento e sua fluidez diante do cenário político, econômico e partidário:

Cumpre-me ainda ponderar à V. Exa que o procedente de não recrutar-se Guardas Nacionais ainda mesmo mal qualificados, tem seos de péssimas conseqüências; os officiaes infesos ao Governo, e que estamos empenhados, jogo de partido, assegurarão aos praças de sua companhia, que serão ellas postas em liberdade logo que forem recrutadas. Com esta segurança fogem ellas do alistamento²⁷.

Depois do mandato de Cerqueira Leite, Joaquim Saldanha Marinho foi destinado ao posto de presidente de **Minas Gerais**, governando de **1865 a 1867**. Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda em 1836, atuou como servidor público e na política imperial. Como servidor público exerceu os cargos de: Promotor Público no Crato-CE, Secretário de Governo, advogado do Conselho de Estado, Juiz dos Feitos da Fazenda em Fortaleza-CE e advogado do Conselho de Estado. Como político, foi presidente das províncias de Minas Gerais (1865-1867) e São Paulo (1867-1868) além de diversos mandatos na Assembleia pela província pernambucana. Além disso, teve destacada atuação no partido liberal e, posteriormente, após a cisão interna, no republicano, destacando-se como um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870.

Joaquim Saldanha Marinho foi uma das figuras mais conhecidas na política imperial de seu tempo. Bem articulado, tornou-se Grão-Mestre da Maçonaria, o que possibilitou contatos e relações “fraternais” com outros ilustres daquele tempo. Em Minas, enfrentou os anos mais sangrentos da guerra, e assim como seu antecessor, deu continuidade ao processo de arregimentação de voluntários e de recrutas. Porém, não teve a mesma sorte de Cerqueira Leite, pois em 1866 a guerra já se mostrava cansativa e impiedosa, impondo necessidades que ocasionaram “ondas” de resistência e de pedidos de isenção, o que provocou o baixo número de mineiros na campanha naqueles tempos.

Liberal, Saldanha Marinho enfrentou as duras críticas dos conservadores mineiros, principalmente da imprensa. A guerra declarada entre os partidos acirrou os ânimos dos indivíduos que buscavam em suas convicções políticas a explicação para os acontecimentos. Os liberais, no posto político nessa época, viam na guerra a manifestação patriótica e a organização do Império. Já os conservadores, céticos e revoltados, cobravam das autoridades uma definição do combate que enfraquecia a economia do país e tirava a vida dos filhos da pátria. Em uma crítica mais acirrada, os

²⁷ Ibidem.

conservadores do jornal “Constitucional” denunciaram os vexames e as atitudes imorais cometidas pelos progressistas, que, de acordo com o jornal em questão, usaram do conflito contra o Paraguai para “empurrar” os inimigos políticos para as fileiras, aprisionar elementos indesejáveis, ou qualquer outra manifestação que ferisse a ordem estabelecida por influência de questões partidárias:

Essa guerra com que os progressistas justificão os abusos, desmandos e crimes de seu governo, e os históricos motivarão a opposição que fazião ao mesmo governo e a sua desavença com os progressistas...Essa guerra, com que o governo corrompido e corruptor tem procurado apadrinhar-se para fazer calar a opposição da tribuna e da imprensa...Essa guerra, emfim, em que os barrigudos tiverão, tem e hão de ter tudo a ganhar, e vós tudo a perder! Ei-los, pois, reconciliados, depois de um arrunfo de dous annos! A necessidade de se unirem os brasileiros para de commum acordo debellarem o inimigo, desaffontarem a honra acional, não fora sufficiente para operar este milagre!²⁸

Compreendendo o funcionamento da sociedade imperial, não é estranho pensar que a guerra foi o meio utilizado para impor e imprimir vontades políticas. Os políticos vitoriosos nos pleitos eleitorais já definiam previamente as ações que colocariam em prática após sua eleição. Obviamente, os políticos seguiram suas “cartilhas”, obedecendo aos “tratados” pré-estabelecidos com sua base (sua rede protetora ou/ protegida). Se pensarmos no recrutamento isso é evidente, pois o recrutamento não obedeceu a nenhum critério legalizado de obrigação generalizada. É por esse motivo que a luta pelo poder se tornou mais inflamada, assim como a disputa entre liberais e conservadores. Assim sendo, dominar ou não a política poderia representar a proteção ou desproteção diante da necessidade do recrutamento. Como podemos observar na complementação do texto do jornal acima citado, os redatores alertaram seus leitores sobre a batalha eleitoral que aconteceria, relatando que o presidente da província trazia em mãos um “trunfo” que faria qualquer homem apoiá-lo:

Operou-o, entretanto, a necessidade de se unirem os patriotas para o próximo combate nos estádios eleitoraes! Os gritos e gemidos da pátria afflicta não bastarão...Bastarão, porem, os roncões plangentes da barriga ameaçada. Ahí vem caminho desta província o Sr. Saldanha, o emissário da corrupção, com carta que forão postas a sua disposição as quotas da marinha! E os progressistas que o adorão, por que

²⁸ “Constitucional”. Notação: JM-1239946. Edição: 7. Data: 29/09/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

adorção a todos que lhes enchem as barrigas, batem palmas de contentes....E os históricos, que perderão a esperança de um governo histórico, preparam-se para fazerem-lhe uma bonita recepção...²⁹

Não sabemos ao certo se a denúncia feita procedeu. O que vale aqui apontar é que os leitores desse jornal tiveram a informação que a “adoração” sentida por muitos na província, nada mais foi que o medo de ver seus nomes nas listas do recrutamento, ou como foi colocado no jornal, “nas quotas da marinha”. É neste contexto que a ação recrutadora vai se desenrolar em Minas Gerais. A guerra e suas consequências causaram a revolta e o descontentamento por grande parte da população. Mas as atitudes internas, movidas pelos sentimentos “mesquinhos”, causaram uma dor difícil de ser curada, a dor da injustiça motivada por convicções ideológicas. Saldanha Marinho foi denunciado sem pudores, sendo questionado quanto à sua atitude na prática do recrutamento militar:

Quando a imprudência e o pouco tino do Sr. Saraiva levou o império a guerra desastrosa que sustenta com o Paraguay? O que fizeram os homens de bem? Os corruptos fizeram callar a imprensa; Abrirão as suas bolsas; Mandarão seus filhos para os campos de combate³⁰.

Para a imprensa conservadora, Saldanha Marinho agiu de má fé na ação recrutadora quando “mandou os filhos dos homens de bem para os campos de combate”. Para os defensores do presidente ele poderia ter reagido às necessidades da guerra. O que fica perceptível e, o que nos importa realmente aqui, é visualizar o clima criado e vivido pelos mineiros naqueles tempos. As tensões entre as partes e a desavenças que provocaram nos habitantes um sentimento de revolta e de discórdia. A desconfiança característica dos mineiros multiplicou-se na medida em que a situação crítica do conflito exigia um ritmo difícil de ser alcançado, o que provocou ações que não se coadunavam com os limites do aceitável, como podemos observar na crítica feita por um redator da cidade de Mariana em janeiro de 1867 para o jornal “Constitucional”:

A guerra sendo questão de honra para todos os brasileiros amantes de seu país, o governo tem tornada odiosa, servindo-se della como pretexto por meio de seos, pela maior parte, desmoralizados agentes para innumerables vexações, perseguições á adversários políticos, e inauditas atrocidades, que não terão explicação, mesmo quando legalmente estivessem suspensas todas as

²⁹ Ibidem.

³⁰ “Constitucional”. Notação: JM-1239943. Edição: 4. Data: 08/09/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

garantias, não respeitando-se ao menos os sagrados recintos, a senectude, e o pudor feminino no furo infrene de vexar, molestar e perseguir³¹.

Os atos aqui destacados evidenciam a desarmonia social e política que a dinâmica da guerra impôs. De vexatório e desmoralizante poderíamos classificar esses atos se concordássemos plenamente com as críticas dos conservadores, ou se pensássemos com o discernimento do presente. Não podemos fazer o julgamento daquelas atitudes sem antes tentar compreendê-las. Não podemos afirmar que Saldanha Marinho, de uma forma “maquiavélica” e calculista fez aumentar a pressão sobre as autoridades responsáveis pelo recrutamento, motivado somente por questões de interesse pessoal ou político. A própria indefinição da guerra e os diversos fatores que caracterizaram o período foram elementos que compuseram este complicado cenário e que influenciaram a ação das autoridades. Saldanha Marinho e/ou as autoridades responsáveis pelo esforço de guerra agiram conforme as circunstâncias apresentadas, naturalmente protegendo os mais “próximos” e recrutando os mais preteridos.

Nesse cenário de contradições e de crise, Joaquim Saldanha Marinho deixou a presidência de Minas Gerais e assumiu a presidência da província paulista. Em seu lugar foi nomeado por [carta imperial de 22 de setembro de 1867](#), José da Costa Machado de Sousa que tomou posse em [24 de outubro de 1867](#), presidindo esta província até [25 de agosto de 1868](#). Machado de Sousa também enfrentou grandes dificuldades. O fim de 1867 foi marcado por deserções e por um intenso recrutamento, o que colocou à prova a interação e as relações entre as autoridades e os indivíduos que buscavam por todos os meios e formas fugir do recrutamento, e escapar das jornadas da guerra. Neste período também, mesmo com as dificuldades para se fazer o recrutamento, as notícias que voltavam das frentes de combate eram mais estimulantes correspondendo à “virada de jogo” feita pelo exército aliado na fortaleza de Humaitá. Essa batalha foi um marco na guerra, e a perspectiva da vitória contra López ficou muito mais nítida quando os soldados liderados por Caxias transpuseram esse difícil e perigoso obstáculo. A vitória em Humaitá motivou moradores de destaque (vigário, subdelegado e professores públicos) da Villa Risonha de São Romão a enviarem para o presidente da província de Minas no dia 30 de março de 1868 um abaixo-assinado celebrando e comemorando esse

³¹ “Constitucional”. Notação: JM-1239959. Edição: 20. Data: 03/01/1867. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

feito, pedindo a Deus a proteção e a eficiência do exército em luta para que a guerra acabasse o mais breve possível:

A esplendida Victoria alcançada sobre as trincheiras e reductos da celebre trincheira de Humaitá pela força das armas imperiaes na manha de 19 do mês próximo passado, symbolo da grandesa ou magnitude do feito mais brilhante commetido, e the hoje conhecido, pela marinha e exercito Brasileiro, acaba de dar ao Brasil o mais apparatuso dia de gloria; e cheios de praser, os abaixo assinados se congratulão com V. Exa por tão magnífico triunfo. Anciosos ficamos esperando pela fausta noticia do dia das ultimas e mais estrondosas orações de vencimento total. Nossa causa é santa, e Deos, visivelmente, nos proteje³².

De alguma forma, os assinantes dessa lista perceberam que a vitória final estaria mais perto depois de Humaitá³³. Essa fortaleza foi o ponto fundamental para a conquista de Assunção. Os mineiros da Villa Risonha de São Romão informados dos fatos da guerra tiveram a compreensão necessária para imaginarem que o banho de sangue dos tempos anteriores diminuiria, e que uma nova fase da campanha tivera início: a perseguição a Solano López em seu próprio território. Em comparação ao ano de 1867, 1868 foi marcado pelo fato de o recrutamento militar em Minas ter perdido a sua voracidade. A guerra tinha entrado em outra fase, menos mortífera, porém não menos perigosa. A conquista e a manutenção de novas posições no campo de guerra eram essenciais, e por isso ainda eram necessários soldados, cujo recrutamento tornara-se menos ávido, devido às novas circunstâncias.

Nos anos finais da guerra contra o Paraguai a província de Minas Gerais foi governada por Domingos de Andrade Figueira, presidindo de agosto de 1868 a 14 de maio de 1869 sucedido por José Maria Correia de Sá e Benevides que teve seu mandato de 14 de maio de 1869 a 26 de maio de 1870. Estes dois presidentes enfrentaram o acirramento da disputa entre liberais e conservadores pelo poder e os atritos constantes destes na imprensa. Em Minas, os jornais utilizavam da guerra e “de tudo que girava ao seu redor” para “ganhar posições frente ao inimigo político. Da mesma forma e intensidade que os conservadores criticaram as ações do recrutamento e denunciaram a guerra, os liberais também assim o fizeram quando Caxias, um expoente do partido conservador, assumiu o posto de comandante-em-chefe do exército aliado na campanha

³² Secretaria do Governo Provincial: SP-1255. Ofícios e mais papeis dirigidos ao Governo sobre Força Pública (Janeiro-Abril) 1868. APM.

³³ Fortaleza localizada em um ponto em que o Rio Paraguai faz uma curva fechada, possuía 80 canhões voltados para o flanco do rio e outros 100 canhões para face terrestre. Ver Doratioto, 2002.

contra Lopéz. Neste jogo conflitante de ideias, os elaboradores dos periódicos trocavam acusações graves, tudo isso na tentativa de desestabilizar as intenções políticas de cada lado. Omissões, mentiras, denúncias oportunistas, exageros de todos os tipos, dramatização de fatos corriqueiros, maximização ou minimização de índices, tudo isso aconteceu durante o período de guerra para forjar uma situação desejada. O luta pelo “domínio dos acontecimentos” promoveu a corrida pela busca da melhor arma disponível: a da opinião pública.

Controlar a opinião dos indivíduos era algo preciso, ainda mais em tempos de crise. Além da opinião pública, contar com o apoio das autoridades locais era fundamental. É por isso que os jornais travaram um “rigoroso” duelo de “verdades”. As autoridades locais funcionaram como “ponta de lança”, atuando de forma direta na ação recrutadora. Era necessário então ter uma boa relação com elas para o sucesso da prática do recrutamento e do cumprimento de ordens vindas do posto acima da hierarquia imperial. A figura e a atuação do presidente de província foram essenciais. Assim sendo, podemos pensar que as dificuldades enfrentadas no recrutamento militar em Minas podem ser explicadas, além da crise natural causada pela guerra, pela troca constate do representante provincial (tivemos 6 presidentes de província), prática essa que destruturava relações estabelecidas tão precisas no momento. A cada substituição, um novo trabalho deveria ser colocado em prática. Em várias ocasiões, homens bem-intencionados, por não conhecerem os “segredos” de Minas, não tiravam todo o proveito que poderia advir da ação recrutadora.

Sem dúvida, o esforço feito pelo Império do Brasil foi algo nunca antes visto. A guerra contra o Paraguai colocou à prova o poder do Estado Monárquico e as habilidades administrativas de seus representantes políticos. Cada surpresa, cada decepção, cada esperança, cada derrota e cada vitória, em todas as operações militares no teatro arriscado do conflito repercutiram diretamente nos mais longínquos rincões do Império. Com a circulação livre de jornais e panfletos, as informações, precisas ou não, na maioria das vezes tendenciosas, estavam ao alcance de quem dominava a arte das letras. Aqueles que não sabiam ler escutavam curiosamente as impressões tiradas dos mais privilegiados. A dinâmica da guerra imprimiu o ritmo das ações a ela referentes, e isso influenciou decisivamente o cotidiano dos habitantes. Por esse motivo, compreender seu percurso é elementar em nossa proposta.

2.2 Minas do século XIX: economia e demografia e seus reflexos na guerra

Comparando a organização das forças de guerra entre o Paraguai e o Império do Brasil, observamos que a questão territorial é fundamentalmente importante no esforço de batalha. O recrutamento militar no Brasil foi algo nunca antes visto, um empreendimento que implicou em trabalhos de logística e na marcha pelos mais espalhados e distantes confins de nosso imenso território. Como sabemos a dificuldade de se fazer a guerra tinha sua primeira peleja na ação interna, nas localidades. Não só a dimensão territorial, mas as condições geográficas das diversas regiões impuseram enormes dificuldades para a ação recrutadora.

A possibilidade de “sumir no mato” incentivou muitos homens a se embrenharem por florestas e sertões, fugindo dos mandados e das listas que trouxessem seus nomes. Muitas vezes os agentes recrutadores apareciam nas vilas e distritos e não conseguiam capturar os indivíduos já definidos por ordem superior, que, avisados de antemão, refugiavam-se na imensidão das grotas que cercavam as cidades. Neste sentido, a província de Minas Gerais foi um exemplo interessante, uma vez que apresenta um espectro generoso de variações topográficas, climáticas e de vegetação (elementos que dificultaram ainda mais os esforços dos agentes nas localidades mineiras). Além da geografia e das questões físicas, a economia também deve ser compreendida no contexto da guerra. Acreditamos que sua análise pode produzir uma melhor compreensão dos elementos que compuseram o recrutamento nos tempos beligerantes. Por essa razão, deixaremos nosso objeto principal (a dinâmica do recrutamento militar durante a guerra) em segundo plano por um momento, e percorreremos a história demográfica e econômica de Minas, atentando-nos principalmente à questão populacional, lembrando que a ação recrutadora em foco nesta pesquisa teve como alvo os homens livres, pois os escravos não sofreram o recrutamento forçado. Sua participação na guerra foi por meio de outras circunstâncias que veremos mais a frente.

Douglas Cole Libby³⁴ retrata a história de Minas oitocentista tendo como “eixo analítico” a transformação do trabalho, e por consequência, a transformação econômica

³⁴ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista Minas Gerais no século XIX*. Ed. Brasiliense. 1988.

e social na província mineira. Libby constrói sua análise tendo como base empírica documentos manuscritos relativo à população provincial de Minas Gerais denominados “mapas de população” (1830-1840), circulares do governo provincial (1850) e no censo de 1872.

Douglas Libby, apesar de dar ênfase às atividades artesanais, manufatureiras e fabris em sua pesquisa, considera a agropecuária mercantil de subsistência como principal setor da economia de Minas no século XIX. Libby demonstra através de tabelas comparativas o aumento demográfico em Minas e também uma concentração de mão de obra escrava (apesar da ausência do tráfico negreiro). Demonstra em sua pesquisa que, ao longo do século XIX, o percentual de pessoas livres em relação aos escravos aumentou devido a diversificação econômica e a um melhor acesso a terra. Tal progressão é observada pela comparação da relação entre livres e escravos ao longo do século XIX. De 1831 à 1841 essa relação era de 68,6% para 31,4%; de 1854 à 1857 era de 77% para 23% e em 1872 a proporção era de 82% para 18%. A tabela a seguir demonstra esses números:

TABELA 1
População por condição, regiões mineiras e Província de Minas Gerais
1831-1872 (números absolutos)³⁵

Regiões	1831-1840		1854-1857		1872	
	Livre	Escrava	Livre	Escrava	Livre	Escrava
Metalúrgica – Mantiqueira	15.875	9.121	172.283	63.261	383.601	90.148
Zona da Mata	8.819	5.129	81.832	51.799	279.206	94.559
Região Sul	15.203	7.444	105.540	48.403	279.778	72.223
Região Oeste	9.021	3.208	71.903	25.653	201.709	41.373
Triângulo	3.267	1.733	24.757	8.672	54.271	10.548
Alto Paranaíba	2.947	1.314	13.366	3.502	80.253	15.901
Paracatu	3.363	1.022	31.856	7.576	31.760	2.638
São Francisco – Montes Claros	3.786	1.199	84.471	6.980	81.926	7.507
Jequitinhonha – Mucuri – Doce	13.191	4.214	155.541	30.817	277.320	35.012
Província de Minas Gerais	75.477	34.384	714.939	246.643	1.669.276	370.459

³⁵ Ibidem. p. 367.

Estes dados sustentam a hipótese de Libby: a ascensão de uma produção mercantil baseada na expansão da atividade produtiva que incluía os trabalhadores escravos e livres de todas as condições, em reação ao revés econômico que ameaçava a Província de Minas com a decadência e a estagnação³⁶. Ao contrariar a ideia “decadência das Minas”, Libby reinterpreta a história econômica das Minas oitocentistas nos oferecendo dados que apontam o crescimento das atividades comerciais em consonância com setores que não estão ligados com a monocultura e o latifúndio.

Segundo Libby, o colapso da mineração nunca chegou a ser completo, apenas as suas atividades deixaram de ocupar papel central na economia e cederam terreno para atividades produtivas diversas que outrora foram secundárias na economia de Minas³⁷. Por outro lado, Libby estabelece o conceito de “economia em acomodação evolutiva” para descrever as atividades de transformação, tais como siderurgia, indústria têxtil e agropecuária mercantil que coexistiram com a atividade mineradora e absorveram os efeitos da crise da mineração. Uma das principais contribuições deste estudo é que ele nos mostra a importância econômica das atividades de transformação na província. Longe de afirmar que as atividades de mineração foram extintas nos oitocentos, o autor demonstra categoricamente que a agricultura mercantil de subsistência foi o grande sustentáculo da economia mineira do século XIX, pelo qual os homens “disponíveis” para recrutas tiravam seu sustento.

De acordo com Clotilde Paiva, Minas Gerais do século XIX possuía uma economia diversificada e regionalmente diferenciada³⁸. Criticando a historiografia tradicional, que vincula o declínio do ouro e do diamante à desarticulação da sociedade e da economia (diminuição populacional e estagnação econômica), a autora, inserida numa perspectiva revisionista da História de Minas, realiza um estudo sistemático das listas nominativas e depoimentos de viajantes estrangeiros, constatando que não houve queda demográfica em Minas durante o século XIX. Ao contrário, nota-se um aumento tanto da população livre quanto da população escrava.

Segundo Clotilde Paiva a economia de Minas do século XIX estava mais organizada regionalmente em comparação ao século anterior. Isso porque a riqueza

³⁶ Ibidem. p. 363.

³⁷ Ibidem. p. 48.

³⁸ PAIVA, Clotilde de. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Tese de Doutorado. USP, 1996.

criada pela extração aurífera (característica do período colonial) deu origem à formação e consolidação de núcleos urbanos nos arredores das minas. Tal estrutura impulsionou uma economia que supriu as necessidades e a subsistência dessas vilas, arraiais e cidades que assim surgiram. Com a crise da mineração, quando se extinguiu a extração do ouro de aluvião, novas áreas foram povoadas, surgindo assim novas fontes de produção e mercado³⁹.

Nesse sentido, o trabalho de Paiva nos informa que a dinâmica econômica de Minas no século XIX está diretamente ligada à “lógica” do povoamento dentro da província. A autora conclui que:

Emergiu daí uma sociedade provincial heterogênea, com base econômica diversificada e dinâmica, em estágio avançado da reestruturação que processou-se após o revés do declínio da mineração aurífera. Coexistem em seu território múltiplas formas de trabalho ligadas a uma estrutura produtiva complexa e com fortes vínculos externos⁴⁰.

A economia da província mineira mostrou fortes vínculos com o mercado externo, com exportações de variados artigos, principalmente gêneros agropecuários simples ou transformados. Como bem descreve a autora: “a agricultura, a pecuária e as atividades de beneficiamento ou transformação agropecuárias constituíam o principal segmento da economia da Província”⁴¹.

Em sua tese, Paiva verifica que o trabalho escravo era amplamente utilizado em Minas, e não se limitou à lavoura de café. Contudo, esse tipo de trabalho não era predominante em todas as regiões, e sua importância variava. Assim como o uso do trabalho escravo, as características demográficas também variavam de acordo com o nível de desenvolvimento de cada região⁴².

Seguindo essa perspectiva, a autora apresenta as variáveis demográficas como sexo, condição social, idade, cor/origem e posse de escravos associados à economia e ao progresso de cada região da Província de Minas Gerais. Nota-se que nas regiões mineradoras o nível de desenvolvimento é mais elevado, concentrando metade da população provincial⁴³. Nas outras regiões, há um índice de desenvolvimento menor. Como demonstra Clodilte Paiva, as variáveis demográficas estão diretamente ligadas às

³⁹ Ibidem. p. 125.

⁴⁰ Ibidem. p. 156.

⁴¹ Ibidem. p. 161.

⁴² Ibidem. p. 128.

⁴³ Ibidem. p. 132.

condições econômicas de cada localidade. Essa relação entre a economia e os aspectos populacionais pode ser exemplificada quando a autora afirma que:

A presença de alargada e complexa base produtiva reflete uma economia que está em estágio avançado de reestruturação, a mineração há muito perdeu sua posição de atividade nuclear e o resultado não é o tão decantado fenômeno da “decadência” que se manifesta através da desorganização produtiva, fuga de população e o retrocesso para uma economia de subsistência. A dinâmica manifesta-se também no crescimento populacional, na grande presença de escravos, na pujança das atividades mercantis e nos expressivos vínculos com mercados externos⁴⁴.

Ao contextualizar a situação social e econômica de Minas, tendo em vista a perspectiva revisionista de Douglas Libby e as análises de Clodilte Paiva, aceitamos o argumento de que Minas, após o declínio da mineração, não deixou de representar uma economia dinâmica. Mesmo com a decadência da produção mineral (ouro e pedras preciosas), Minas buscou novas alternativas para reerguer sua economia, tendo posição de destaque nas exportações de gêneros agrícolas e no autoabastecimento (comércio interno). Com isso, notamos que a economia da província de Minas era forte, dinâmica e expansiva, embora centrada na produção para o mercado interno.

Essas novas atividades produtivas alavancaram a economia mineira e sustentaram o crescimento populacional durante o período do século XIX. Ao lado do trabalho escravo, houve o aumento da massa de trabalhadores livres que não pode e não deve ser ignorada. Novas pesquisas⁴⁵ vêm dando ênfase a essa categoria, fazendo-a aparecer nos quadros da configuração social, cultural e econômica de Minas, algo ignorado em pesquisas mais antigas. O número considerável de trabalhadores livres em Minas nos faz crê que eles tiveram um importante papel social e econômico naqueles tempos. Estas pesquisas jogaram por terra a ideia do declínio econômico em Minas Gerais, bem como a falsa ideia de que a produtividade esteve inseparavelmente ligada ao uso do trabalho escravo.

⁴⁴ Ibidem. p. 164.

⁴⁵ Vários pesquisadores nos diversos programas de pós-graduação se debruçam sobre dados demográficos e econômicos mais localizados que permitem um conhecimento mais profundo da vida econômica e social de Minas Gerais no século XIX.

Ângelo Carrara⁴⁶ ao debater a divisão regional em Minas Geras nos séculos XVIII e XIX, afirma que desde os primeiros passos as investidas da colonização em terras mineiras tiveram como característica sua diversidade produtiva. Para suprir o abastecimento de regiões mineradoras, os “currais” surgiram e a pecuária ganhou espaço em regiões vizinhas às localidades mineradoras. Carrara chama atenção para a heterogeneidade de Minas, especialmente em áreas consideradas pela historiografia passada como homogêneas, como é o caso da zona da Mata. Debruçando-se sobre dados demográficos do século XIX verifica-se que houve uma grande diferenciação produtiva e demográfica entre as regiões, e também nas localidades de uma mesma região.

Ângelo Carrara percebeu, em sua vasta pesquisa, que estas diferenças se devem ao “próprio processo histórico” dos lugares. Os inúmeros elementos que compuseram as Minas oitocentistas tornaram-na um modelo específico. Sua grande dimensão possibilitou agregar, numa mesma esfera de responsabilidade pública (poder provincial), cenários e atores distintos. Variáveis econômicas e o que o autor chama de “herança imaterial” (cultura, tradições e costumes) moldaram as terras mineiras. Segundo ele: “em História, uma região é bem mais do que o solo: é antes de tudo a história que sobre ele se desenrolou, o que requer considerar que sejam também consideradas no jogo outras variáveis: o vocabulário, o sotaque, a culinária, as festas, os santos de devoção, a música⁴⁷.”

Se considerarmos, além destes aspectos listados pelo autor, a própria história mineira, podemos pensar que Minas, ao longo de sua administração, conviveu com as insatisfações de seus habitantes contra a ordem metropolitana e contra as imposições centrais. Dessa forma, podemos entender que este “provincialismo”⁴⁸ constituído vem desde os tempos das rebeliões e das insurreições contra os altos impostos do século XVIII⁴⁹, passando pela Inconfidência Mineira e pelas revoluções liberais da década de 1840. Mesmo apresentando essas peculiaridades históricas, fica difícil de afirmar que em Minas cultivou-se uma “cultura de resistência”, e que esta foi transmitida como uma herança imaterial. Todavia, este aspecto nos chama atenção e merece uma consideração mais bem elaborada. De fato, Minas Gerais passou por processos históricos (social,

⁴⁶ CARRARA, Ângelo Alves. *Para além de minas e currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira; séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora, 2008. <http://www.mestradohistoria.ufjf.br/?area=conteudo&cnot=178>.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ A mesma idéia trabalhada por Luís Carlos Villalta no seu artigo para a Revista da USP (58), *Pernambuco, 1817, “Encruzilhada de Desencontros” do Império Luso-Brasileiro: notas sobre as idéias de pátria e nação*.

⁴⁹ Propomos a idéia de “cultura da violência” de acordo com ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos e rebeldes :violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horiznote: C/Arte, 1998.

político e econômico) únicos, o que nos faz crer que Carrara foi espirituoso e de muita felicidade ao citar o escritor Guimarães Rosa. Feito isso, o autor inseriu um ponto fundamental nesta discussão: “Minas é muitas”, complementando seu raciocínio: “de fato, com mais de 580 mil km², Minas é mais que uma França”.

A “imensidão” de Minas Gerais e as características de seu território ganharam destaque nos estudos de Haruf Salmen Espindola⁵⁰, um pesquisador da História Econômica e do território mineiro. De acordo com este autor: “Minas Gerais e a mineiridade são resultados de um processo formador do território, cuja origem se encontra no século XVIII”⁵¹. A história de Minas e a formação desta mineiridade são o resultado da maneira de viver e do desenvolver dos primeiros colonizadores; reflexo de características humanas e de comportamentos sociais que influenciaram na construção das diversas povoações mineiras. As Minas do século XIX podem ser entendidas como resultado destas experiências e destas heranças. Seguindo este raciocínio, Haruf Espindola afirma que “a produção histórica do território mineiro é o resultado e, ao mesmo tempo, o fator gerador da regionalização que caracteriza Minas Gerais como unidade na diversidade, isto é, são muitas as Minas Gerais, mas toda ela é “meu país”, “minha terra”, “meu lugar”⁵².

Tratar Minas como “meu país” revela a intencionalidade de dar a esse espaço a idéia de “nação”. Não queremos aqui afirmar que Minas Gerais se enquadrou no conceito moderno de nação. Mas nos chama atenção alguns pontos das análises de Benedict Anderson em sua obra “Nação e Consciência Nacional”⁵³ dedicada a definir o conceito de nação. No capítulo “Antigos Impérios, Nova Nações”, B. Anderson “passeia” pelas Américas dos séculos XVIII e XIX para compreender como o nacionalismo desenvolveu nessas sociedades. De acordo com o autor, as relações conflituosas entre o poder central (Metrópole, República ou Império) e o poder local fizeram desenvolver uma consciência das questões que causavam indignação e revolta por parte dos colonizados. Esses movimentos catalisaram a formação de um sentimento de comunidade, de unidade. Mais especificamente, B. Anderson relata as imposições e os artifícios usados pela Península Ibérica para frear e restringir a crescente onda do processo emancipador, tentando evitar com isso o desenvolvimento da consciência

⁵⁰ ESPINOLA, Haruf Salmen. Território e Geopolítica nas Minas Gerais do século XIX. In: *Caderno da Escola da Assembléia Legislativa de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 71-88, jan./jun. 2009 http://www.almg.gov.br/CadernosEscol/caderno16/Haruf_Salmen.pdf.

⁵¹ Ibidem. p. 72.

⁵² Ibidem. p. 72.

⁵³ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo. Editora Ática. 1989.

nacional. Seria oportunismo de nossa parte dizer que Minas se encaixou perfeitamente nas ponderações de Anderson, porém suas questões nos chamam atenção e endossam a perspectiva do processo embrionário desta mineridade citada por Espíndola.

Para este último, os conflitos e os movimentos políticos passados em Minas proporcionaram a valorização dos processos locais. As regiões, apesar de suas diferenças, se interligavam devido ao intenso comércio interno, já bem desenvolvido desde os tempos áureos da mineração, pela movimentação de pessoas e pelo aparato administrativo desenvolvido. Estas ligações fizeram fortalecer os laços econômicos e interpessoais entre as diversas localidades. Os centros de maior dinamismo comercial (zona da Mata, sul de Minas, zona Mineradora) exerceram efeito agregador e dominador como centros de referência para os quais eram direcionados os excedentes produzidos das demais regiões. Neste sentido Haruf Salmen Espindola propõe que:

Se acompanharmos o processo formador das Minas Gerais, perceberemos uma lógica geopolítica fundamentada na unidade política e territorial, que se impõe sobre a diversidade produzida pelas várias frentes de ocupação dos sertões mineiros. A diversidade territorial resultante desses movimentos produz diferenciações regionais, porém não rompe a unidade que funda as Minas Gerais⁵⁴.

De fato, os novos estudos vêm demonstrando que as Minas oitocentistas passaram por transformações econômicas importantes. Estas transformações econômicas influenciaram o desenvolvimento de cada região e conseqüentemente de sua população. Retomando as ponderações demográficas de Libby e de Paiva, percebemos que a distribuição “das almas” (escravos e livres) ao longo do século XIX dependeu do grau de desenvolvimento de cada região. Ângelo Carrara já nos alertou sobre essa questão quando aqui o citamos. Douglas Libby, ao apresentar seus dados, nos informa que a população escrava não se apresentou de forma homogênea em toda extensão da província. A zona da Mata foi a região que apresentou as maiores populações escravas proporcionalmente durante todo o período analisado (1831-1840; 1854-1787; 1872). Já as maiores populações livres durante este recorte temporal ocorreram em Paracatu, São Francisco/Montes Claros e Paracatu respectivamente. Contudo, se pensarmos na ação recrutadora, percebemos, pelos nossos estudos, que ela ocorreu nas diversas regiões da província mineira independentemente de suas características populacionais.

⁵⁴ ESPINOLA, Haruf Salmen. *Território e Geopolítica nas Minas Gerais do século XIX*. Op. Cit. p. 88.

Nossa pesquisa, por questões de tempo e prazo, não progrediu para uma análise detalhada do recrutamento em todas as regiões de Minas, ou pelo ou menos de duas regiões com características demográficas distintas. Feito isso, poderíamos comparar os resultados a fim de entendermos se o volume da ação recrutadora esteve diretamente ligado com a disposição maior ou menor de homens livres nas regiões. Todavia, o que nossas análises revelam é que o recrutamento militar durante o conflito contra Solano López não seguiu nenhum tipo de padronização por conta da demografia, pois os recrutas “saíram” de todos os cantos de Minas. Além do mais, pesquisando os relatórios do presidente de província e os ofícios que por lá chegaram referentes ao recrutamento, notamos boa quantidade de papeis vindos e destinados às localidades situadas nas regiões da zona da Mata (Ubá, Juiz de Fora, Pomba, Barbacena) e metalúrgica (Mariana, Ouro Preto, Piranga), o que de certa maneira evidencia o não obediência a uma lógica demográfica.

Por outro lado, não podemos desprezar totalmente a questão populacional. Mas num primeiro momento, até onde avançamos com pesquisa, não percebemos nenhuma relação entre sucesso/dificuldade do recrutamento e a porcentagem de homens livres (disponíveis, potenciais recrutas). É óbvio e inegável que as dificuldades para recrutar pessoas aumentam se a oferta diminui. Seguindo este raciocínio, se pensarmos em números absolutos, justificariamos de imediato a dificuldade e a resistência ao recrutamento em Minas Gerais pela grande quantidade de escravos que por lá havia, e, conseqüentemente a baixa oferta de homens livres. Minas possuía um grande número de escravos; com certeza um dos maiores planteis do Império. Contudo, a porcentagem de escravos em relação à população livre não era tão alta como alguns pensam.

Ademais, como veremos no desenrolar deste trabalho, a guerra provocou uma situação de crise e contradições nunca antes deparada o que maximizou a necessidade de material humano para fazer a campanha. A necessidade a “qualquer custo” por indivíduos levou o Império brasileiro a arremeter homens onde quer que eles estivessem e “a lei da oferta e procura de indivíduos livres” não interferiu na prática daqueles agentes recrutadores motivados pela situação emergencial que o contexto impunha.

Outra questão fundamental para compreendermos de forma correta essa dinâmica é a escolha das fontes populacionais que devemos trabalhar. Se utilizarmos o

censo de 1872⁵⁵ verificaremos que a província de Minas Gerais possuía uma população total de homens (livres e escravos) de 1.047.026 (100%), contendo 847.592 (81%) de homens livres e 199.434 (19%) de homens escravos. Analisando outros dados estatísticos disponíveis no site do IBGE sobre a população mineira na década de 1860 e também sobre a população escrava do ano de 1864⁵⁶ verificamos que o percentual de escravos no início do conflito foi de 27,4%, um número considerável.

Um dado que nos causou estranheza foi apresentado por Joaquim Norberto, um literato que investigou sobre o recenseamento da população geral do Império e de cada província ao longo da história. Estabelecido na corte, Norberto trabalhou na secretaria da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, posteriormente como oficial da Secretaria dos Negócios da Guerra. Sua atenção pelo assunto o fez sócio do IHGB, do qual foi presidente de 1886 a 1891⁵⁷. Em sua obra, “Investigações sobre os recenseamentos da população geral do império e de cada província de *per si* desde os tempos coloniais até hoje”, Joaquim Norberto de Souza e Silva utilizou as contagens disponíveis da população para montar seu retrato demográfico e populacional do Brasil. Os números que ele nos oferece reforçam a ideia de que Minas Gerais foi a província mais populosa do Império, contando com uma população escrava de 10% em 1867. A média de todo Império neste ano foi de 11,8%, o que demonstra que Minas não fugiu muito da regra geral. As províncias do nordeste apresentaram os maiores percentuais de escravos: Sergipe com 16,6%, a Bahia com 19,3% e Pernambuco com 20,4%⁵⁸. Ao fazer essas mesmas comparações para o ano de 1869, utilizando para isso as informações do “Compêndio de Geografia” do Senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil, apresentadas por Norberto, verificamos que a porcentagem de escravos aumenta passando para 20%⁵⁹. Essa grande diferença em pouco tempo (2 anos) evidencia algum erro. Se compararmos esses resultados com os dados mais precisos do “Recenseamento da População do Brasil de 1872” notaremos que as informações do “Compêndio de Geografia” de 1869 são mais próximas da realidade.

Enfim, como vimos, as dimensões de Minas tanto no aspecto geográfico quanto no demográfico eram grandes quando comparadas a outras províncias. Estes aspectos

⁵⁵ Arquivo Publica Mineiro, Recenseamento da População do Brasil de 1872, Minas Gerais, Rolo 4, p. 1069-1085

⁵⁶ Podemos considerar o ano de 1864 como um momento iminente a guerra, pois o conflito foi declarado em dezembro daquele ano.

⁵⁷ SENRA, Nelson de Castro. *História Das Estatísticas Brasileira: Estatísticas Desejadas (1822-c.1889)*, volume 1. IBGE. Rio de Janeiro. 2006. p. 310.

⁵⁸ *Ibidem.* p. 312.

⁵⁹ *Ibidem.* p. 314.

influenciaram no modo como o recrutamento militar foi feito na província mineira. Por apresentar um elevado número de homens livres, o recrutamento feito por lá, em tese, teria um bom resultado, algo que não ocorreu. Os mineiros resistiram de se aquartelarem e evitaram todos os jeitos de seguirem para a guerra. As possibilidades econômicas favoráveis em Minas poderiam explicar a falta de patriotismo. A facilidade de fuga e de trânsito pela província também podem explicar a opção feita por muitos homens de não marcharem para o teatro de batalha. Além dessas possíveis explicações, veremos que o poder político e partidário, e a relação entre os indivíduos na sociedade imperial também nos revelam um caminho empírico para a busca de uma melhor compreensão do recrutamento em Minas Gerais no período de guerra.

Além do mais, a província de Minas foi marcada pela diversidade econômica e pela pequena posse de cativos por parte dos produtores. Eram raros os casos de fazendas com mais de 20 escravos⁶⁰. Este fato evidencia a necessidade total da mão de obra, ou seja, devido ao pequeno número de escravos, muitos homens livres tomavam parte das lavouras e demais serviços. Ângelo Carrara nos demonstra ainda que a produção de Minas era absorvida em grande peso pelo próprio consumo interno da província, e que o “sucesso” da economia dependeria de um bom funcionamento dos meios produtivos e do escoamento da produção. Assim sendo, podemos observar que a economia mineira deste tempo desenvolvia na medida em que esta estrutura operasse, e para isso, o trabalhador era e foi peça imprescindível.

⁶⁰ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista Minas Gerais no século XIX*. Op. Cit.

3 O RECRUTAMENTO MILITAR: DINÂMICA E FUNCIONAMENTO

3.1 O Recrutamento militar brasileiro no Brasil Imperial

A historiografia sobre o período imperial debateu o tema da centralização monárquica no intuito de compreender, entre outros, aspectos ligados à consolidação de uma elite agrária e escravista no poder, a manutenção da integridade territorial e as relações entre o poder central e as províncias. No plano político, esta centralização caracterizou as duas primeiras décadas do período independente, momento em que o Imperador tentou montar uma máquina administrativa em que tivesse total domínio do poder Executivo e Moderador. Ao longo da Monarquia brasileira, a centralização política caracterizou o chamado "Regresso conservador" e teve como pontos marcantes a "interpretação" do Ato Adicional, o restabelecimento do Conselho de Estado e a reforma do Código de Processo Penal. A derrota das reivindicações "federalistas" não significou, porém, o fim das aspirações por maiores poderes para as províncias. No Segundo Reinado, diversas vezes se levantaram contra aquilo que julgavam ser uma concentração excessiva de poderes nas mãos do governo central. Além dessas vozes, o Partido Liberal, juntamente com seus partidários, empenhou nas lutas a favor de uma maior autonomia dos governos, "comprando" brigas com a ala conservadora representada na maioria das vezes pelos grandes fazendeiros, homens de grandes posses e fortunas.

Neste viés, um dos críticos mais eloquente da centralização monárquica foi Tavares Bastos que, em seu trabalho mais conhecido (*A Província*, de 1870), detalhou o seu projeto liberal, federativo, descentralizador. O foco de seus ataques não era a Monarquia em si, mas a centralização do regime, para ele antidemocrática em sua essência. Nas instâncias locais, a política ganhava uma forma própria, guiada por interesses específicos e corriqueiros.

Esse aspecto íntimo imprimiu novos ritmos na relação provincial e imperial. Esta idéia aqui reconhecida é reforçada pela contribuição de Maria Fátima Gouveia⁶¹, que ao pesquisar as relações entre a Corte e cidades do interior fluminense, verificou que a dinâmica local tinha seus próprios interesses. Em sua análise observamos que os conflitos regionais sacudiram a então instável ordem política imperial, demonstrando que apesar de ter existido a centralização política no Império do Brasil, os interesses locais, muitas vezes norteados por questões financeiras e eleitorais é que davam ritmo e

⁶¹ GOUVEIA, de Maria de Fátima. *O Império das Províncias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

caracterizavam a sociedade em questão. Dessa forma, não podemos estudar o recrutamento militar sem ter como base essas idéias da sociedade. O entendimento da dinâmica e das características da sociedade imperial é fundamental e imprescindível para o processo de pesquisa aqui delineado.

Paralelamente a essa perspectiva, Richard Graham, ao analisar o Brasil do século XIX, verificou que as ações político-administrativas são estabelecidas de acordo com uma “aliança” entre a elite central e chefes locais. Segundo o autor, o governo central (na figura do imperador, ministros e demais políticos do Império) apadrinhava chefes locais, e com isso estabelecia um “acordo” de proteção entre as partes, moldando uma rede de autoridades que mantinham sua lealdade atuando para a manutenção da ordem pública. Essa relação de dependência entre homens e Estado firmava vínculos entre as esferas pública e privada, uma vez que o próprio Império dependia do uso privado para o funcionamento da administração. Neste sentido, as ações que caracterizaram o Brasil imperial estavam inseridas num comportamento que estabelecia o papel de cada um dentro da sociedade e da rede de proteção⁶².

As pessoas procuravam se proteger de todas as maneiras, e eram protegidas em troca de favores eleitorais e serviços. Para Graham, a vitória eleitoral sempre dependeu do uso competente dessa forma de relação, e paralelo a isso, a concessão de proteção, e de outros favores em troca da lealdade política e pessoal foi prática comum e usada por aqueles que desejavam obter certa “segurança”. Por essa razão, a rede clientelista sobrepunha-se aos esforços de organização da burocracia imperial. Com isso, as elites “gastavam a maior parte de sua energia na formação de redes de clientelismo, ampliando seu séquito ou encontrando um protetor poderoso para suas fortunas políticas”⁶³. Ao mesmo tempo em que sustentava a burocracia do Estado, o clientelismo estabelecia os caminhos que os “provincianos” deveriam tomar, o que promoveu a cada passo o fortalecimento do círculo “apadrinhamento- eleições-apadrinhamento”, baseado na troca de gratidão por favor.

Esse sistema formava uma extensa trama de ligações que interligava as esferas do campo político e administrativo. Segundo Graham, os motivos que fundamentavam os pedidos para obtenção de nomeações ou favores destinavam-se, em primeiro lugar, à membros da família do solicitante e, posteriormente, à amigos, correligionários ou

⁶² GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1997. p. 100.

⁶³ *Ibidem*. p. 22.

colegas de governo. Destacavam-se as “boas ligações” do pretendente aos cargos e favores com o próprio sistema clientelista. A lealdade política, o mérito do candidato, sua competência, o lugar social do pretendente e, ainda, os valores paternalistas do solicitante qualificava-os como “candidato pobre”, “candidato com família grande para sustentar”, “candidato velho ou doente”, “bom pai de família” ou “bom filho”⁶⁴. Esses critérios legitimavam a concessão de benefícios, fortalecendo a crença de que o fator mais importante para se galgar posições pretendidas seriam os vínculos familiares, as alianças partidárias e as relações entre amigos.

É neste cenário que o recrutamento foi posto em prática e devemos nos atentar a estas questões. O Império do Brasil conviveu com estas características que moldaram as relações entre os indivíduos e as esferas de poder. O recrutamento militar fez parte também desta rede de proteção. Para entendermos melhor como isso funcionou devemos ampliar nosso foco de análise e tentar entender o funcionamento da ação recrutadora antes e ao longo da Guerra do Paraguai.

Para compreendermos o sistema de recrutamento antes da guerra contra o Paraguai é necessário que façamos uma análise das relações sociais presentes naquele contexto. Isso porque a incorporação de indivíduos teve diversos significados, como veremos. Ora o recrutamento funcionava como “angariador” de recrutas para fins militares e logísticos, ora como instrumento de proteção e de coesão social. Assim sendo, a dinâmica do recrutamento era norteadada de acordo com os interesses do governo e de elites locais, por sua influência dentro da sua localidade.

As elites rurais dominavam o Brasil oitocentista, coligando-se com poderes governamentais para perpetuar sua condição privilegiada. A sociedade brasileira era constituída por uma rede de relações entre patrões e clientes; relações pessoais de proteção e patronagem⁶⁵. Nessa sociedade nota-se a união entre a esfera pública e a esfera privada de poder como reflete Hendrik Kraay:

Senhores de engenho e donos de escravos dominavam a sociedade provincial; alianças familiares e ligações entre patronos e clientes uniam donos de terras aos governos provincial e imperial, enquanto laços semelhantes ligavam patrono, tanto como mecanismo coercitivo de última instância para manter as hierarquias de classe quanto como maneira na qual os pobres livres distinguiam dentre os com e os sem honra⁶⁶.

⁶⁴ Ibidem. p. 332.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ KRAAY, Hendrik. “Repensando o recrutamento Militar no Brasil Imperial”. *The Americas*, v.55, n.1:3-33, julho de 1998.

O recrutamento militar no século XIX não era organizado metodicamente, pois não apresentava uma uniformidade, um padrão de incorporação de contingentes bem estabelecido. Segundo Kraay⁶⁷, o recrutamento era competência das autoridades civis, tendo o Exército desempenhado papel bastante restrito nesse processo. Uma vez destinada tal operação às autoridades civis locais (como Juízes de Paz, Delegados, Subdelegados, Chefes de Policia), o recrutamento ficava à “mercê” de vontades e privilégios locais. Segundo o autor, o sistema de recrutamento era controlado pelas elites locais que, geralmente, manipulavam as autoridades civis para fiscalizar e controlar o recrutamento.

A lógica apresentada por Kraay pode ser observada como o “reflorescimento” das heranças clientelares, características do século XVIII⁶⁸ que ainda permaneciam estruturadas na sociedade imperial brasileira do século XIX. Assim sendo, notamos que o recrutamento não seguiu a padronização regular de prestação do serviço militar como vemos hoje nas sociedades atuais. Com isso, o recrutamento ganhou outros significados, deixando de ser praticado unicamente para completar os vazios nas fileiras do exército, passando a ser considerado como instrumento legal de imposição da ordem e da justiça. Kraay define que: “o recrutamento constituiu-se num mecanismo de controle social”⁶⁹.

Ao longo da primeira metade do século XIX, o Império do Brasil não contava com um exército regular, organizado e centralizado como o que havia na França. As forças de segurança pública muitas vezes eram controladas por poderes regionais, descartando a influência do poder central. Milícias e forças policiais restringiam-se a uma realidade reduzida em comparação aos ideais militares modernos. A força pública destinada à manutenção da paz e da ordem era dependente de vários componentes para funcionar, como a política e a estrutura burocrática local, aspectos que promoviam a total desconfiança e gerava, por razões óbvias (interesses particulares), a “decadência” dessa instituição.

É neste panorama que devemos entender o recrutamento e a campanha militar que fez marchar milhares de pessoas para a guerra. O recrutamento também dependia do uso dessa rede de lealdade, inserida num país que não possuía um Exército regular. Por isso, carências e improvisos eram comuns no cotidiano da organização militar no Brasil.

⁶⁷ Ibidem pp. 3-5.

⁶⁸ XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antônio Manuel. *As redes clientelares*. In: Hespânia, Antônio Manuel (org.) *História de Portugal. O Antigo Regime* Lisboa: Estampa, 1993. p. 382.

⁶⁹ KRAAY, Hendrik. “Repensando o recrutamento Militar no Brasil Imperial”. Op. Cit. p. 4.

Havia também o problema do preenchimento das fileiras do Exército, mesmo em tempos de paz⁷⁰. Esses problemas poderiam ser explicados por vários motivos. Os mais “visíveis” deles seria a incapacidade de o Estado Imperial de organizar de forma ordenada o exército nacional devido à ineficácia da construção de uma ordem imperial abrangente, com condições de controle nas instâncias mais remotas. A idéia de Império e de sua construção perpassa necessariamente pelos processos de ordenação e regularização social, como por exemplo, o recrutamento militar. Contudo, como vimos, as autoridades imperiais dependiam exclusivamente da boa vontade dos homens provinciais, pois o que percebemos é uma lacuna entre quem assina às ordens, quem executa essas ordens e quem obedecem a essas ordens. Dessa maneira, fica mais claro visualizarmos a dependência do Império para com a localidade, o que também caracterizou o modo de funcionamento do Império português⁷¹, em que a metrópole dependia dos seus agentes espalhados pelas colônias lusitanas. Colaborando com essa idéia, Fábio Faria Mendes define que: “a organização militar do Império será, sob vários aspectos, uma continuação do período colonial”⁷².

As forças militares brasileiras disponíveis para eventuais conflitos, antes da guerra do Paraguai, eram complementadas pela Guarda Nacional, isto por que o contingente do Exército era muito reduzido. A Guarda Nacional seguia as influências locais controladas por poderes regionais. Criada por meio do Ato Adicional de 1834, essa instituição era responsável em salvaguardar a ordem imperial estabelecida e representava dentre outras coisas o poder local e sua atuação autônoma no serviço da paz pública. No Brasil imperial, a justiça se caracterizou por estar á serviço dos interesses dos poderosos locais, e sendo assim, a Guarda Nacional representou o elo que ligou proprietários rurais ao governo.

Sendo considerada uma força “descentralizada” e por isso ser considerada uma força “distante” da corte, a Guarda Nacional, apesar de sua importância vital para a ordem imperial, dividiu participação nos conflitos externos do Império brasileiro. Neste sentido, preocupado com questões fronteiriças constantes na época e com manutenção do *status quo* vigente, Dom Pedro II incentivou a criação de uma “força central” subserviente aos anseios imperiais: a formação da armada, um exército modestamente

⁷⁰ MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Op. Cit. p.64

⁷¹ FRAGOSO, João L. Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁷² MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Op. Cit. p.75.

criado. Com isso o Império experimentou várias combinações de mecanismos para a prestação do serviço militar durante o século XIX, até o findar da guerra do Paraguai. Segundo Mendes⁷³, esses mecanismos seriam:

- [1.] contratação de mercenários estrangeiros
- [2.] apresentação de voluntários
- [3.] reengajamento de veteranos
- [4.] recrutamento forçado
- [5.] contingentes destacados da guarda nacional
- [6.] manumissão de escravos para o serviço de guerra

O recrutamento se caracterizava pela incorporação de indivíduos, incluindo-os nas fileiras do exército ou destacando para serviços de estabelecimento da ordem ou guerra. Muitas vezes o Poder Público capturava e aprisionava indivíduos que se recusavam a se tornar recrutas, vadios, malandros e todos os tipos de indesejáveis para o serviço das armas. Em 1822, o governo brasileiro implementou uma lei que definiria as classes de isenções e de proteção ao recrutamento militar no Brasil oitocentista. Esse regulamento representava a imposição do poder central nos grotões mais distantes do território brasileiro; era a tentativa de se formar uma força pública através do controle e aumento da rede de poderes e de influências que exercia o governo imperial. Tal lei era conhecida como *Instruções de 1822*.

As *Instruções de 1822* ditavam as normas para a dinâmica do recrutamento. Seus treze parágrafos organizavam e delimitavam os regulamentos, referindo-se àqueles que podiam ser recrutados ou não. Na maioria das vezes, as classes mais favorecidas tinham vantagens na Lei do Recrutamento, uma vez que esse regulamento isentava do recrutamento indivíduos possuidores de loja ou de mercado, casa de comércio, donos de escravos, proprietários de fazendas e estudantes. As Instruções de 1822 estipularam que estavam sujeitos ao recrutamento todos os homens brancos solteiros, e ainda pardos libertos de idade entre 18 a 35 anos, milicianos impropriamente alistados. Seriam isentos do serviço militar homens casados, irmão de órfão, que tiver a seu cargo a subsistência, filho único de lavrador, administrador de fazenda com mais de seis escravos, tropeiros, boiadeiros, mestre de ofício com loja aberta, pedreiros e carpinteiros

⁷³ *Ibidem*. p.94.

que tivessem bom comportamento. Também ficariam isentos do recrutamento as pessoas ligadas à navegação como marinheiros e ajudantes de embarcação⁷⁴.

O serviço militar era considerado um castigo, uma degradação, posto que os soldados do Exército eram indivíduos vistos como desclassificados que seriam expostos às más condições de vida nos quartéis, onde havia punições corporais para as faltas dos soldados; além da baixa remuneração e da péssima qualidade de vida que se levava nas acomodações militares⁷⁵.

Mendes, ao analisar a formação do exército e a vida militar no Império, aponta a incapacidade do governo complementar as fileiras de soldados nas repartições militares, mesmo em tempos de paz. O problema da deficiência numérica nos quartéis era fruto das difíceis condições do soldado, uma vez incorporado ao exército. Segundo o autor, tais condições seriam: o longo tempo de serviço, trabalhos pesados, privações e risco de toda sorte. Assim sendo, a consequência direta desses fatores eram a deserção ou até mesmo o falecimento devido à dura labuta na caserna⁷⁶.

Além disso, o recrutamento era realizado “à força”, ou seja, o indivíduo era “capturado”, sendo acorrentado e submetido às mesmas agruras de um preso ou de um escravo fujão. Compreende-se, assim, fatores que desmotivavam os indivíduos a se engajarem no serviço militar. Corroborando com essa idéia, Mendes cita o General Cunha Matos que comentou sobre a condição do soldado no Império: “a pior desgraça em todo o universo é ser recruta no Brasil. É uma punição. Um soldado comum é considerado um escravo miserável”⁷⁷.

A desmotivação dos homens também se deve pelas incertezas da nova vida. Aquartelados e “disponíveis” para qualquer missão, os indivíduos acostumados com suas terras e com seus afazeres sentiam repulsa só de imaginar que poderiam seguir para regiões inóspitas, com outro clima, relevo e topografia que os forçariam a grandes marchas e trabalhos desumanos na construção de pontes, acampamentos, entre outras “destrutivas” tarefas. O aspecto repugnante do recrutamento foi definido de acordo com seu funcionamento e significado por Mendes:

Os quartéis são interpretados pela boa sociedade como lugares de “perdição”, nos quais todos os valores ligados

⁷⁴ *Instruções de 10 de Julho de 1822*. Regula o recrutamento e define isenções.

⁷⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Op.Cit. p.111.

⁷⁶ MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Op.Cit. p.72.

⁷⁷ *Ibidem*. p.72.

à honra e à respeitabilidade são invertidos. Nas grandes cidades, especialmente, os soldados misturam-se ao mundo do crime e a desordem. O serviço das armas era visto pela população livre do Império como forma extrema de degradação social⁷⁸.

A desvalorização da instituição militar e o repúdio da sociedade para com ela incentivaram a população a desprezar as determinações imperiais. Dessa forma, nota-se que o recrutamento tornou-se uma tarefa muito difícil, uma vez que havia disputas e conflitos entre o governo imperial, agentes recrutadores e a população. Essas disputas conduziam

Ao recrutamento forçado estavam sujeitos todos os homens livres e libertos aptos entre 18 a 35 anos; esse verdadeiro jogo de “gato-e-rato” degradava a própria tarefa “recrutadora”, uma vez que os recrutas ou potenciais “recrutáveis”, eram, ou poderiam ser humilhados e mantidos em condições constrangedoras (sendo presos e acorrentados). Uma vez engajados nas tropas e nos quartéis, os militares de baixa patente (soldados e recrutas) eram muitas vezes tratados como escravos, sofrendo castigos terríveis e punições que não condiziam com o tratamento dado a um indivíduo em sua posição social, fato que contribuiu para tornar a instituição militar algo repulsivo frente à sociedade. Os castigos mais comuns eram as “pranchadas” de espada⁷⁹.

Seguindo este viés, Mendes observou que muitos desses indivíduos, recrutas ou potenciais recrutas, descontentes com a relação e o tratamento duro e punitivo do exército, realizavam esforços desesperados de evasão como: fugas, automutilação, resistência armada, falsificação de documentos e até mesmo casamentos de última hora. O Exército era considerado e tido como ambiente “repugnante”. Além de todos esses elementos apontados, os indivíduos que eram livres desejavam gozar de sua liberdade sem nenhuma tipo de obrigação, principalmente de forma forçada.

Tendo uma imagem “negativa”, o exército, mesmo em tempos de paz, não conseguia completar seu contingente, fazendo “uso” do recrutamento forçado como seu principal mecanismo para as contribuições da prestação militar. Dessa forma, o recrutamento militar e o Exército despertavam grande desconfiança por parte da população.

Discutindo a dinâmica do recrutamento, podemos nos basear nas idéias de Mendes em seu artigo “*A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império*

⁷⁸ *Ibidem*.p.81.

⁷⁹ *Ibidem*. p.70-76.

Brasileiro”. Nele, o autor relata a precária condição administrativa e burocrática presente no Império Brasileiro e as relações de poder por parte das instâncias locais. Para entendermos melhor essa situação o autor afirma que:

No Brasil imperial tornar-se-á dominante um modelo clientelar de relações entre centro e periferia, sobreposto às redes hierárquicas formais, sustentado por um sistema de trocas cujas principais “moedas” serão fidelidades, serviços e mercês. Sendo tênue e remota a capacidade de monitoramento e imposição de sanções por parte do poder central e, simultaneamente, acentuaria a imensidão dos notáveis em um conjunto variado e flutuante de compromissos locais, a administração honorária será fonte de problemas particularmente graves de construção de solidariedades entre o poder central e o quadro administrativo”⁸⁰.

Dessa forma, Mendes explica que o recrutamento não seguia nenhuma padronização institucional, sendo feito “ao sabor” dos interesses locais representados pelo Juiz de Paz, pelo Delegado, pelo Subdelegado e pelo Chefe de Polícia. Utilizando-se de um conceito thompsoniano (“economia moral”), o autor, ao discutir o recrutamento militar, elucida o repúdio que os indivíduos sentiam em relação a essa prática. Sendo assim, o recrutamento era visto como punição moral, pois os recrutados eram mantidos nos quartéis afastados da localidade e tidos como “prisioneiros”; dessa maneira, o recrutamento assumiu outros significados, como exemplifica Mendes:

O recrutamento não se pode considerar, de modo algum, como uma atividade administrativa regular. Nele se fazem mão de todos os recursos possíveis, por vezes desesperadamente. A sua frequência e o seu volume são episódicos, dependentes das necessidades de reposição da tropa, das emergências militares e dos humores políticos, e, portanto, variáveis segundo as circunstâncias e imprevisíveis nos seus resultados. Estão ausentes quaisquer mecanismos regulares de reposição das fileiras, e a falta de quaisquer registros prévios, tanto dos indivíduos aptos ao serviço quanto dos isentos, torna a tarefa altamente arbitrária, imprevisível e errática⁸¹.

Mendes, analisando as questões referentes às consequências desta ‘diferente’ forma de incorporação de homens compulsoriamente nas organizações militares, verifica a repugnância ao serviço militar e a resistência, seja ela individual ou coletiva, perante determinações do Estado. Dessa maneira, o autor observa em sua pesquisa a

⁸⁰ MENDES, Fábio Faria. “A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 13 (38), pp. 1-15, Versão Impressa, 1998. p. 4.

⁸¹ *Ibidem*. p. 9.

imprecisão do modelo criado pelo Estado Imperial, na medida em que o recrutamento deixava de cumprir seu objetivo estratégico de defesa da ordem e do país para servir de elemento regulador e repressor na sociedade. Esse processo promoveu a impermeabilidade das esferas público e privado, e com isso, os arranjos e os improvisos caracterizaram os anos do Império no Brasil. Segundo Fábio Mendes:

A precariedade material da administração e a ausência de regularidade nos serviços públicos mais essenciais combinam-se com o amadorismo dos funcionários, que desempenham múltiplas funções públicas e privadas. (...) A intervenção de notáveis locais e suas clientelas na manutenção da ordem é também prática recorrente. (...) A precariedade geral da administração, aliada à sua dependência de auxílios litúrgicos, implicou intensas dificuldades em institucionalizar a ordem pública. A fragmentação dos meios de violência significava, em última instância, que não podiam existir garantias suficientemente seguras de que as autoridades seriam mais poderosas que seus oponentes, que, aliás, dada a rotatividade dos partidos, poderiam estar no poder no dia seguinte⁸².

Refletindo acerca das precariedades deste sistema, Mendes verificou ações de resistências por parte dos indivíduos em relação a um procedimento que fere a moral e os princípios mais íntimos do ser. Construído para análise da plebe inglesa do século XVIII, esse conceito determina as relações quase sempre tumultuosas entre o poder central e determinações locais, ou as instâncias públicas e privadas. Thompson elabora este termo pesquisando os confrontos na praça do mercado sobre o acesso aos gêneros de primeira necessidade, visualizando uma ação legítima dos revoltosos, uma vez que os direitos herdados da tradição foram colocados em “xeque”. Dessa forma, o autor inglês, faz uma crítica à leitura histórica de irracionalidade na ação da multidão⁸³.

A dinâmica do recrutamento se alterou, levando em consideração as diferentes perspectivas que compõem sua estrutura e seu sentido. O recrutamento poderia ser visto como algo repugnante, mas ao mesmo tempo, como o exercício da justiça, uma vez que muitas famílias entregavam parentes desordeiros, ou a própria população apresentava maus elementos para serem incorporados às fileiras do exército⁸⁴.

⁸² Ibidem. p. 6.

⁸³ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 150-175.

⁸⁴ MENDES, Fábio Faria. “A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro”. Op. Cit. p. 9.

Para Mendes, a “economia moral” do recrutamento militar no Brasil imperial esteve ligada ao sentimento popular diante de um novo cenário (imprevisibilidade que poderia alterar toda a cena), tanto economicamente, quanto socialmente e politicamente. Diante desse prisma, o recrutamento representava a “desordem”, a desarticulação de uma maneira habitual de se viver. Por outro lado, a reação do público diante da tentativa de controle social por parte do Império é a resposta do outro prato da balança. Contudo, o governo tendia sempre o peso ao seu favor, e a população esforçava-se para equilibrar os valores. Assim, a resistência ao recrutamento é algo evidente bem como as diversas maneiras de ludibriar os agentes recrutadores. Segundo Hendrik Kraay:

...a característica predominante do recrutamento em tempo de paz era a existência de limites: poucos homens foram recrutados e ainda menos acabaram servindo. As autoridades que prendiam um número excessivo de homens que não encaixavam-se ao perfil cuidadosamente delineado do homem “recrutável” arriscavam-se muito. Os pobres livres podiam simplesmente desaparecer no interior, o que causava falta absoluta de recrutas (e de trabalhadores). Certa quantidade de violência sempre lubrificava o sistema, mas excesso de força arbitrária desmarcaria a hegemonia cultural da classe senhorial e do seu estado monárquico e produziria mais resistência⁸⁵.

3.2 Tensões e Contradições do Recrutamento Militar Sob as Condições de Guerra

Tendo como fiel da balança a dose certa de força, as autoridades imperiais (centrais) equilibravam suas ações entre a real necessidade do Império e a manutenção da vida nas instâncias locais sem grandes interferências. Como bem observado por Kraay, era muito arriscado exercer força máxima contra as populações, pois as consequências dessas práticas poderiam ser lastimáveis (revoltas e ações criminosas). Além disso, as próprias elites locais não aprovariam o desmantelamento a qualquer custo de sua gente. E pelo que podemos perceber todas as pessoas, incluindo os vadios, mandões, valentes, e todos os tipos de indivíduos completavam o quadro desse complexo tabuleiro imperial, fundamental para a manutenção da ordem estabelecida. Isto porque muitas vezes os ditos “marginais” prestavam seus serviços aos políticos e fazendeiros locais. Os homens considerados perigosos, em certas ocasiões, eram protegidos; tudo isso porque estavam dispostos a servirem aos mandatários com sua impiedade, resolvendo as pendengas e entreveros de seus protetores. Isto pode ser visto num apelo feito pelo jornal conservador “O Constitucional”:

⁸⁵ KRAAY, Hendrik. “Repensando o recrutamento Militar no Brasil Imperial”. Op. Cit. p. 7.

A policia desta boa terra não se distingue da que está flagellanda a província. É uma lepra que assola o povo para pugarmos os nosso pecados. Pobre povo! Tem coçado até sahir sangue. Aqui mesmo dentro do districto mora um assassino de nome Eugenio Valério, que não perde uma missa, assiste a todas as festas etc. Nas ultimas eleições Valero votou com o subdelegado de policia! O povo indignado da impunidade de um crime horroroso prendeo Eugenio Valério e entregou-o ao subdelegado que mandou soltar por não haver culpa formada! Este assassino agora tem carta branca para exterminar seus inimigos. E as authorities que assim procede prende por ódio político a Silvério Lopes de Carvalho, homem casado, pai de dous filhos, para recruta!...Não prende aos solteiros e vadios porque – precisa delles para.....a eleição. A authority policial desta infeliz terra precisa ser vista bem de perto. Venhão todos mira-la. Oh! Que cousa! É horrível!⁸⁶

Esse fato aconteceu em Queluz (Glória) no dia 22 de fevereiro de 1867 e evidencia a existência das redes de proteção nesse período. Como podemos perceber o relato denuncia a impunidade contra um “valentão”, um assassino que andou solto pela cidade provando que a “justiça” nem sempre trilhava uma racionalidade legal, ou seja, muitas das vezes não buscava a apuração e a punição de crimes, tendo como objetivo atender aos interesses de quem comandava o judiciário (autoridades policiais). O povo irritado se viu de mãos e pés atados, indignando-se com a soltura daquele fora-da-lei. Quem escreveu esta notícia procurou dar ênfase aquelas “ilegalidades”, julgando a má-fé do subdelegado em questão, quando na tentativa desesperada da população em prender o marginal, irritada de vê-lo frequentando ambiente sagrado (Igreja) e familiar (festas), ele é posto em liberdade por não haver evidências contra ele. Neste sentido, a conduta desse “mau elemento”, além de chocar os indivíduos, insere as práticas criminosas como parte atuante da justiça local, uma vez que este homem não foi punido pelos seus atos e teve “carta branca para exterminar seus inimigos”.

No mesmo parágrafo do texto do jornal é revelada outra realidade terrível para “os homens de bem”, provavelmente os conservadores e os não liberais, (pois os conservadores que financiavam) daquela localidade. No final da notícia, é relatada a prisão de um homem casado, pai de dois filhos, encarcerado para recruta motivado por ódio político. O redator finaliza a denúncia dizendo que os solteiros e os vadios não são presos, pois são necessários para as eleições. Por tudo isso, imaginamos como era

⁸⁶ “Constitucional”. Notação: JM-1239966. Edição: 26. Data: 26/02/1867. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

complexa a questão do recrutamento militar, que nem sempre se fazia exclusivamente para preencher vazios das fileiras, nem mesmo para suprir as necessidades da guerra.

Em última instância, a dinâmica do recrutamento terá sempre por finalidade servir o Império, porém funcionou de acordo com as conveniências locais representando a sentença judiciária e a punição para aquele considerado ameaça para os que controlavam a política e/ou detinham o poder. É por este motivo que devemos compreender seu significado numa perspectiva social e política, focalizando o recrutamento como uma prática dentro de uma realidade estabelecida, ressaltando a experiência local em função da ideia criada de um poder central com atuação sem escrúpulo.

Em sua análise para a província capixaba, Vânia Maria Losada Moreira⁸⁷ nos alerta sobre o significado do recrutamento militar no Espírito Santo. De acordo com a autora, o pavor pelo serviço militar promovia o esvaziamento das vilas em épocas de “pega”⁸⁸. O esvaziamento por sua vez promovia a reclamação por parte das autoridades responsáveis pelo recrutamento que frustravam-se devido à frequente corrida desses indivíduos para os matos. Para a Vânia Moreira, a finalidade do recrutamento não se restringia a fornecer um número suficiente de soldados para o serviço militar, visava também, exercer o controle social, punindo supostos desordeiros, homens pouco obedientes às hierarquias sociais ou aqueles recalcitrantes ao trabalho. Em sua pesquisa, destinada a observar o recrutamento entre as populações indígenas, Moreira observou a questão da vadiagem, que ligada aos índios impulsionou as autoridades capixabas o seu recrutamento. Todavia, percebemos o verdadeiro objetivo dessas autoridades, de controlar a ação dos indígenas, e diminuir ao máximo o papel dos cablocos nas localidades. Sua pesquisa revela os diversos significados do recrutamento, e como ele foi norteadado de acordo com os interesses das elites e do poder provincial.

Essas características conduziram a ação do recrutamento militar ao longo do Brasil imperial. Como vimos em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, essa característica foi comum, e seu funcionamento dependia das relações entre as esferas de poder, sendo que a atuação do poder central possibilitou a interferência e manipulação do resultado dos acontecimentos nas instâncias locais.

⁸⁷ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Guerra e paz no Espírito Santo: caboclisto, vadiagem e recrutamento militar das populações indígenas provinciais (1822-1875)*. <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/VMLMoreira.pdf>.

⁸⁸ Nome dado ao esforço para o recrutamento de homens nas vilas e cidades.

Uma vez estabelecido o seu funcionamento, as autoridades não poderiam prever os momentos de tensão do Império; tensões que culminaram com a alteração da prática do recrutamento. Os conflitos militares internos e externos geraram o desgaste dessa estrutura “fixada”, contribuindo para a desarmonia de sua dinâmica. Como dito antes, a balança deveria manter-se em equilíbrio: de um lado as necessidades das autoridades, da elite e do Estado, de outro, o bom funcionamento das cidades e das comunidades. Contudo, os diversos conflitos por que passou o Império brasileiro, “caíram” como pesos sobre os pratos dessa balança. Não temos como medir cada “peso”, mas o que nos interessa aqui é compreender que a Guerra do Paraguai pode ser considerada um peso decisivo para essa balança. Dessa maneira, entendemos o conflito entre o Império do Brasil e Solano Lopes como elemento desestabilizador da ordem até então vista. A Guerra do Paraguai, pela sua singularidade (entendemos aqui sua particularidade pela duração do conflito e pelo esforço humano feito) representou o momento em que o fiel dessa balança penderá para um lado inesperado, configurando o momento de contradição e crise.

Assim sendo, as práticas que caracterizaram o recrutamento militar no Império, marcadas pelas ilegalidades e ações de interesse pessoal e partidário, encontraram pela frente uma situação nunca antes vista. Por esse lado, cremos que a guerra contra o Paraguai colocou à prova a habilidade das autoridades em administrar a crise. A política local pôde tirar proveito desse momento crítico para organizar suas redes clientelares com menos atores, enviando para o fronte de guerra os menos protegidos. A ideia era sempre manter os domínios políticos e impor a vontade dos dominantes, que reconheciam na ação recrutadora uma saída para os problemas. Contudo, a “saída” dos menos protegidos não foi suficiente para dar corpo às forças militares da época, e as dificuldades da guerra impuseram uma alta necessidade de homens.

Não queremos afirmar que antes de 1865 essas práticas não ocorriam, porém, a concepção da guerra funcionou como combustível que fez acelerar ao máximo todo esse processo. As leis que antes protegiam à “qualquer um”, a política que antes estabelecia impunidade e descumprimento das regras, as redes partidárias que se estabeleciam, no momento de guerra, tiveram que ser reformuladas. A tensão e os conflitos entre os indivíduos somada à questão beligerante fez com que as autoridades imperiais exigissem das autoridades locais maior empenho. Por sua vez, as autoridades e os mandatários locais reassumiram uma nova condição, tendo nas mãos a “balança”, devendo manter um equilíbrio favorável aos seus interesses, mas para isso, deveriam

sacrificar alguns de seus “pesos”, ou seja, desfazer de compromissos de proteção antes estabelecidos para atender a necessidade do Império de se fazer a guerra e evitar que os seus interesses mais importantes, como por exemplo as eleições, não fosse prejudicada.

O recrutamento militar ao longo do século XIX no Brasil imperial foi constituído por “arranjos” e por coligações entre o poder imperial e as elites locais. Esses aspectos impediram o estabelecimento de um recrutamento burocratizado, eficiente e seguro, imune aos poderes e às influências regionais e locais⁸⁹.

Enraizado nas tradições e na cultura política de um país latifundiário, escravista⁹⁰, o recrutamento no Brasil oitocentista é um reflexo desse meio, em que o poder se dividiu nas mãos do estado imperial e dos senhores de terra. A desorganização estrutural de um corpo estatal moderno é verificada pelas intensas lutas partidárias e pelo sistema de clientelismo que ainda se estabelecia. A desorganização também é percebida nos quartéis e nos regimentos militares. Nesses lugares, o recruta era maltratado, muitas vezes desempenhando funções servis em lavouras e obras, trabalhando praticamente como escravos. Francisco Doratioto descreve a situação do Exército Brasileiro, narrando que:

O serviço militar era considerado um castigo, uma degradação, quer pelos soldados do Exército serem vistos como desclassificados pela elite, quer pelas más condições de vida nos quartéis. Neles havia punições corporais para as falhas dos soldados; (...); a tropa recebia apenas uma refeição por dia; as acomodações nos quartéis eram péssimas e o armamento antiquado⁹¹.

A péssima imagem do Exército perante a sociedade, e as notícias que vinham das planícies platinas eram aspectos que afastavam os indivíduos da incorporação militar. Segundo Ricardo Salles, servir nas fileiras do exército era algo que vinha acompanhado do estigma da humilhação social. Os quartéis eram considerados “depósitos de desocupados”, vagabundos e malandros⁹². Seguindo esse viés, o recrutamento militar pode ser considerado como um mecanismo de controle social, que funcionava como órgão de repreensão a desordem⁹³. Servir como recruta era considerado uma punição por muitos, e nem mesmo o entusiasmo patriótico dos

⁸⁹ KRAAY, Hendrik. “Repensando o recrutamento Militar no Brasil Imperial”. Op. Cit. p. 2.

⁹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras. 1990. pp. 23-24.

⁹¹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Op.Cit. p 111.

⁹² SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Op.cit. p. 62.

⁹³ KRAAY, Hendrik. “Repensando o recrutamento Militar no Brasil Imperial”. Op. Cit. p. 4.

primeiros tempos de guerra fez mudar essa imagem. Nos primeiros tempos do conflito, existia grande esperança em derrotar de forma rápida e eficiente o inimigo. Além disso, as promessas de garantias materiais seduziram muitos homens, que seguiram em direção à corte e a Uberlândia dispostos a marcharem para a linha de combate. Contudo, a imagem dos quartéis não mudou da noite para o dia, e sua imagem de lugar terrível ainda permaneceu. Somadas a essa circunstância, as notícias desestimulantes que vinham do conflito era mais um elemento negativo que minava o moral da tropa e dos possíveis recrutas. Enfim, os soldados formados pelo recrutamento, ao serem levado ao teatro da guerra expressavam sentimentos que iam do orgulho e honra, fruto do sentimento patriota, ao medo, revolta e incompreensão advindos da imposição e do caráter forçado do recrutamento. De acordo com Fábio Mendes:

A repugnância ao serviço militar acompanhará os padrões característicos de outras formas de resistência a prestação exigidas pelo Estado, seja na forma de taxação, seja na extensão das capacidades regulatórias de uma forma geral. As pautas de ação coletiva combinarão tradições de resistência baseadas na honra familiar e na *vedetta* com a destruição de registros e o bloqueio à ação dos oficiais públicos⁹⁴.

Essa repugnância caracterizou o ambiente militar daqueles tempos. Como bem revela o estudo de Vânia Maria Losada Moreira, a necessidade de impor a ordem e manter o equilíbrio no território alterou profundamente o significado da ação recrutadoras com objetivo de formar corpos militares. Essa nova representatividade forjou uma idéia “marginalizada” do recruta, visto como possuidor de mau comportamento e perturbador da ordem. Além disso, a situação dos indivíduos após serem recrutados era lastimável, uma vez que eram encarcerados, acorrentados e mantidos como presos em cadeias e quartéis. Assim como já foi descrito, os pobres e inativos (sem trabalho) eram os principais alvos para o recrutamento. Esse grupo sofreu tal “descaso”, pois era composto por “pobres indesejáveis” (migrantes, mendigos, vadios) que não gozavam de nenhum tipo de proteção, nem mesmo eram incluídos nos processos de produção⁹⁵.

Sob as condições de um conflito que se arrastava sem definição, o volume exigido pela guerra forçou algumas modificações na relação entre o governo central, os

⁹⁴ MENDES, Fábio Faria. “A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro”. Op. Cit. p. 11.

⁹⁵ IZECKSOHN, Vitor. *Resistência ao Recrutamento para o Exército durante as Guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na Década de 1860*. Op.cit. p. 8

chefes locais e seus agregados. Nesse sentido, o esforço de guerra levou um número expressivo de agregados e protegidos para dentro das fileiras do Exército⁹⁶. Isso fez gerar uma contradição na lógica já estabelecida no recrutamento. Setores que eram protegidos e isentos, como a Guarda Nacional, por exemplo, foram destinados ao campo de batalha semelhante ao mendigo, ao malandro e ao escravo, sofrendo o mesmo tratamento.

Percebe-se, pois, que o clientelismo estabelecido, que até então compunha a rede de proteção de muitos indivíduos na sociedade brasileira, fora “enfraquecido” devido às drásticas imposições do governo central diante das condições deploráveis da guerra. Tal situação levou o recrutamento a torna-se uma ameaça generalizada, com a ocorrência de várias revoltas contra essa prática. De acordo com Vitor Izecksohn:

Isso acontecia porque o recrutamento interferiu em lealdades estabelecidas, que assumiam a forma de contratos privados entre chefes locais e seus agregados. Quando a autoridade local mostrou-se impotente para impedir o recrutamento, uma explosão de rebeliões buscou retirar os recrutadores das localidades, restaurando as condições de convivência previamente existentes⁹⁷.

Em Minas Gerais, devido à crise imposta pela situação dramática da guerra, as autoridades locais muitas vezes perderam o comando do recrutamento e com isso não poderiam mais interferir nas redes de proteção que encobriam os indivíduos. Além disso, o desespero para se fazer a guerra colocava em constante conflito as esferas de poder, evidenciando os “atritos” entre o governo da capital da província e as determinações das localidades, incluído também questões partidários, como podemos observar num ofício enviado pelo Subdelegado de Polícia da cidade de Campanha em 27 de fevereiro de 1865 para Ouro Preto:

Havendo eu recrutado à Elias Viriato Catão, João Felisardo Pinheiro, Martiniano Pereira de Freitas e Vistor Gomes Coimbra por entender que todos elles estarão muito nas circunstancias de recrutas e Excelentíssimo Governo tem insistido para as Autoridades complementarem com toda a urgência o numero de recrutas que deve dar esta Província. Aconteceo que de Vossa Excelência mandou soltar o primeiro, sem me ouvir, e o primeiro Suplicante d’esta Delegacia soltou o segundo e o terceiro a pretexto de que sendo Guardas Nacionaes, não podião ser recrutados. Desta sorte, e sem que eu seja ouvido multiplica-se os meus atos, tornando-

⁹⁶ Ibidem.p.8.

⁹⁷ Ibidem. p. 9.

me desmoralizado, que he o que procura o partido conservador aqui acerca de toda a Authoridade Policial que com elle não factua. Nesta circumstancia, e estando somente preso o ultimo nomeado, Visctor Gomes Coimbra e que tem melhores condições do que qualquer dos outros, e com especialidade d'aquelle Elias Viriato Catão, e sobretudo o de não ser amigo de tirar o alheio contra vontade de seu dono accresce que conta que o fizerão, em vista do que tenho a honra de solicitar de Vossa Excelência a soltura também do referido Vistor, único recruta que resta no deposito publico⁹⁸.

Neste documento, o Subdelegado de Polícia, tendo suas ordens contrariadas pelo Presidente da Província que ostentava o cargo de Desembargador (alta autoridade judiciária), pede também a soltura de um dos presos, entendendo que a justiça deveria acontecer de forma a zelar pela equidade. Além disso, como podemos verificar no documento, a questão partidária também exercia influência sobre os acontecimentos e as ações nos lugarejos. As eleições poderiam mudar o rumo das coisas dependendo de quem saísse vencedor. Richard Graham percebeu a eficácia desse sistema no Brasil Imperial, destacando o sistema de lealdade que indivíduos e agentes políticos estabeleciam para manter (se for de interesse) ou restabelecer a ordem existente. Para o autor: “o que predominava era a lealdade à pessoa, não ao partido ou ao programa”⁹⁹.

Dessa forma, as definições políticas tinham peso fundamental na “ordem estratificada da sociedade brasileira”¹⁰⁰. As redes de proteção facilitaram a criação de uma unidade imperial essencial para o funcionamento político e econômico naquele tempo. Dessa maneira, a sociedade se constituía entre protetores e protegidos dentro de uma hierarquia social dominada pelas famílias mais ricas e por pessoas de notável influência. Neste sentido, Graham afirma que:

Esse extenso sistema, que alcançava milhares de quilômetros, era integrado por meio de pedidos de favores e pela consequente correspondência entre pretendentes, missivistas e aqueles que nomeavam os ocupantes dos cargos. A busca de posições governamentais dependia da manipulação de uma extensa trama de ligações, de modo tal que, neste sentido, o Estado ajudava a formar a nação. Mais uma vez se pode dizer: o clientelismo gerou o Brasil¹⁰¹.

⁹⁸ Ofício enviado pelo Subdelegado de Policia de Campanha em 27 de fevereiro de 1867 ao Governo Provincial sobre o Recrutamento. APM. (SP). Cx.: 1118.

⁹⁹ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Op.Cit. p. 204.

¹⁰⁰ Ibidem. p. 301.

¹⁰¹ Ibidem. p. 300.

Esse clientelismo enfatizado pelo autor pode ser verificado nos diversos pedidos de isenção feitos pelas autoridades responsáveis pelo recrutamento. Muitos documentos enviados para a capital da província mineira trazem em seu conteúdo apelos “exigindo” a soltura de recrutas, ou a verificação das *Instruções de 1822*, tudo isso para tentar soltar os indivíduos capturados pelos agentes. Podemos notar assim que os ofícios enviados pelas autoridades seguiam a conveniência e o apelo de seus suplicantes, homens inseridos na “teia” protetora. Apesar do compromisso entre as autoridades, esses pedidos muitas vezes contrariava as determinações do poder central (Ministério dos Negócios da Guerra) que exigiam a cada momento mais levadas de recrutas para o *front* de batalha.

Acompanhando o desenrolar das ações no contexto da guerra, compreendemos que as autoridades locais representaram tanto “aqueles que quartelavam os homens”, como os “juristas” que debruçavam sobre as leis de isenção, norteados por interesses particulares, para evitar que sua rede de proteção rompesse, e com isso, seu fundamental papel de protetores dentro da sua realidade. Homens que possuíam certo prestígio e vínculo com as redes de proteção estabelecidas mereciam “maior” atenção por parte das autoridades. Em Itajubá, uma autoridade apela à instância provincial a soltura de 3 homens por ele considerado respeitosos e, portanto, livres das amarras do recrutamento, enviando o pedido para a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, na Repartição do Ajudante Geral, em 10 de Junho de 1867:

Manuel Ribeiro Machado, Carolino Luiz de Almeida, e Ignácio Custódio Pereira Dias, allegão que sendo moradores na cidade de Itajubá, Província de Minas, aquelles mestre de officios com Loja aberta, e este negociante estabelecido na referida cidade forão recrutados para o Exército. Com os inclusos documentos pretende o primeiro mencionado provar que além de ser filho único de viúva, a quem serve de amparo, soffre encomodos; o segundo que também é filho único de viúva, tendo a seu cargo uma irmã aleijada; o terceiro que além de ser Guarda Nacional de reserva, é negociante estabelecido e soffre moléstias incuráveis. A secção é de parecer que remettido requerimento a Presidência da Província de Minas Geraes para informar o que se lhe offerecer acerca da pretensão dos Supplicants¹⁰².

Os pedidos apelaram para os problemas pessoais de seus suplicantes de modo a “desumanizar” o recrutamento, e com isso tentar “afrouxar” as rédeas do poder

¹⁰² Ofícios e mais atos do Governo sobre o recrutamento 1867-1868. SP-1272. Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. 10 de junho de 1867. APM.

provincial. Mas como pode ser percebido, a questão fundamental neste pedido é a referência que estes homens eram mestres em seus ofícios e possuíam Loja aberta na cidade em questão, o que nos leva a crer que seus serviços eram necessários para aquela comunidade, e por isso suas ausências traria desequilíbrio. Em compensação, o poder provincial, exigido pelo Império, aumentou sua vigilância para o cumprimento das ordens para o recrutamento, o que por sua vez, fez aumentar a resistência dos indivíduos. Diante desse quadro complexo de contradições as autoridades não encontravam soluções padronizadas para os problemas. Se por um lado os mandatários locais e os chefes políticos exigiam do estado imperial sua proteção, o Império exigia destes indivíduos maior eficácia no recrutamento. Do mesmo modo que multiplicavam os pedidos de isenção, multiplicavam também as ordens de prisão, de formação de corpos e de requerimento de forças para o campo de guerra. Contudo, o resultado dessa equação resultou no quadro conturbado e conflitante dessa dinâmica, revelando que a resistência e o desânimo de marchar para a campanha militar caracterizaram aqueles anos.

A falta de entusiasmo marcou o recrutamento militar a partir de 1866. As autoridades sem saber ao certo como deveriam atuar neste sentido seguiram suas intenções e interesses particulares, econômicos ou partidários, dando provas que a ação recrutadora foi um elemento inconstante e fluido, ao sabor da sorte e da boa vontade de seus responsáveis. Essa complexidade pode ser vista num ofício enviado para o presidente da província de Minas Gerais pelo Comandante Superior de Pitangui no dia 23 de Novembro de 1866, em que esta autoridade reclamava do total descaso para com as ordens do recrutamento:

Com pesar levo a presença de V. Exa que os Guardas designados no 12º batalhão para o serviço da guerra não aquartelarão se hontem, como havia sido ordenado ao Chefe do mesmo Corpo. Esta falta não he so filha do desamino, do terror, e da repugnância que se nota nos Guardas Nacionaes para o serviço de guerra; he talvez antes devida a froxidão dos officiais, que apesar das mais terminantes ordens, não tem elles comprehendido nossa situação e a responsabilidade que nos cabe. He ella sem duvida ainda a falta de interesse, a indiferença com que as autoridades policiaes tem encarado este tão importante serviço, e para provar que digo refiro o ultimamente passado com o Delegado de Policia deste Termo João Evangelista de Oliveira a quem communicando eu hontem a participação que me fes o Alferes Commandante do Destacamento que constava lhe haverem grupos de povo armado nos subúrbios da Cidade

para opporem embaraços a prisão dos designados nenhuma providencia me consta fosse tomada, nem ao menos se dignou aquella autoridade responder o meo officio. Assim he que contando os designados com a froxidão da Policia, com a dos officiaes facilmente se negão ao cumprimento de seos deveres. Fiz já extrair a relação dos designados, remettia ao Delegado de Policia de quem solicitei a prisão, e ordenei terminantemente ao Chefe d'aquelle Batalhão que debaixo de sua responsabilidade os fisesse immediatamente prender, empregando para isso a força destacada¹⁰³.

A indiferença de muitas autoridades pode ser compreendida como demonstração de que aqueles cujos nomes constavam as listas possuíam boas relações com àqueles responsáveis pelo seu aquartelamento. Ou mesmo, que a própria imagem da guerra e do recrutamento promovesse o enfraquecimento da chama do entusiasmo, o que gerou um total descaso para com as causas do Império. Além disso, devemos pensar também nas relações entre as autoridades, que muitas vezes, como revela o documento, não se entendiam. O funcionamento complexo da administração imperial fez com que os indivíduos atuassem de forma presa aos seus compromissos firmados, tanto na política quanto em questões financeiras, colocando esses atores em constante atrito. A política e os interesses partidários são elementos que compuseram a trama da burocracia local, e assim sendo, toda ação, e por efeito, toda reação poderiam ter essa conotação.

Ao examinar o recrutamento dos guardas nacionais, essas questões são latentes, isso por que a Guarda Nacional era composta, em tese, por homens de bem e com renda, e por essa razão a possibilidade de estarem na relação de protegidos das autoridades era maior. Da cidade do Serro, um agente recrutador noticia ao presidente da província das dificuldades do recrutamento e revela que certas autoridades daquela região se comportaram de maneira contrária aos interesses do governo desestabilizando o envio dos guardas nacionais:

Faço os esforços humanamente possíveis afim de que o contingente de Guardas Nacionais que tem de dar este Commando Superior esteja na Corte ate meados de Dezembro próximo, como exige o Governo e recomenda V. Exa no officio de 13 do passado: entretanto releve V. Exa que eu ainda um vez insite pelas medidas, que por varias tenho representado em favor do serviço publico e da Guarda Nacional sob meu Commando. Aguardo o ultimação das designações para longa e succintamente expor a V. Exa o inqualificável comportamento de alguns

¹⁰³ Offícios e mais papeis dirigidos ao Governo sobre a força pública (Novembro-Dezembro de 1866). SP-1145. Cidade de Pitangui 23 de Novembro de 1866. APM.

Chefes de Corpos e officiaes, que regando-se aos mais insignificantes serviços traxerão sérios embaraços ao prompto e necessário expediente¹⁰⁴.

Dessa maneira, a crise na prestação militar gerada pela necessidade da guerra acirrou ainda mais as relações entre as partes envolvidas. Fugas, desaparecimento para as matas, inúmeros pedidos de isenção e o desentendimento das próprias autoridades propiciaram o descontrole do objetivo proposto: o esforço para se fazer a campanha. A falta de um programa melhor planejado e conduzido e a própria imagem negativa dos quartéis, comboios e batalhas fez reduzir a oferta de recrutas de forma drástica, provocando nas autoridades mais ufanistas, e/ou nas “filiadas” aos objetivos do Império, um comportamento mais “agressivo” na prática do recrutamento. Por sua vez, o comportamento mais firme das autoridades resultou na repugnância dos indivíduos. Esse círculo vicioso, como um movimento pendular, ganhava mais intensidade a cada idas e vindas, provocando a fricção continua dos homens daqueles tempos. Essa contradição pode ser percebida num ofício feito pelo comandante superior dos municípios de Piumhi e Formiga no dia 11 de outubro de 1867, enviado para o doutor Elias Pinto de Carvalho, o então presidente de Minas Gerais:

Conforme communiquei a V. Exa tenho expedido todas as ordens, e dado todas as providencias para a reunião das praças designadas para marcharem para Uberaba. Isto não tenho conseguido por que de dia em dia, crescem as dificuldades na reunião destes designados, que só presos, bem poucos poderão seguir. Os designados estão fogidos para lugares insertos, e por isso difficilmente se poderá conseguir suas prisões, quando seja possível que isto mesmo tinha lugar; mas entretanto não cesso de applicar todos os meios que estiverem a meu alcance para que, o resto do contingente marcado a este Commando seja juntado com a possível brevidade¹⁰⁵.

Quando o comandante superior Manuel Teixeira relata a incapacidade de reunir as praças devido às dificuldades, ele traduz a realidade desse processo ao poder provincial demonstrando como a formação dos corpos militares dependia da boa vontade das autoridades, e por esse motivo o recrutamento muitas vezes tornou-se uma “guerra particular”. Com a necessidade constante de reforços humanos para “alimentar”

¹⁰⁴ Ofícios e mais papeis dirigidos ao Governo sobre a força pública (Novembro-Dezembro de 1866). SP-1145. Cidade do Serro 25 de Novembro de 1866. APM.

¹⁰⁵ Secretaria do Governo Provincial. SP-1193 Ofícios e mais papeis dirigidos ao Governo sobre força pública (setembro-dezembro) 1867. APM.

as forças de combate, o medo se espalhou pelas vilas e cidades e a tensão tomou conta das praças. Ninguém queria ser acorrentado, aquartelado, muito menos àqueles que outrora gozavam de isenções e privilégios dentro da sociedade. Todavia, as autoridades quando objetivavam a prisão e o recrutamento dos indivíduos não mediam esforços para isso. Mesmo com todos os obstáculos supracitados houve homens que expressaram convicções patrióticas e tiveram postura de “verdadeiros cumpridores do dever”. Marchando contra a corrente, o chefe de polícia da cidade de Piumhi, insatisfeito com a situação da formação dos corpos, principalmente com a desmotivada e parca participação da Guarda Nacional organizou em sua localidade novos rumos para o recrutamento sugerindo ao presidente da província mudanças para uma melhor absorção de recrutas:

Reconhecendo a difficuldade com que se luta n'estes lugares para a reunião do Contigente da G. N., aproveitei a reunião do Jury, e convoquei a Câmara Municipal d'esta Villa, as Autoridades locaes, o Commandante do Batalhão e Cidadãos importantes, e em uma reunião, que hontem teve lugar, demonstrei ao povo a necessidade que há do concurso dos Brasileiros para que se engrossem as fileiras do nosso exercito, demonstrei os inconvenientes do mal entendido Patronato aos Guardas Nacionais designados, e, de accordo com o Commandante do Batalhão, propus ao povo a substituição dos Guardas Nacionais designados n'este Município, por indivíduos nas condições de recrutas, com tanto que se desse um numero duplo, ou pelo menos que se desse numero igual, e mais metade dos G. Nacionais designados. Achei apoio da parte da Câmara, das Authoridades, e muita satisfação da parte do povo, que julga muito mais fácil este meio: e pois, reconhecendo a quase impossibilidades da reunião da Guarda Nacional fis sentir ao povo que hia dirigir-me a V. Exa, pedindo a aprovação da medida, e as necessárias comunicações ao Comando Superior da Formiga e Piumhy, para, no caso se consiga a substituição, ser suspensa a designação, e muito folgarei si V. Exa appovar este acto, filho do desejo que tenho de ser desafrentada a honra nacional, de ver minha Província natal imitando as outras e rastreando o seu nome. Foi nomeada uma Comissão Patriótica nesta Vila, e alem disso forão nomeadas Commissão locais com o mesmo fim. Promovi uma Subscrição, que já se elevou a 577\$000 reis, e espero que se eleve ainda. Não me faltão bons desejos, e proverá a Deus que meus Concidadãos me auxiliassem nos meus esforços em prol da causa Nacional. Continuo a trabalhar no sentido indicado, procurando substituir os Guardas Nacionais designados, mas foragidos, pelos recrutas, e aguardo com urgência a decisão de V. Exa que, a ser favorável, deve também ser communicada a Commissão Patriótica desta Villa. Espero

que V. Exa se digne desculpar-me, pois que, desejando conseguir gente para a guerra, e vendo a quase impossibilidade da reunião da G. N., julgo prestar um serviço ao meu Paiz assim procedendo, por que animo o povo a despovoar as mattas ocupadas por excelentes recrutas, que se acultão às vistas da Policia¹⁰⁶.

Neste officio, emitido no dia 8 de maio de 1867 para o presidente da província mineira, senhor Joaquim Saldanha, comprova a dificuldade de recrutar guardas nacionais designados, uma vez convocados para completar o contingente. Ao saberem dessas notícias, estes guardas fugiam, não reunindo número suficiente para sustentar os corpos militares tão necessários. Pedindo a colaboração das autoridades locais, e tendo a aprovação da comunidade, o chefe de polícia decidiu “contrariar” as ordens dadas a ele pelo poder provincial. A aprovação daqueles que detinham o comando da cidade, ou seja, “a câmara municipal, as autoridades locais, o comandante do batalhão e os cidadãos importantes” era algo essencial para o êxito na empreitada. Ter ou não o aval e o apoio da localidade nesse jogo de “gato e rato” poderia significar o sucesso ou o fracasso dessa missão recrutadora. Com a colaboração da comunidade, e considerando ser de melhor proveito o recrutamento de homens aptos ao invés da Guarda Nacional, o chefe de policia finaliza o documento ponderando ser essa uma boa solução, pois assim, “o povo” (os homens designados) poderia despovoar as matas e voltar ao convívio normal.

No intuito de maximizar as chances de arregimentar homens, as autoridades se superaram, articulando-se no sentido de reunir esforços para a ação. Comportando-se muitas vezes de forma veemente, as autoridades exigiram o cumprimento rigoroso das ordens expedidas e foram capazes de mobilizar toda comunidade por meio de sua influência e de seu prestígio. Conquistar espaço e ganhar posições nas localidades era imprescindível, bem como conquistar a lealdade e os serviços daqueles homens que se propunham a cooperar com a ação recrutadora. Em tempos de crise, toda ajuda era valiosa, e todas as medidas tomadas nesta direção potencializavam as condições para um melhor aproveitamento na dinâmica do preenchimento de contingentes. Contar com homens de confiança, imparciais diante de sua comunidade seria fundamental, pois a maioria das vezes agentes recrutadores eram policiais e guardas nacionais, o que

¹⁰⁶ Secretaria do Governo-Provincial. Officios e mais papeis dirigidos ao Governo sobre força pública. Maio – Julho 1867. SP-1191. APM.

provocava um baixo rendimento entre essas instituições, uma vez que esses agentes se comprometiam com suas próprias classes por meio de laços de amizade e proteção. Um caso interessante aconteceu na “Villa de Jaguary”, em 26 de Abril de 1867. Neste lugar, o subdelegado propôs ao presidente da província a nomeação de Inspetores de Quarteirão imparciais e isentos da exigência das redes de proteção que “emperravam” a ação dos recrutadores. Estelino Americano Ribas, o subdelegado de Jaguari, acreditava que a contratação de homens de confiança acelerariam o desempenho do recrutamento naquela vila. Em seu apelo o subdelegado descreve que:

Para o bom desempenho do cargo que exerço na crise actual em que se vê o pais, torna-se mister que sejam nomeados para Inspetores de Quarteirão homens robustos e inteligentes que possam desempenhar a tarefa que lhes é incumbida para se obter efficas resultado do recrutamento e prisão de designados. A maior parte dos Inspetores actuais, tirados da reserva da Guarda Nacional e da Policia, são enfermos e fracos, ou analphabetos, não podendo assim guardar o segredo que lhes é confiado. Os tirados da Guarda Nacional dos serviço activo não podem conservar a independência de character necessária para deligencias importantes por se verem sujeitos aos capitães de suas companhias, que sobre elles exercem um poder illimitado, que faz abortar os projetos da Policia, cujos empregado são de política diversa da d’aquelles. É por estes motivos que ousou esperar de V. exa a utilmedida de poderem ser nomeados Inspetores de Quarteirão homens aptos para esse cargo, hoje de grande confiança, tirados da lista de serviço activo da Guarda Nacional ficando isentos do mesmo serviço activo para poderem desempenhar livremente suas funções com que se colherá resultado duplamente vantajoso. Neste sentido já officiei ao Doutor Chefe de Polica. Porem não obtive resposta. Hoje recorro a V. Exa, visto como a medida é necessária e urgente, sem a qual quase nada se pode conseguir¹⁰⁷.

Como podemos perceber, o documento aponta a preocupação e o cuidado por parte da autoridade em questão de se nomear estes “Inspetores de Quarteirão”. Delegar e exercer o poder não eram tarefas fáceis, ainda mais levando em consideração o momento de crise que a guerra impunha. Por isso, as autoridades responsáveis pelo recrutamento militar dependeriam de homens de relativa parcialidade e sem “dependência política e institucional”, o que quase nunca acontecia, uma vez que estes “colaboradores” (Inspetores de Quarteirão) eram em sua maioria guardas nacionais

¹⁰⁷ Offícios e mais papeis dirigidos ao Governo acerca de Policia (1867). SP-1187. Villa de Jaguary, 26 de Abril de 1867. APM.

isentos do serviço e homens “inteligentes” (esclarecidos), que por sua vez também mantinham laços de fidelidade aos seus protegidos locais. Essas razões evidenciaram o caráter complexo daquele tempo e as contradições que enfrentava a ação recrutadora.

A guerra contra o Paraguai e a imposição de necessidades para se fazer o conflito provocaram a “abertura do leque” de opções de recrutas e dos métodos de recrutamento de uma maneira nunca antes vista. No ano de 1866, quando as remessas dos Voluntários da Pátria já não surtiam mais o efeito esperado, a “voracidade” do Ministério da Guerra voltou-se para a Guarda Nacional. A designação dos guardas nacionais foi vista como “a solução dos problemas”. Assim sendo, inúmeras ordens e pedidos viajaram da corte para Minas, exigindo com grande urgência o envio de guardas nacionais para o efetivo de guerra¹⁰⁸.

Essas ordens por sua vez foram retransmitidas aos responsáveis pelo recrutamento espalhados pelo território mineiro. Os documentos vindos do poder central instruíam a maneira correta para se fazer o recrutamento, de acordo com essas ordens “o Governo Imperial não poderia aprovar violências nem tropelias da parte dos agentes do recrutamento”¹⁰⁹. Apesar das instruções para a prática da ação moderada, notamos o uso da violência por parte dos recrutadores, denunciados por meio de cartas e pelos jornais da época¹¹⁰. Diante desse desencontro de regras, podemos pensar em algumas hipóteses para explicar essa questão. O desejo do uso moderado de força pode ser entendido como elemento de prevenção de revoltas e por isso evitando um aumento sistemático da resistência. Outra explicação viável seria o desconhecimento por parte do Império da real situação do povo brasileiro, principalmente dos súditos menos expressivos de uma monarquia distante. Todavia, o que sabemos e podemos afirmar é que o recrutamento militar estabeleceu uma nova dinâmica social nas localidades. Essa nova dinâmica teve efeitos decisivos em algumas regiões de Minas Gerais. Vejamos o exemplo da cidade de Januária, que, sem sucesso em seu recrutamento de voluntários, colocou todo seu batalhão de guardas nacionais a disposição do presidente da província:

Acuso o recebimento da circular reservada de V. Exa de 9 de outubro p. p. em que recomenda que V. Exa que empregue todas as meos esforços para que reúna o maior numero de Voluntários, e de Recrutas para o

¹⁰⁸ Secretaria do Governo Provincial. SP-1127. Ofícios e Avisos dos Ministérios do Império e da Guerra. APM.

¹⁰⁹ Secretaria do Governo Provincial. SP-1127. Ofícios e Avisos dos Ministérios do Império e da Guerra. Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios da Guerra, 6 fevereiro de 1866. APM.

¹¹⁰ Como por exemplo, as denúncias do jornal conservador “O Constitucional”, que relatava os inúmeros casos de desrespeito aos cidadão de bem e o uso irrestrito de força na ação truculenta do recrutamento.

preenchimento dos corpos existentes, e criação de outros no Exército de operação contra o Paraguay. Em resposta tenho de certificar a V. Exa que tenho envidado, e continuo a enviar meos fracos esforços para o engajamento de Voluntários, não tendo todavia conseguido alistar um só, em rasão do terror e pânico que apoderam do Povo em consequência dos falsos boatos advindos espalhados pelos inimigos da actual situação política. Havendo porem cerca de seis centos de Guardas Nacionaes Solteiros, e Viúvos sem filhos no Batalhão sob meo Commando, pondero a V. Exa autilidade de me ser dada autorização para Recrutar na Guarda Nacional, em que, todavia protexto porta-me com toda prudência e circumspecção. Tenho prestado ao Senhor Delegado de Policia todo o auxilio que me ha requisitado no sentido de obter recrutas¹¹¹.

Imaginemos a reação por parte do presidente de Minas ao ver esse pedido em seu gabinete, já preocupado em saber que as remessas tornavam-se menores. Diante do quadro de crise da prestação do serviço militar, um pedido desses era algo raro. Tudo nos faz crer que o então presidente da província autorizou esse recrutamento. Provavelmente a relação dos designados continha as exceções de praxe consoante à lógica da rede de proteção vigente. Outro fato que nos chama atenção é o grande número de guardas nacionais reunidos neste batalhão, bem como a “liberalidade” por parte da autoridade responsável pela força pública na região norte-mineira.

Deve ser por esse motivo que a região ganhou atenção do presidente de província. Nesta mesma época, o comandante superior da Guarda Nacional de Montes Claros recebeu por parte da presidência ordens para o envio de corpos formados por guardas nacionais:

Tenho a honra de accusar recebida a Portaria de V. Exa datada de 19 de Outubro próximo pretérito, em a qual me declaro que para serem executadas com a maior brevidade as Ordens do Governos Imperial, quanto a urgente remessa do Contingente da Guarda Nacional marcado para esta Província, e que deve marchar quanto antes para essa Capital; devendo este Commando Superior dar o numero de oitenta Guardas Nacionaes, conforme a distribuição por V. Exa deliberada em attenção a força de cada um dos respectivos Commandos: ordena-me, que para satisfação do que me cabe dê as

¹¹¹ Offícios e mais papéis dirigidos ao Governo sobre a força pública (Novembro-Dezembro de 1866). SP-1145. Cidade de Januária 10 de novembro de 1866. APM.

necessárias e terminantes ordens, observadas as Instruções (...) ¹¹².

Esses apelos feitos, e as diversas ordens para o recrutamento respondiam as necessidades do Império. Minas Gerias, especificamente, enviou baixo número de soldados, por encontrar em seu território muitas dificuldade. Os poucos que eram remetidos ou fugiam pelo caminho, suplicava isenções ou desertam. Minas Gerais era tida como um mal exemplo de patriotismo. Mesmo possuindo a maior população do Império, e sendo uma província presente na vida do governo, os mineiros contribuíram de forma desastrosa. A deserção caracterizou a dinâmica nas localidades como bem revelou o ofício enviado pelo Ministério dos Negócios da Guerra Rio de Janeiro, no dia 14 de Agosto de 1866 para a presidência de Minas:

Fique V. Exa na inteligência de que todas as praças da Guarda Nacional dessa Província, que tendo sido designadas para o serviço da guerra actual, desertarão e se achão nas circunstancias de ser indultadas em virtude do Decreto do 1º de Maio do corrente anno, deverão assentar praça e seguir para o 1º Corpo de Exercito e, operações fora do Império contra o Paraguay ¹¹³.

A fuga dos homens aptos a seguirem para a guerra é uma reação de defesa, inata ao ser humano. Não encontrando proteção nas redes clientelares, esses homens elaboraram estratégias de resistência, vendo nos matos e na imensidão do território a saída para seus trágicos destinos. As dificuldades eram tantas que o próprio Dom Pedro, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, remeteu à província mineira ordens para fazer perdoar crimes de isenção por parte dos componentes da armada: “Remetto a V. Exa os inclusos exemplares impressos do Decreto de 15 do corrente, pelo qual Houve Sua Magestade O Imperador por bem perdoar aos réos do Corpo de imperiais marinheiros, Batalhão Naval e marinhagem da Armada, o crime de primeira e segunda deserção simples e agravada” ¹¹⁴.

Essas ações contribuíram com o argumento de que a campanha militar brasileira em solo platino gerou inúmeras contradições, arranjos e rearranjos. Com o foco voltado para os passos de Solano Lopes, o Império do Brasil encontrou pela frente “inimigos”

¹¹² Ofícios e mais papeis dirigidos ao Governo sobre a força pública (Novembro-Dezembro de 1866). SP-1145. Montes Claros, 22 de Novembro de 1866. APM.

¹¹³ Secretaria do Governo Provincial SP-1127. Ofícios e Avisos dos Ministérios do Império e da Guerra. Ministério dos Negócios da Guerra Rio de Janeiro, 14 de Agosto de 1866. APM.

¹¹⁴ Secretaria do Governo Provincial SP-1128 (1866). Ofícios e avisos dos Ministérios da Fazenda, Agricultura, Marinha e Estrangeiros. APM.

internos que criaram obstáculos para ação recrutadora. Para lutar contra isso, e potencializar a capacidade de formar soldados, as autoridades responsáveis pelo recrutamento, seguindo as exigências de seus superiores, “inauguraram” uma fase dramática do recrutamento. Nesta fase, homens casados, aleijados, cegos, velhos, todos poderiam cair nas correntes dos agentes recrutadores. Os indivíduos aptos a marcharem ganharam valor, como uma mercadoria valiosa, como uma arma de guerra fundamental para o êxito da operação militar. O valor agregado as eles variou conforme a lógica do mercado. Não estamos afirmando que houve compra de homens livres. Mas casos como substituição de soldados, compra de isenções fraudulentas, manumissão de escravos inseriram uma lógica mercadológica nas questões referentes ao recrutamento. Como já dito, o recruta era visto como um escravo, não só pelo tratamento sofrido, mas também, como podemos refletir, pelo valor imposto pela lei da oferta e procura. A necessidade enfreada por soldados valorizou o recrutamento e cobriu de “pompas” a ação bem sucedida. Em consequência disso, houve o aumento da resistência e dos pedidos de isenção. O círculo vicioso se confirmava e ganhava forças, alimentado pelas falhas administrativas e pela incapacidade do Império em impor suas regras.

Essa questão pode ser identificada em um pedido feito da cadeia de Ouro Preto, no dia 8 de julho de 1867, por Custodio Coelho dos Santos, responsável pela condução de recrutas na cidade de Paracatu, ao chefe de polícia que enviou seu pedido para o Palácio do Governo em 10 de Julho de 1867:

Custodio Coelho dos Santos preso na Cadêa d'esta Capital com destino ao recrutamento reclama a V. Exa a injustiça de que talvez seja victma. O Exmo senhor Suplicante é Guarda Nacional da reserva da Cidade do Pracatu onde foi notificado para a condução de recrutas a esta Capital, prestando-se porem acontecer que em caminho evadio-se o recruta Manuel Joaquim mas não por culpa do Suplicante que não obstante a avançada idade prestou-se o risco a captura-lo; mas não o podendo obter foi prezo pelo Senhor Capitão que comandava a escolta e assim acorrentado seguio até aqui entrando no numero de recrutas aqui apresentados. Ora o Suplicante é o arrimo de uma numeroza família, sua idade já lhe não permite o ser recrutado todos os que com elle vierão prestão-se a provar o allegado, pede por tanto o Suplicante que V. Exa lhe faça justiça submenttendo-o a um conselho, onde o Suplicante pretende provar sua izenção¹¹⁵.

¹¹⁵ Ofícios e mais papeis dirigidos ao Governo acerca de Polícia (1867). Palácio do Governo 10 de julho de 1867. SP-1187. APM.

Custódio Coelho, ao perder um recruta de sua responsabilidade pagou com sua própria sorte essa falha. Velho, não logrou êxito em sua tentativa de captura do recruta fujão. Pagou caro por isso, mesmo sendo membro da comissão que condizia o comboio, mesmo tendo idade incompatível às agruras de guerra, mesmo alegando ser arrimo de família, e deles o seu protetor. Como um escravo foi acorrentado e como um vadio, recolhido à cadeia. Moralmente abalado, sua última esperança era o bom senso de seu juiz, o presidente da província.

A busca por proteção, o medo, as injustiças cometidas, as formas de resistência, as práticas violentas cometidas, as “redes de solidariedade”, moldaram o mosaico imperial daqueles tempos beligerantes. Interesses pessoais, econômicos e partidários influenciaram o comportamento dos indivíduos, que viam nas “surpresas” da guerra, uma brecha para eliminarem seus inimigos ou de se protegerem contra eles. A dinâmica desse funcionamento representou o próprio cotidiano incerto das coisas no Brasil imperial. Dessa forma, compreendemos que o recrutamento foi uma atividade necessária para se fazer a campanha contra o Paraguai, contudo colocou a prova toda habilidade dos agentes e autoridades num jogo complicado entre a necessidade e a proteção.

4 OS MINEIROS E AS ARMAS: A REPERCUÇÃO DO RECRUTAMENTO NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

4.1 A guerra e as modalidades de incorporação militar

No momento em que o Império do Brasil declarou guerra, ofícios e mais papéis se dirigiram para todas as províncias, saindo dos Ministérios da Corte, passando pelas mãos dos Presidentes de Província, que por sua vez, repassavam o apelo às autoridades espalhadas por sua “terra”. Em Minas, esse apelo ecoou de maneira incisiva desde o começo da batalha contra os paraguaios. Diversas ordens eram remetidas para as autoridades responsáveis pelo recrutamento, afim de que fizessem preencher as fileiras do exército.

Já em 2 de janeiro de 1865, o Presidente da Província de Minas Gerais (Desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite) remeteu ao comandante e subdelegado de Rio Acima um pedido para que, naquele distrito, pessoas aptas e nas condições legais marchassem para o campo de guerra¹¹⁶. Isso foi apenas um exemplo das várias ordens emitidas do poder central da província mineira que viajaram por centenas de localidades, espalhando as notícias da pátria, bem como a necessidade de formar tropas.

Nos primeiros tempos do período beligerante não se pouparam esforços para inculcar nas autoridades o fundamental papel que elas representavam para o Império. Podemos observar esse sentimento num ofício enviado do Palácio da Presidência da Província de Minas (Ouro Preto) ao Ministro da Justiça e ao Chefe de Polícia daquele termo, no início de 1865 :

Devendo completar-se o número de recrutas que cabe dar esta Província se torna mais infuriosa essa obrigação agora, quando pelo Ministro da Guerra forão infundidas novas ordens e o governo Imperial tem de vingar a honra nacional ultrajada pelo Estrangeiro. Procura (Vossa Excelência) conforme as instruções, recrutas unicamente indivíduos robustos e apropriados para o serviço militar: atenda muito para que não seja preso ninguém que tenha por si as isenções legais. Praticar-se a contrario disto será (sic) grave injustiça com

¹¹⁶ Secretaria do Governo Provincial (1865). Originais de ofícios e mais papeis dirigidos ao Governo sobre o recrutamento, Cx.: 1118.

vexames para os particulares ônus para os cofres públicos, que terão de surportar a inútil dispensa da alimentação e transporte de indivíduos que impreterivelmente terão de ser dispensados pelo Governo¹¹⁷.

Observa-se, de forma clara, a preocupação do presidente da província em garantir os direitos daqueles indivíduos que gozavam de prerrogativas que os isentasse do serviço militar. Todavia, lembremos que no primeiro momento de guerra houve muito mais euforia e entusiasmo por parte do povo, ao invés de uma resistência mais incisiva naqueles primeiros passos do conflito¹¹⁸. Os meses iniciais foram marcados por um recrutamento mais discreto, tendo como força principal o serviço voluntário e o destacamento da força já existente

Como a historiografia vem demonstrando, a campanha brasileira foi caracterizada por uma série de improvisações, desorganização e irregularidades de todos os tipos, tanto na frente de guerra quanto na mobilização interna para a batalha. A insuficiência de recursos humanos no exército forçou o Governo Imperial a criar novos meios de incorporação militar na tentativa de suprir as necessidades das fileiras na campanha contra o Paraguai.

A mobilização imediata se caracterizou pela formação dos Corpos de Voluntários da Pátria. Segundo Zildete Martins¹¹⁹, esse corpo foi criado em 7 de janeiro de 1865, pelo Decreto número 3371, que previa em sua constituição a inclusão de cidadãos entre 18 e 50 anos, que receberiam 500 réis diários, uma gratificação de 300 mil réis ao darem baixa no final da guerra e uma porção de terras de 22.500 praças quadradas nas colônias militares e agrícolas. A convocação dos Voluntários da Pátria para a guerra foi imediata, como demonstra a circular de 4 de janeiro de 1865, do então Presidente da Província de Minas Pedro de Alcântara Cerqueira Leite a todos os Comandantes Superiores dos corpos e câmaras:

Pela circular do Ministro dos Negócios da Justiça datada de 26 de Dezembro do anno passado foi ordenado a esta Presidenciaa que se promovesse com a maior efficacia a criação dos Corpos de Voluntários nesta Província em auxilio do Exercito, e armando para desaffrontar se os agravos feitos ao Impérios pelas Republicas do Uruguai e Paraguai. A Presidência da Província escolhe Vossa Senhoria para no distrito de seu Comando designar em

¹¹⁷ Secretaria da Presidência (Janeiro de 1865). Subsérie: Polícia CX.: 9.

¹¹⁸ KRAAY, Hendrik. “Repensando o recrutamento Militar no Brasil Imperial”. Op. Cit. p. 4.

¹¹⁹ MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. *A participação de Goiás na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia . Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1983.

cada Freguesia pessoas, que volutariamente se oferecerem para tão nobre fim. De seu patriotismo corresponda aos (sic) do Governo Imperial em salvar a dignidade nacional e que com isso prestará a Vossa Pátria mais um importante serviço, como todos nós lhe devemos¹²⁰.

Os corpos de voluntários da Pátria representaram a primeira das inovações institucionais induzidas pela crise no Paraguai, no campo da prestação militar para o serviço extraordinário de guerra¹²¹. A criação dos voluntários da Pátria e seu uso na guerra foi objeto de estudo gerando perspectivas diferentes sobre o tema. Enquanto alguns autores se posicionaram de maneira idealista acerca dos voluntários da Pátria¹²², outros interpretam sua criação como um disfarce ideológico para a prática desmedida do recrutamento (principalmente de escravos alforriados)¹²³.

Não se pode negar, porém, que a criação dos corpos de voluntários da Pátria esteve intimamente ligada à grande onda de entusiasmo, alimentada pela suposição de que a guerra seria breve e fácil¹²⁴. De acordo com Francisco Doratioto, no primeiro momento da guerra, os voluntários da Pátria, além de suprir as devidas necessidades de contingente, estavam imbuídos de um sentimento nacionalista: “na realidade, enquanto a elite, representada pela Guarda Nacional, resistia a ir para a guerra, no setor popular houve entusiasmo patriótico para preencher os corpos de voluntários da Pátria”¹²⁵.

Em Minas, as autoridades (agentes do recrutamento) vivenciaram o apelo patriótico incentivado pelo poder imperial. Movido muitas vezes por este apelo ufanista e pela honra do dever cumprido as autoridades mineiras se esforçavam para obedecerem as ordens superiores. O delegado de polícia da cidade de Santa Rita, em 5 de fevereiro de 1865, comunica ao Presidente de Minas Gerais seu esforço para obedecer às determinações do Império e daquela presidência, com o objetivo de angariar soldados para o esforço militar:

¹²⁰ Circular do Ministro dos Negócios da Justiça. APM. Seção Provincial (SP): Códice SP. N.1112.

¹²¹ MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Op.Cit. p.222.

¹²² CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Op. Cit.; CHIAVENATO, Júlio José. *Genócio Americano: a Guerra do Paraguai*. Op. Cit.; FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. v 1- 5. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1956.

¹²³ MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Op.Cit.; SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte. Os Escravos Brasileiros na Guerra do Paraguai*. Op. Cit.

¹²⁴ MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Op.Cit. p.224.

¹²⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Op.Cit. p.116.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência o recebimento da circular de 12 de Janeiro do corrente, dirigida por Vossa Excelência activando o recrutamento, afim não so de se cumprir hum dever de Cidadão Brasileiro, como de sustentar a reputação de Patriótica que tem a nossa Provincia de Minas para reprimir os republicanos de Uruguay e Paraguay. Possuido de jubilo ao ler a circular de Vossa Excelência por ver a dedicação que nella apresenta, em amor da Pátria, tenho de protestar que não pouparei esforços não só no recrutamento, como em promover o alistamento de voluntários e pode de Vossa Excelência contar certos os meses trabalhados em prol da Pátria e ordenar sobre o que for conveniente¹²⁶.

A reação positiva por parte daquela autoridade nos chama atenção, e nos faz refletir o porque algumas autoridades responsáveis pelo recrutamento se esforçaram mais, ou muito mais do que outras. Estas questões nos fazem pensar, por exemplo, que poderia existir uma relação político-partidária entre o chefe de polícia e o presidente da província, ou até mesmo, que esta autoridade assim agiu por sua vontade própria movido pelo interesse de alistar inimigos políticos e desavenças de seu distrito. A dinâmica do recrutamento se deu ao sabor das questões provincianas e guiado pela necessidade de se fazer o jogo político e administrativo no complexo xadrez social, marcado pelas redes pessoais que ditavam a realidade no Império.

Buscando as informações que circulavam na província mineira, principalmente no termo de Ouro Preto, visualizamos o quanto as lutas partidárias se fizeram presentes na dinâmica e no funcionamento do recrutamento militar. Na administração do presidente Saldanha Marinho, político liberal que enfrentou os piores momentos da guerra, o jornal “Constitucional” revelou a seu público como a política segregava as pessoas, e como as influências partidárias eram fundamentais para dirigir as ordens. Na cidade de Bomfim, no dia 24 de março de 1867, o que se noticiava era que:

Os conservadores deste termo são victimas das maiores perseguições; para elles não há garantias, as leis não tem vigor, a constituição esta morta, e só lhes resta o martyrio. E a Piedade dos Geraes principalmente, por ser uma freguesia eminentemente consetvadora é victima das iras dos régulos da terra. O subdelegado Marcellino Ribeiro Maia para ali requisitou uma forma, e há 3 dias está o arraial em verdadeiro sitio. As casas dos conservadores são cercadas durante a noite, soffrem

¹²⁶ Offício recebido pelo Presidente de Província em 5 de fevereiro de 1865. APM. Sessão Provincial. Cx.: 1118.

rigorosas buscas, não respeitam nem se quer, as leis da moralidade e do pudor, que protegem as famílias¹²⁷.

Como podemos perceber, o cotidiano dessas pessoas estava intimamente ligado ao seu posicionamento dentro da comunidade. Conservadores e Liberais se duelavam pelo poder na corte, nas assembleias provinciais, e principalmente, nas localidades, onde o embate não se reservava apenas no âmbito das ideias e de “programas” de desenvolvimento do Império, mas por inúmeras práticas moralmente inescrupulosas. Nas instâncias locais valiam de tudo: agressões, desrespeito às liberdades e garantias, perseguições, fraudes e demais crimes; tudo isso apimentado e inflamado pela famigerada questão da guerra. Nessa mesma edição do jornal, a descrição de um episódio chama atenção:

Há poucos dias foi preso o cidadão Fortunato Pimenta, enviado para o Bomfim, incontinenti designado, e no mesmo dia carregado de ferros foi mandado para Ouro Preto, não se lhe concedendo nem sequer, uma hora para tratar de seus negócios. Este homem é pai de numerosa família além disso é aleijado; tem prestado muitos serviços, e ainda há pouco acaba de estar no Bomfim no destacamento por mais de um mez; porem nada disso vale-lhe por ser conservador! Sua família nem mesmo tem o direito de prantear a sorte de seu chefe; os homens do poder levão a sua maldade ao cynismo, offerecendo a essa pobre família o pão em troco da deshonra da mulher e das filhas!! Na Piedade dos Geraes não há designados nem indivíduos nas circuntancias de serem recrutados, a estada de uma força ali só tem por fim desfeitear aos conservadores¹²⁸.

É evidente que notícias como essas estão sendo escritas por mãos tendenciosas, pois o jornal em questão se alinha com o posicionamento do Partido Conservador, todavia, não podemos descartar suas informações e suas críticas à política liberal e à presidência de Saldanha Marinho. Além do mais, verificamos que a documentação oficial enviada e recebida pelas autoridades provinciais e pelo presidente da província confirma essas conflituosas ações que imprimiam atrito constante na sociedade.

Tais conflitos caracterizaram a vida do Império, não somente em períodos críticos de campanhas militares, sendo que o momento de guerra pode ser compreendido como um forte catalisador dessa crise. As peças deste complicado xadrez tornavam-se mais vulneráveis com a audácia e a esperteza dos correligionários.

¹²⁷ “Constitucional”. Notação: JM-1239973. Edição: 33. Data: 13/04/1867. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

¹²⁸ Ibidem.

Certamente, os resultados eleitorais tiveram forte repercussão na vida das pessoas naqueles tempos, o que explica o intenso controle das eleições pelos mandatários políticos regionais. Esse momento de definição era tão importante que muitas vezes as ordens de recrutamento só aconteciam ou tinham instruções para efetivarem depois das prévias eleitorais. Entendemos que a proteção dos recrutas para as eleições se deve pela necessidade de seus votos, para evitar conflitos devido às prisões, e por consequência, impedir a reação negativa da população. Num ofício enviado pelo Alferes Secretário Instalado de Juiz de Fora, Raymundo de Paula Ferreira Xavier, ao comandante da polícia Tenente Coronel Comandante Joze Maria de Siqueira Cezar, relatando a condução de recrutas mineiros para a Corte, observamos como é clara a manifestação daquela autoridade acerca das eleições:

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa que fui requisitado pelo Delegado de Policia até que passase as eleições, e passadas estas o mesmo Delegado requisitou as praças que vierão sob commando do Sargento Manuel Correia de Alvarenga Junior para auxiliar a condução de recrutas que seguio para a Corte do Império, com praças da Guarda Nacional, sob o commando do Tenente Coronel Martinianno Peixoto de Minaranda; ficando às praças sob meu commando fazendo guarnição da cadeia desta cidade, conforme fui ordenado pelo mesmo Senhor Delegado, até que se recolherão á este Destacamento aquellas praças que se achão em diligencia¹²⁹.

O oficial militar do Destacamento do Corpo Policial da Cidade de Juiz de Fora teve o cuidado de relatar ao chefe de polícia em Ouro Preto que tão logo passassem as eleições a requisição seria imediatamente efetuada, como foi. Outro caso que nos chama bastante atenção, foi um ofício enviado pela Secretaria de Policia de Minas Gerais para o presidente da província, para que este as localidades mineiras a interrupção do recrutamento devido às eleições para o Senado. Todavia, o chefe de polícia Francisco S. da C. Belém ponderou sobre as datas corretas das eleições, percebendo que o artigo 108 da Lei de 19 de Agosto de 1846, que regulamentava as questões eleitorais, proporcionava brechas temporais que poderiam interferir na ação recrutadora na província de Minas, como podemos ler nesta documentação:

Em officio de hoje datado recommenda-me V. Exa, que com a maior urgência officie aos Delegados de Policia para fazerem cessar o recrutamento em seus Municípios durante os sessenta dias anteriores e trinta posteriores ao dia marcado para as eleições primárias à que se tem de

¹²⁹ Secretaria do Governo Provincial. SP-1188 Offícios e mais papeis dirigidos ao corpo policial. Juiz de Fora, 11 de fevereiro de 1867. APM.

proceder, para preenchimento de uma vaga no Senado, caso não tivesse eu já expedido ordens nesse sentido, em observância do artigo 108 da Lei de 19 de Agosto de 1846. Em resposta cumpre-me dizer à V.Exa que não tendo V.Exa se dignado comunicar-me a deliberação, que tomou, marcando o dia para as referidas eleições, não corria-me o dever de officiar as autoridades policiaes para suspender o recrutamento durante os prazos marcados no mencionado artigo¹³⁰.

As informações dessa fonte nos permitem pensar como a vida política do Império repercutia de forma decisiva nas práticas cotidianas, bem como o papel das autoridades no esforço do recrutamento militar. Apesar de ser um ofício de 1869 (fim da guerra) fica evidente a “complacência” dos agentes às instruções dadas sobre a execução da eleição. Consequentemente, o que se pode imaginar, é que a escolha do Senador naquela eleição funcionasse como um “canal” entre questões regionais e seus interesses e o Império do Brasil. Evidencia-se, diante desse cenário, que as lutas partidárias sustentavam a base da disputa por cargos em todos os níveis, até mesmo na esfera imperial, como acabamos de ver.

É de fundamental importância entendermos os anseios dos indivíduos neste tempo, pensando na guerra como elemento de instabilidade e de tensão entre as partes. Liberais e conservadores trocavam acusações, exerciam perseguições, entravam em choque, tudo para desestabilizar o oponente político. Esta postura é clara nos jornais da época quando, de um lado, havia publicações que tendiam para a situação governista, por outro lado havia periódicos que criticavam de todas as formas a administração de Minas Gerais¹³¹. Diante dessa premissa é essencial entendermos que o recrutamento militar em Minas Gerais aconteceu também motivado e influenciado por questões políticas (não somente aos apelos da Nação), o que nos faz refletir sobre o papel e a postura política do presidente da província.

Assim sendo, observamos que nos momentos nos quais a guerra se mostrou mais terrível, tanto no fronte, quanto na busca desenfreada pelo combatente, foram aqueles nos quais as críticas dispararam contra o então presidente da província Joaquim Saldanha Marinho, que governou Minas Gerais. De 1865 a 1867 Saldanha Marinho foi um ilustre do Partido Liberal, e sua presidência nas gerais caracterizou-se pelos

¹³⁰ Força pública Exército-Marinha. PP1/15 cx.: 75. Secretaria de Polícia de Minas Ouro Preto, 27 de Dezembro de 1869.

¹³¹ Jornais como “Constitucional”, “Diário de Minas” e o “Liberal de Minas” representavam bem a imprensa conservadora (os dois primeiros) e a imprensa liberal (último jornal) da época da Guerra do Paraguai.

conflitos e disputas partidárias. Enquanto seu antecessor Pedro Alcântara Cerqueira Leite, o barão de São João Nepomuceno, recebeu a notícia da guerra, e fez criar os Batalhões de Voluntários da Pátria de Minas, contando com o entusiasmo patriótico das primeiras levas de recruta, Saldanha Marinho enfrentou o “contra fluxo”, as péssimas notícias que chegavam da guerra, as resistências e o aumento do número de isenções. Em seu governo, enfrentou uma enormidade de críticas, principalmente da imprensa conservadora e de seus inimigos políticos. Vejamos uma demonstração dessas críticas na publicação do dia 1º de setembro de 1866 do “Constitucional”:

O mal profundo que assoberba actualmente o império não é a guerra. Qual o brasileiro que não sentio palpitar lhe o coração a narrativa das crueldades de Lopes? O paiz inteiro levantou-se como um só homem aos gritos pungentes de seus irmãos de Matto Grosso e Rio Grande do Sul. Os pais, as mães, os irmãos, as esposas, suffocarão as vozes da piedade paternal, do amor fraterno, da dedicação extrema; abraçarão os entes que lhes erão mais caros; e os mandarão para a guerra vingar a honra da pátria ultrajada. Essas legiões de soldados bisonhos, mal vestidos, esfomeados, mergulhados nos tremendaes do Estero Bellaco pela incúria de uma governo fraco, desatinado, desmoralizado, e corrompido, estão dando exemplo ao mundo de uma coragem, e abnegação das cohirtes da antiga Roma. Não, não é a guerra que arrasta a nossa querida pátria para a sua dissolução. De suas entranhas rasgadas pelas lanças paraguayas brotão legiões aos centos. A nação brasileira não teme a guerra cobarde de assassinos emboscados. A pátria teme!..... A traição, a incúria, a ambição desses homens sem fé, sem princípios e sem fé, sem princípios e sem dignidade que comprometterão a sua honra na questão ingleza, rebaixarão o seu credito, e substituirão o governo parlamentar por uma dictadura pequenina e miserável em seus meios, e ridícula em seus fins¹³².

A aguçada critica feita pelo jornal expõe de certa forma o que se passava, e nos insere no contexto dos debates partidários. Essa publicação denuncia, além da situação precária das forças brasileiras, os políticos liberais e suas ações. Fato que chama atenção é a tentativa, por parte do jornal, de propagar a idéia de que a guerra contra os paraguayos não era o maior inimigo no momento, mas sim a guerra contra os liberais: “Não, não é a guerra que arrasta a nossa querida pátria para a sua dissolução. De suas entranhas rasgadas pelas lanças paraguayas brotão legiões aos centos. A nação brasileira não teme a guerra cobarde de assassinos emboscados”.

¹³² “Constitucional”. Notação: JM-1239973. Edição: 33. Data: 13/04/1867. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

Como podemos ter observado, a dinâmica da guerra proporcionou seu efeito interno. Como uma grande teia, os atores e seus atos praticados nas cidades de Minas estiveram intimamente ligados às notícias que chegavam, ou pelas ordens do Ministério da Guerra, ou pelos depoimentos vindos da frente de batalha. Contudo, a situação emergencial da guerra desestabilizou essas garantias e isenções, gerando crise na prestação militar e resistência ao recrutamento. Ao longo dos 5 anos de conflito a dinâmica da guerra se alterou, bem como a ação das autoridades provinciais espalhadas pelo país para o esforço de guerra.

Em Minas Gerais, Cerqueira Leite governou a província entre 1864 e 1865, momento no qual a resistência ao recrutamento foi baixa em comparação aos outros anos. Sobre esse assunto, Vitor Izecksohn, comparando a resistência ao recrutamento durante as guerras civil norte americana e do Paraguai, observa que nos primeiros momentos desses conflitos houve grande demanda de soldados para o fronte como uma “corrente de fogo elétrico”, o que significava o sentimento de atração que impulsionava os combatentes ao campo de batalha¹³³.

Assim, podemos perceber que, em um primeiro momento, houve um entusiasmo espontâneo, resultado de uma reação imediata devido à invasão inimiga em território brasileiro. Quando as notícias da guerra tornaram-se assustadoras, muitos possíveis voluntários resistiram ao recrutamento, ocasionando a diminuição da participação desses corpos na guerra. Os acontecimentos trágicos das primeiras batalhas contra o Paraguai influenciaram diretamente a resistência dos voluntários da Pátria. Vitor Izecksohn define essa idéia afirmando que:

Se o entusiasmo popular tinha sido a marca dos estágios iniciais do recrutamento brasileiro, sua abrangência parece ter sido superdimensionada, pois deserções foram comuns desde o princípio, crescendo no decorrer da guerra. O fogo elétrico já não queimava com a mesma intensidade¹³⁴.

Percebemos que nos primeiros momentos de conflito houve a participação mais “ativa” das pessoas, que acreditavam no sucesso rápido da operação contra o país inimigo. Como bem demonstra um ofício de 1º de Dezembro de 1865, enviado pelo Delegado de Polícia de Alfenas para a Secretaria de Polícia de Minas Gerais:

¹³³ IZECKSOHN, Vitor. *Resistência ao Recrutamento para o Exército durante as Guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na Década de 1860*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 27, 2001. p.3.

¹³⁴ *Ibidem*. p. 5.

(...) comunica-me em officio de 3 do presente que D. Lucia Maria de Queiroz residente no Distrito de Machado, elevada pelo sentimento de patriotismo dera liberdade a um de seo escravo por nome de Felipe Nery, crioulo, de 20 à 22 annos de idade, e o mandará entregar preso àquela Delegacia para serviço do exercito. O que levo ao conhecimento de V.Exa à quem Deos Guarda¹³⁵.

Muitos indivíduos ricos, que podiam contribuir, faziam doações de dinheiro, escravos e demais recursos, em troca de prestígio e favores¹³⁶. É evidente que aqueles indivíduos manifestaram seu senso patriótico, porém, mais interessados em resguardar seu posto de “ilustre” local, o que os manteria na “rédea” do cotidiano do lugar. Isso pode ser verificado nas correspondências trocadas pelas autoridades policiais e judiciais entre as localidades mineiras e Ouro Preto, como bem demonstra um officio relatando a entrega de um escravo por uma senhora para o serviço das armas enviado pela Secretaria de Policia de Minas em 1º de Dezembro de 1865 ao “Ilustríssimo e Excelentíssimo” Senhor Desembargador Presidente da Província:

O Delegado de Policia de Alfenas comunica-me em officio de 3 do presente que D. Lucia Maria de Queiroz residente no Distrito de Machado, elevada pelo sentimento de patriotismo dera liberdade a um de seo escravo por nome de Felipe Nery, crioulo, de 20 à 22 annos de idade, e o mandará entregar preso àquela Delegacia para serviço do exercito. O que levo ao conhecimento de V.Exa à quem Deos Guarda¹³⁷.

Muito provavelmente este escravo não fez tanto desfalque nas economias da senhora Lucia de Queiroz. Porém, tal fato, creditou prestígio e poder à pessoa, uma vez que a mesma dona Lúcia, em fevereiro de 1866, recebe por ordem do Chefe de Polícia de Alfenas agradecimentos especiais, e por isso, o reconhecimento de “seu sentimento patriótico¹³⁸”. Seu nome também seguiu para corte, pois o Ministério dos Negócios da Guerra exigira do Presidente da Província de Minas a relação dos nomes dos escravos enviados para a guerra, bem como os nomes dos “verdadeiros brasileiros” que “gozando

¹³⁵ Officio do Delegado de Polícia de Alfenas. Seção Provincial. Presidente da Província. 1/24 cx. 77. 1865.

¹³⁶ Em 12 de fevereiro de 1867 o Reverendo João Rodrigues da cunha, Procurador Geral da irmandade do Senhor Bom Jesus de Matuzinhos libertou um escravo de nome João Pereira em troca de proteção. Officio recebido pelo presidente da província de Minas Gerais. SP-1174. APM.

¹³⁷ Officio enviado pela Secretaria de Polícia de Minas. APM. Seção Provincial. Presidente da Província. 1/24 caixa77. 1865/06/23.

¹³⁸ Officio enviado pela Delegacia dePolícia de Alfenas para a capital de Minas Gerais. APM. Seção Provincial. Presidente da Província. 1865.

de um sentimento nobre” libertaram seus negros em defesa da “pátria ultrajada” como observamos na documentação abaixo:

Para que possa o Governo Imperial avaliar e tornar na devida consideração os serviços prestados e todas as demonstrações do patriotismo e espírito de humanidade que se tem revelado, e, cumpre dise-lo em honra ao país, continuam a excluir-se do modo o mais lisongeiro na presente quadra, por ocasião da luta em que achamos empenhado contra o Governo do Paraguai; convem que Vossa Excelência remetta regularmente a este Ministério a relação dos libertos que assenterem praças ou vierem com esse destino declarando-se a quem pertenciam, por quem offerecidos, se forão como substitutos de recrutas ou Guardas Nacionais designados ou se pelos possuidores e com que codições, isto é, gratuitamente ou mediante retribuição. Deverão igualmente comprhender se em taes assentado praça desde o começo da guerra. O Governo espera que Vossa Excelência se haverá com o seu costumado zelo no pontual desempenho desta recomendação”¹³⁹.

Um fato interessante ocorreu em 1865, quando Mariano Jose Pereira, então subdelegado do Distrito de Santa Rita, ao receber ordens de enviar os voluntários para a capital de Minas mostrou-se vacilante e hesitou em cumprir aquelas ordens. Aparentemente, tudo indica que essa autoridade protelou a formação da tropa, o que nos faz pensar tanto na dificuldade de encontrar soldados aptos, como na rede de proteção formada nas localidades. “Perdido” entre as responsabilidades com a província de Minas e seu cotidiano prestigioso no Distrito de Santa Rita, o subdelegado apela à instancia acima da sua:

Tenho estado em duvida na forma de proceder ao recrutamento deste Distrito; o Decreto n. 3319 marca o prazo nessa Província para que os Voluntários se apresentarem o tempo de três meses, entendi que não podia recrutar forçadamente e que deveria respeitar a força daquele Decreto que garante esse prazo aqueles que estão sujeitos a serem recrutados: vendo porem que em outros Distritos as autoridades estão procedendo ao recrutamento forçado é o motivo que me obriga a solicitar de Vossa Excelência esclarecimento se devo ou não proceder ao recrutamento forçado dentro do prazo garantido, ou se devo continuar a respeitar o mesmo prazo lhe completar os três meses¹⁴⁰.

¹³⁹ Avisos dos Ministérios da Guerra, Marinha e Extranjeiro Sessão Provincial. Presidente da Província-1174. 10 de janeiro de 1867. APM.

¹⁴⁰ Secretaria do Governo Provincial. Originais de officio e mais papeis dirigidos ao Governo sobre o recrutamento. 5 de fevereiro de 1865. Cx.: 1118. APM..

Essa “confusão” descrita no documento acima pode ser entendida como o resultado da precariedade da ação do recrutamento, que se agravou pela necessidade que a guerra impôs. Não saber como agir nestas ocasiões pode nos revelar, além da dificuldade em administrar e comandar os demais agentes recrutadores (como por exemplo os policiais), a imprecisão das ordens recebidas. Por não obedecer a nenhuma padronização precisa, o recrutamento foi conduzindo por diversas pessoas que atuavam da maneira que elas julgavam ser a correta, criando um ambiente de dificuldades e de contradições.

A crise gerada pela guerra contra o Paraguai inseriu a Guarda Nacional na mobilização militar, no intuito de complementar as tropas acirrando ainda mais o clima de descontentamento. Em julho de 1865, o governo tomava medidas mais drásticas para preencher a insuficiência dos voluntários, destinando parte da Guarda Nacional para a frente de batalha¹⁴¹. Para Jorge de Sousa, o destacamento da Guarda Nacional para o serviço de guerra “quebraria” a sua posição privilegiada: “O corpo elitizado dos Guardas Nacionais, agora, via-se ‘menosprezado’, nas mesmas condições que os praças do Exército”¹⁴².

Diferentemente dos voluntários da Pátria, a Guarda Nacional, mesmo participando desde o início da guerra, não demonstrou o mesmo ardor de combate nem o mesmo entusiasmo. Controlada por elites regionais, asseguradas por relações clientelares, redes de proteção e isenção ao recrutamento esses guardas faziam número de forma discreta no início da guerra, muitas vezes eram responsáveis pela condução de recrutas ou pela sua captura, mas nunca foram tidos como alvos fáceis e aptos, e no momento de instabilidade viram-se ameaçados. De acordo com Vitor Izecksohn, a Guarda Nacional passou a ser destinada para o teatro de guerra, o que levou a uma alteração profunda e a uma crise dessa instituição¹⁴³.

A Guarda Nacional foi formada para exercer funções de segurança pública e manutenção da ordem e da paz, tendo caráter regional, sendo comandadas pelas autoridades locais. Nela se alistavam todos os cidadãos de 18 a 60 anos de idade, que

¹⁴¹ MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Op.Cit. p. 237-238.

¹⁴² SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Op.cit. p. 58.

¹⁴³ IZECKSOHN, Vitor. *Resistência ao Recrutamento para o Exército durante as Guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na Década de 1860*. Op.cit. p. 3.

tivessem renda mínima de 200 réis anuais¹⁴⁴. Criada em 1831 das antigas milícias e ordenanças, a Guarda Nacional, antes da guerra, era utilizada na escolta de recrutas, na proteção e segurança das fronteiras, mas nunca efetivamente em solo inimigo. De acordo com Francisco Doratioto, no início da guerra:

A guarda era composta por 440.972 homens, subordinados a 239 comandos superiores, sendo 48.607 na cavalaria, 6.474 na artilharia, 310.585 na Infantaria e, na reserva, 75.306. Apesar da sua grandeza, esses números não se traduziam em força militar real, pois os guardas nacionais, embora considerados auxiliares do Exército, em caso de guerra, eram despreparados para o combate, pois desempenhavam apenas funções parapolíciais internas¹⁴⁵.

A insuficiência do recrutamento forçado e a diminuição do fluxo de voluntários promoveram uma situação emergencial. Tal situação levou o governo imperial a destacar a Guarda Nacional para o combate, principalmente entre 1867-1868, anos decisivos para o Brasil na guerra.

O despreparo e a desorganização do exército regular no Brasil refletiam a dificuldade de se criar uma força disciplinada e centralizada capaz de desempenhar funções de defesa e de mobilização nacional. É por esse motivo que a Guarda Nacional ganha destaque mesmo antes da guerra, pois sua estrutura e constituição independiam de poderes imperiais centralizadores; pelo contrário, era organizada por poderes locais.

Em Minas Gerais, assim como na Bahia e no Rio de Janeiro, a Guarda Nacional foi ordenada a se aquartelar e seguir com a tropa formada para o caminho incerto da guerra. De acordo com Fabio Faria Mendes, Hendrik Kraay e Vitor Izeckshon, o conflito com a República do Paraguai gerou dificuldades e impasses, mas, em contrapartida, promoveu uma maior intervenção do Estado Imperial na vida das pessoas, o desenvolvimento de uma organização militar e, com isso, a amplitude da ação recrutadora. O governo imperial, representado pelo Ministério dos Negócios da Guerra teve por finalidade conduzir a logística e as estratégias referentes ao conflito além de ser o comandante geral do recrutamento.

O ministro dos Negócios da Guerra enviou ao presidente da província de Minas Gerais um ofício no qual pedia um maior empenho daquela autoridade com a finalidade de aumentar o efetivo da Guarda Nacional cuja participação dos guardas mineiros não

¹⁴⁴ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Op.Cit. p.112.

¹⁴⁵ *Ibidem*.p.112.

condizia com seu potencial. Tal afirmação encontra amparo no documento abaixo, do qual observamos seu apelo patriótico:

No intuito de dar um golpe às forças inimigas, e com glória terminar-se a luta em que estamos empenhados necessitamos aumentar com fortes contingentes o Exercito Imperial. Está passada a quadra eleitoral, convem portanto que Vossa Excelência, active com energia o recrutamento, e ponha em acção todos os meios para as reuniões e remessas dos contingentes pedidos. Nas grades auxiliar do Exercito, e nunca de balde o Governo Imperial a ela recorre: durante a Guerra atual relevantes tem sido seus serviços prestados, quer em destacamentos nos guardiões das Cidades e fronteiras, quer em Corpo destacado no theatro da guerra. Necessário ainda é para a defesa da honra nacional fasermos um novo apelo a seus brios, e para engrossar as fileiras do Exercito em operações contra o Governos do Paraguay, por Decreto de hoje pede o Governo Imperial oito mil Guardas Nacionaes à Corte, às Capitães das Províncias e Municípios circunvisinhos. Os corpos da Guarda Nacional, que em virtude deste novo apelo forem designados, devem marchar quanto antes com sua officialidade, tendo à sua testa seus Commandantes Superiores, e por este modo acaba-se com o pretexto das isenções e suffoca-se o patronato na sua origem. O Governo Imperial confia no zelo e patriotismo de Vossa Excelência e espera que, quanto antes, seja realisada a medida, que acaba de tomar, remetendo a Vossa Excelência para esta Corte os Corpos que forem escolhidos na conformidade do Decreto de hoje, e cuja copia será a Vossa Excelência remetida pelo Ministério da Justiça, fique, porem, Vossa Excelência na intelligencia de que a remessa ora recommendada não prejudica de modo algum a dos Contingentes perdidos, tanto pela Circular do Governo Imperial, como por uma outra deste Ministério, deverá pelo contrário Vossa Excelência enviar seus esforços para que conjuctamente sejam satisfeitos aquelles perdidos, por isso que quanto mais forças apresentar o Impérios no theatro dos acontecimentos, mais depressa sahirá de uma situação, que em grande parte compromette suas principais fontes de riquezas¹⁴⁶.

O apelo ao patriotismo foi recorrente nesses ofícios. No documento citado o recrutamento deveria ganhar força depois do período eleitoral, momento em que os homens eram mais necessários em suas cidades e vilas para as definições políticas a seguirem para o combate no estrangeiro. Pelo officio do ministro dos Negócios da

¹⁴⁶ Secretaria do Governo Provincial. SP: 1117. Offícios e Avisos dos Ministérios da Guerra, Marinha e Estrangeiros. 14 de março de 1867. APM.

Guerra fazer a guerra era importante, mas eleger as autoridades ainda mais. Observamos a preocupação deste representante imperial acerca das isenções tão comuns nestes tempos, além da proteção dada aos homens, principalmente guardas nacionais, como destaca o ministro. Era importante elevar o “espírito” patriótico para além das amizades e interesses pessoais. O Império por meio destes ofícios reforçava a idéia de que quanto maior o esforço feito pelas autoridades para recrutar homens mais rápida a guerra terminaria. Realmente faz sentido essa lógica e o governo imperial a utilizou “embutindo” na cabeça das autoridades e das pessoas de que quanto mais breve a campanha, mais breve seria o período de grande gasto com o conflito: “por isso que quanto mais forças apresentar o Impérios no teatro dos acontecimentos, mais depressa sahirá de uma situação, que em grande parte compromette suas principais fontes de riquezas”.

As dificuldades que as condições de guerra impunham alteraram toda a dinâmica do recrutamento. A necessidade infundável de recrutas implicou na não observância dos preceitos legais, ignorando-se as Instruções de 1822, o que provocou a crise na dinâmica do recrutamento e o aumento considerável da resistência. Homens casados, proprietários de terra, guardas nacionais, homens que zelavam por mães viúvas e por irmãos menores ou doentes, homens com idade imprópria para o serviço de guerra, todos eles, que até então estavam protegidos, no instante da guerra, tornam-se “vítimas” para os agentes recrutadores¹⁴⁷. Estas dificuldades para recrutar indivíduos podem ser observadas no conteúdo dos Avisos e Ofícios do Ministro da Guerra e da Marinha enviados para as autoridades em Minas. Em uma destas correspondências o ministro ordenou maiores esforços para o recrutamento, encarregando o Capitão José Júnior de recolher voluntários e que o presidente da província mineira José da Costa Machado de Sousa desse-lhe todo o apoio necessário:

Sendo por Portaria desta data encarregado o Capitão, José Thomas de Figueiredo Junior, de angariar voluntários nessa Província com destino as operações de guerra; assim o communico a V.Ex.^a para que lhe foste os auxílios necessarios, e expeça ordem às Autoridades dessa Provincia, recommendando que o coadjurem no desempenho de semelhante encargo¹⁴⁸.

¹⁴⁷ MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Op.Cit. p. 219.

¹⁴⁸ Ofício enviado pelo Ministério da Guerra e Marinha em 7 de fevereiro de 1868. APM. Seção Provincial (SP): Códice SP. n.1234.

Somar esforços era necessário para potencializar a ação recrutadora. No intuito de acelerar o término da guerra, as ordens multiplicavam-se e o recrutamento forçado passou a ser prática corriqueira nas localidades, assim como a resistência e as fugas. Muitos indivíduos conseguiram fugir da prisão ou das correntes nas viagens à caminho da Corte e de Uberlândia (ponto de aquartelamento das tropas mineiras que seguiriam para Mato Grosso). Dois episódios podem comprovar a conduta de evasão ao recrutamento. No primeiro, a fuga de um recruta que sumiu pelo mato após livrar-se das amarras, como demonstra o Ofício de 22 de agosto de 1867 da Secretaria de Polícia de Minas ao vice presidente da Província de Minas:

Participo a V.Ex.^{cia} que à cadea d'esta Capital forão hoje recolhidos à disposição de V.Ex.^{cia} 33 recrutas vindos da Bagagem e 2 de Patrocinio cujos nomes contão da relação junta.O Commd.^e da escolta T^e Francisco de Paula Carvalho Brasileiro informou-me que na fazenda dos Borges, Termo de Patrocinio evadio-se o de nome Joaquim da Silva, que conseguiu quebrar o collar em que vinha preso, e internar-se em uma grande matta.O Commd.^e vio-se na impossibilidade, segundo diz, de perseguir o fugitivo por falta de força, visto como compunha-se a sua escolta de 8 praças quase todas imprestaveis, sendo que estava de sentinella na ocasião da fuga o designado José do Patrocinio e Jose Felisberto. Chegarão tambem o referido designado Jose Felisberto, e o portugues Lazaro Romão Barroso que mandei-os para o Quartel d'Artilharia à disposição de V.Ex.^{cia} Quanto a Lazaro Barroso, devo informar à V.Ex.^{cia} que o mesmo é substituto de um G. N.^e (sic), de quem recebo dinheiro, segundo declarou o Commd.^e Brasileiro, e não recruta como se vê da relação remetida pelo Delegado da Bagagem que enviei a V.Ex.^{cia} em data de 17 do corrente¹⁴⁹.

Como podemos observar a possibilidade de fuga existia na medida que as escoltas eram feitas por homens despreparados para a missão dada. Quando o Joaquim da Silva livra-se do colar que o mantinha preso e some pelo mato, a escolta, por falta de homens, ou por falta de homens qualificados, nada faz, perdendo o “fruto” de um recrutamento bem sucedido. A decepção desta autoridade policial é clara, e seu apelo também. Não deveria ser fácil conduzir ou manter recrutas resistentes e sedentos por uma brecha com “praças imprestáveis”. Os culpados pela fuga deveriam se explicar: defendendo-se ou confessando-se participação no ato.

¹⁴⁹ Ofício enviado pela Secretária de Polícia de Minas para o gabinete da Presidência da Província em 1867. APM. Seção Provincial (SP). Códice SP. n.1208.

No segundo episódio, dois recrutas destruíram a porta da prisão em que se encontravam presos, escapando. Tal episódio foi descrito pelo chefe de polícia para o vice presidente da província de Minas em 8 de outubro de 1867:

Participo à V.Ex.^a que os recrutas Jose de Magalhaes, e Antonio Pedro de Figueredo, que se acharão recolhidos à Cadeia de Caethé, arrombarão a porta da prisão, lançado fogo junto a fechadura, e conseguirão evadir-se na noite de 29 para 30 do passado. Nesta data expeço as precisas ordens para a captura dos mesmos, e recommendo ao Delegado a instauração do processo para descobrir se houve ou não coniventes na fuga¹⁵⁰.

Como vimos, a resistência ao recrutamento era algo comum. A reação dos insatisfeitos muitas vezes contava com a cumplicidade a complacência de policiais, guardas nacionais, entre outros. Essas práticas desestabilizavam a ação dos agentes e esvaziavam os corpos destinados a seguirem para a guerra. O conflito contra o Paraguai potencializou uma fase de tensões e crise na prestação militar, uma vez que abalaria o funcionamento de incorporação de homens, refletindo seus resultados na sociedade em questão, colocando à prova as instituições de poder do Estado Imperial.

4.2 As Formas de Resistência e Evasão ao Recrutamento na Província de Minas

A dificuldade para recrutar somada às condições emergências da guerra transformaram o recrutamento em uma verdadeira “caçada”¹⁵¹. O medo da guerra, as condições do Exército Imperial, as boas condições de vida na Província de Minas, tudo isso fez motivar e inflamar vários movimentos e ações de resistência.

Alguns autores direcionaram suas pesquisas para compreender o recrutamento militar e suas conseqüências no cenário dos oitocentos e na construção do Estado Moderno Brasileiro. Todavia, trataram a resistência de maneira generalizada, sem definir aspectos regionais, sem analisar as diferentes razões que levam os indivíduos a resistir à incorporação militar. Atualmente, novas pesquisas têm por objetivo revelar a dinâmica do recrutamento e sua importância no âmbito provincial durante o conflito platino. Neste sentido, Victor Izecksohn¹⁵² analisa a participação fluminense no conflito contra o Paraguai, apontando as dificuldades que aquela província teve para o

¹⁵⁰ Papeis dirigidos à Presidência da Província, emitido pelo Chefe de Polícia de Caeté, em outubro de 1867. Seção Provincial (SP). Códice SP. n.1208.

¹⁵¹ Ibidem. p. 265.

¹⁵² IZECKSOHN, Vitor. “Recrutamento Militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrick (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Op. Cit. p. 179-208.

preenchimento das tropas, a mobilização e influência do poder central para com o poder periférico (local).

Vitor Izecksohn, investigando a resistência ao recrutamento durante a Guerra do Paraguai, retrata o contraste entre o entusiasmo dos primeiros meses de guerra e os problemas e as dificuldades em “capturar” indivíduos para o combate depois de 1866¹⁵³. O autor relata em seu artigo as dificuldades que o Presidente de Minas teve para tentar conseguir recrutas. Izecksohn, analisando uma carta confidencial do presidente da província mineira enviada para o Ministro da Guerra, verifica a falta de estrutura física (cadeias) e institucional (presença do estado provincial e imperial) que contribuíram negativamente para o recrutamento. O autor observa os aspectos que dificultaram o bom funcionamento da dinâmica do recrutamento, analisando as reivindicações do Presidente da Província de Minas Gerais:

Esse presidente explicava que a sabotagem partia de pessoas importantes da sociedade mineira, incluindo padres, médicos e juizes de paz, que acreditava estarem movidos pela antipatia à Liga Progressista, então no poder no instante. É mais provável que obedecessem às suas próprias redes de relações pessoais, libertando agregados, parentes e conhecidos cuja lealdade lhes era muito mais importante que os compromissos com a guerra¹⁵⁴.

O conflito ficou marcado por improvisações e precariedades de todas as formas, além de um alto índice de mortalidade e deserção. A Guerra do Paraguai exigiu uma ampla extração de recursos privados, o que levou o Império a cobrar mais impostos. Com isso, os proprietários não aderiram à causa da guerra, uma vez que a economia rural, base do processo de produção de riqueza, era posta em xeque com a oneração dos produtores e com a possibilidade de transferência da mão-de-obra para o teatro de operações¹⁵⁵.

Em Minas, as questões econômicas influenciaram decisivamente o recrutamento. Como vimos no capítulo 1 a província mineira manteve uma economia estável naqueles tempos, e suas fazendas, lavras e comércios prenderam os trabalhadores em suas produções. Porém, sabemos que outros fatores extra-econômicos tiveram influencia no repúdio à guerra. Além da questão econômica, os mineiros fizeram questão de sentirem-

¹⁵³ IZECKSOHN, Vitor. *Resistência ao Recrutamento para o Exército durante as Guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na Década de 1860*. Op. Cit. p.6

¹⁵⁴ *Ibidem*. p.6.

¹⁵⁵ IZECKSOHN, Victor. *O Cerne da Discórdia*. Op. Cit. p. 159.

se protegidos pelas redes e pelas leis de isenção, na verdade, a tradição e a cultura pré-estabelecida deveria ser algo inalterável, contudo, o pavor da guerra promovia cada vez mais a resistência à corporação militar. No dia 23 de janeiro de 1865, em um ofício destinado ao Chefe de Polícia da Província de Minas pelo Subdelegado do Bonfim do Pomba, relata a prática do casamento para àqueles que foram determinados pela justiça de comporem as linhas de voluntários da Pátria:

...devo requisitar a prisão do segundo recruta apesar de casado, a se à perverso a se fazer contra quem iludia a justiça. Tem havida uma opposição diabolica neste terreno da parte da gente intitulado conservadores, os padres são os piores; tem aqui um frade italiano servindo de capelão que tem casado a todos que estão perseguidos para recrutas...¹⁵⁶

O casamento com o objetivo de livrar-se da captura era algo recorrente, e a Igreja, na figura do seu Bispo, percorria as vilas instruindo esses padres a não praticar essas ações¹⁵⁷. Neste tempo, era comum o homem jovem casando-se com uma mulher duas ou até três vezes mais velha, às vezes casando com pessoas da própria família. Outra forma para desvencilhar do recrutamento era alegar ser tutor da mulher e dos filhos. Assim sendo, muitos homens que haviam abandonado suas famílias, retornam aos antigos lares, tentando conquistar novamente o “posto” de “homem da casa”, como bem relata o Chefe de Polícia de Sabará ao Presidente da Província em 16 de janeiro de 1867, através de uma carta:

Passando as mãos de V. Ex.^a os inclusos documentos relativamente ao recruta José Feliciano Ramos, devo levar ao conhecimento de V. Ex.^a que o Delegado da Campanha em officio de 2 do corrente informo-me que essa recruta é casado, porem que a muito tempo não vive com a mulher, chamando-a agora para se isentar do recrutamento, e que alem d’isto foi submetido à inspecção e saúde, e os médicos o julgarão apto para o serviço. V. Ex.^a decidirá como julgar de Justiça¹⁵⁸.

Acontecimentos deste tipo caracterizaram a vida dos mineiros durante os “perigosos” anos da guerra. A insegurança desses indivíduos e o medo de serem colocados para marcharem até as linhas inimigas proporcionaram ações violentas como o assassinato de um agente recrutador no distrito de Passos no seguinte relatório,

¹⁵⁶ Ofício enviado pelo Subdelegado da cidade do Bonfim do Pomba para a Secretaria de Polícia da capital em 1865. Presidente de Província (PP): PP1/24 – cx.: 77. APM.

¹⁵⁷ Ofícios e mais papeis sobre o recrutamento dirigidos ao governo 1866. SP-1193. APM.

¹⁵⁸ Ofício enviado pelo Chefe de Polícia de Sabará para o Presidente da Província em 1867. Seção Provincial (SP). Códice SP-1207. APM.

apresentado ao senhor Presidente da Província de Minas, em 3 de maio de 1867, o caso é tratado:

Levo ao conhecimento de V. Exa, que no dia 6 do presente no Distrito dos Patos, termo de Patrocínio, indo Francisco Machado Borges capturar João Bento de tal, que tinha sido designado para recrutar pelo respectivo Subdelegado de Polícia, recebeu do mesmo um tiro a queima-roupa abaixo do ventre, do qual resultou-lhe a morte duas horas depois. O delinquente foi logo capturado, e acha-se recolhido à prisão. Nesta data providencio para se lhe instaurar o competente processo¹⁵⁹.

A reação ao recrutamento, como vemos foi violenta. Homens de bem, pacatos, trabalhadores, pais de família tomavam atitudes impensadas, reagindo ao “instinto de sobrevivência”, que os impulsionavam a cometer estes atos evitando as situações mortíferas que a guerra e suas atribuições impunham. Ações desesperadas como essa engrossaram as cadeias públicas transformando potenciais “heróis” de guerra em criminosos. Esse desespero motivou os mais desesperados a se automutilarem, ou a fingir serem loucos. Um fato curioso chama atenção quando um homem aquartelado deserta, evadindo-se. Ao ser recapturado, apela ao Delegado de Barbacena, alegando “sofrer de alienação mental”. Seu pedido é recebido pelo Ministério dos Negócios da Guerra, que pede em seu favor uma “primorosa inspeção”¹⁶⁰. De uma forma ou de outra, esses homens tentam e alcançam seus objetivos: escaparem do recrutamento.

Muitos indivíduos aptos ao recrutamento, robustos e sadios, para se isentarem da incorporação fingem ser pessoas doentes ou se apresentam com idade superior à verdadeira, mostrando-se velhos, fora da idade limite para serem recrutados. Isso ficou explícito em um ofício remetido ao chefe de polícia de Minas pelo primeiro suplente do delegado em Caeté, no dia 18 de dezembro de 1865:

Em solução a Portaria de V. S.^a datada a 9 do corrente informo que Manuel da Anunciação foi preso no Distrito da Conceição do Rio Acima deste termo, por ordem desta Delegacia por estar nas circunstancias de ser recrutado. Elle he cazado; porem não reside com a mulher a muitos annos e nem lhe presta socorros para sua subsistência, tem péssimo comportamento tanto no que nao tem persistência nos ajustes que faz, e nem assiduidade no trabalho, tendo uma vida dissipada e forasteira. Elle quer

¹⁵⁹ Relatório enviado pelo Chefe de Polícia Pedro Francisco do termo de Patrocínio. APM. Secretaria de Governo Provincial. SP- 1206. Ofícios e mais papeis dirigidos ao Governo sobre presos pobres na data de 1867.

¹⁶⁰ Ofícios e Avisos dos Ministérios do Império e da Guerra. APM. Secretaria de Governo Provincial. SP- 1127.

inculcar ter maior idade do que na realidade tem, e bem assim que he doente; quando visualmente se observa ter bom pessoal e sadio. Alem de tudo isto consta ser elle desertor e ter commettido crimes não podendo eu precisar o lugar dos attentados; porque fui informado ultimamente sem minuciosidade. Amuitos annos appareceu no Distrito da Conceição depois desapareceu e ultimamente ali reside à mais de dous annos. Parece me por tanto, que está muito nas circunstancias de prestar serviços no exercito. He bem sabido que quase todos os recrutados se empenhão para serem soltos e para conseguirem seus fins, empregão meios e alegações inexactas. He a que possa informar a V. S.^a desenvolvendo o requerimento e mais papeis¹⁶¹.

O documento evidencia ainda o tipo de pessoa que era recrutada, o que reforça a tese que o exército e os batalhões formando eram compostos de vadios e marginais. O perfil deste homem preso para recrutar também nos faz ponderar acerca da função de controle social do recrutamento e o uso de presos no esforço de guerra. Ser um criminoso ou um vadio neste período não era uma “boa opção” para aqueles que desejavam fugir das ordens recrutadoras. É por essa razão que notamos na documentação a destruição das cadeias e fugas de preso. A evasão ao recrutamento era prática constante na província de Minas. Em muitas cidades e vilas, os agentes locais responsáveis pelo recrutamento anunciavam àqueles aptos ao recrutamento seus destinos. Assim, estes fugiam para as matas e lavouras, afastando do meio urbano. Quando os policiais e oficiais enviados pelo Chefe de Policia chegavam, não conseguiam capturar ninguém. Essa situação forçava as autoridades a aumentar o empenho na tarefa do recrutamento, agindo com mais rigor. No Ofício de 1º de agosto de 1867, enviado da Delegacia de Policia de Queluz para o Chefe de Policia, esse reforço para com o recrutamento se exemplifica:

Cumpre-me levar ao conhecimento de V.S.^a que por mais terminantes ordens que eu dê para captura de recrutadas, não é possível effectuar-se por que quando chegam meus officiaes e policiaes já os individuos que tem de ser presos sabem, pelo que julgo que só com um agente vindo por ordem de V.S.^a para aqui afim de andar com a escolta se poderá fazer todas as prizoões. Os Distritos da Espera, S.^{ta} Anna e Suassuhy já se tem dado alguns recrutadas e ainda os há porem andão refugiados a V.S.^a¹⁶².

¹⁶¹ Ofício enviado à Secretaria de Policia de Minas Gerais em 1865.APM. Seção Provincial (SP). Códice SP. n.1160.

¹⁶² Ofício enviado para a Secretaria de Policia de Minas Gerais sobre o recrutamento, em 1867. APM. Seção Provincial (SP). Códice SP. n.1208.

O poder local influenciava nas diretrizes do recrutamento. Dessa forma, muitos subdelegados não respeitavam as ordens do chefe de polícia, nem mesmo dos delegados, uma vez que isentavam do recrutamento pessoas protegidas pelas senhores locais, e pelos próprios Subdelegados. Em 11 de outubro de 1868, o Delegado de Itabira reclamava ao Presidente da Província de Minas, que suas ordens para o recrutamento estavam sendo em vão:

Tenho a honra de acusar o recebimento da confidencial de V.Ex.^a de 28 do passado e bem assim de um officio da mesma data, tudo relativo ao recrutamento e aquisição de voluntarios para o Exercito. Respondendo, cumpre-me dizer a V.Ex.^a que, em cumprimento às ordens do antecessor de V.Ex.^a de 2 de Agosto ultimo, expedi as necessarias instruções aos Subdelegados deste Termo, e ordenei-lhe que procedessem ao recrutamento com o maior vigor nos seus respectivos Distritos; entretanto que ate esta data ainda não poderão conseguir remetter-me um recruta; sendo isto devido, talvez, a encarregarem os mesmos Subdelegados deste serviço a homens relacionados no lugar, que apenas recebem uma ordem par executar, divulção-a immediatamente, e os individuos nas condições do recrutamento desaparecem, ficando assim frustradas as melhores diligencias, e os bons desejos dos mesmos Subdelegados¹⁶³.

A influência desses agentes em suas cidades reforça a idéia da existência de uma rede de solidariedade entre autoridades e homens. As informações dadas por esse agente aos indivíduos serviam como moeda dentro desse “mercado” de troca de lealdades. Muitas vezes a obediência politica-partidária fazia com que essas autoridades evitassem ao máximo recrutar “gente de casa”. Além disso, naquele tempo, tomar partido dentro da política poderia representar as garantias necessárias para não assentar praça.

Como já vimos, o casamento indesejável, a questão partidárias, as fugas eram opções no leque de estratégias para não seguir para a região platina. As fugas merecem atenção especial: muita gente se dispersou pelo mato a fora. Fugas e escondidas pelas grotas e fazendas foram muito comuns. Os homens tinham à seu favor a geografia e a extensão do território mineiro, além de contarem com a colaboração de alguns informantes que compunham a rede de solidariedade, protegendo seus protegidos e amigos das correntes dos agentes recrutadores. Além das fugas, as deserções também ocorriam todo tempo. Depois de recrutado, muitos homens não aguentavam as duras caminhadas ou o tratamento dado, apavorados com as notícias da guerra, sentiam

¹⁶³ Offício enviado para o Presidente da Província em 1868 acerca do recrutamento. APM. Seção Provincial (SP). Códice SP. n.1272.

saudade de suas vidas, desertando, destruindo cadeias onde ficavam presos, agrediam ou matavam seus condutores¹⁶⁴. O caminho para a guerra era terrível, como revela um ofício do Ministério dos Negócios da Guerra de 10 de janeiro de 1866 enviado para o presidente de província de Minas Gerais ponderando sobre o caminho dos mineiros até a Corte:

Custando ao Governo Imperial, que se propalão notícias de que devem cessar as remessas de tropa para argumento das nossas forças em operações; cumpre-me declarar à V. Exa que, com quanto estas se achem em um pé respeitável, forçosa é com tudo attender à que o seu desfalque, proveniente de desersões, perdas de vidas e inutilização de praças, que pelo menos regulará na rasão de 6 a 10 por cento¹⁶⁵.

Neste documento, o Ministro alerta sobre a porcentagem de perdas pelo caminho, que devido aos problemas cresceu de 6% para 10%. Se a cada 10 homens que marchassem de Minas Gerais para a Corte, 1 se perdesse no caminho, imaginamos a perda no caminho da Corte para o *front* de guerra. Por essa razão, acreditamos que os homens que lutaram contra os paraguaios foram sobreviventes das terríveis provações, clima, distância, confrontos, fomes, diversos problemas que fizeram dessa marcha um verdadeiro calvário.

Em Minas, como nas outras províncias, o comboio dos recrutas era algo fundamental para o sucesso do recrutamento. Não importava quantos eram capturados se não fossem conduzidos até o destino para completarem suas missões. Neste sentido, observamos que o caminho feito pelos recrutas em direção à corte tinha como ponto base de arregimentação das tropas a cidade de Juiz de Fora. Assim como Uberlândia teve uma grande participação para aqueles que seguiram para Mato Grosso, Juiz de Fora atendia a região da zona da mata mineira, recolhendo em seu quartel e em suas cadeias recrutas daquela região, e também homens vindos de Ouro Preto.

Tendo em vista sua posição estratégica, o ministro dos Negócios da Guerra dirigiu ao senhor presidente da província mineira volumosos ofícios acusando recebimento de homens na corte. Estes soldados seguiam escoltados pelos oficiais da Guarda Nacional e pela força policial, que atravessavam fazendas e varavam as estradas que ligavam as províncias de Minas e do Rio de Janeiro. Nesta trajetória, duas

¹⁶⁴ Secretaria de Governo Provincial. SP 1206. Ofícios e mais papeis dirigidos ao Governo sobre presos pobres 1867. APM.

¹⁶⁵ Ofício enviado pelo Ministérios dos Negócios da Guerra em 10 de Janeiro de 1866. Ofícios e Avisos dos Mnistérios do Império e da Guerra. SP 1127. APM.

localidades importantes foram Barbacena e a já citada Juiz de Fora, cidades a caminho do território fluminense, como podemos perceber em um ofício enviado para a capital da província de Minas que revela o trajeto feito pelo Capitão José Antonio da Silva em janeiro de 1867:

Foi recebido nesta Secretaria de Estado o officio de V. Exa datado de 15 do corrente em que participa a vinda de Guardas Nacionais designados e recrutas conduzidos por uma escolta sob o commando do Capitão José Antonio da Silva, bem como que a mesma escolta acompanhão 26 Voluntários da Pátria; tendo V.Exa ordenado que na mesma ocasião seguissem de Barbacena a Juiz de Fora os designados e recrutados nesses pontos existentes do que, e do mais que V.Exa¹⁶⁶.

Também percebemos a movimentação dessas tropas na documentação enviada para a Corte pelo presidente de província de Minas, o que faz destacar aquela região como corredor de passagem dos soldados mineiros. Em uma circular datada de 14 de novembro de 1868, emitida pelo presidente de província de Minas, Domingos de Andrade Figueira, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, o Barão de Muritiba:

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa que tornando-se mais com moda e menos dispendiosas as remessas diretamente para a Corte de Guardas nacionais designados e recrutas pertencentes aos Commandos Superiores dos Municípios da Leopoldina, Muriahé, Pomba, Juiz de Fora, Mar de Hespanha,, Baependy e Christina, Ayrueruca, Itajubá, Barbacena, Pouso Alegre e Jaguary, Villa Formosa, Caldas, Campanha, Passos, Jacuty, Lavras e Três Pontas em 10 do corrente expedi neste sentido ordens aos respectivos Delegados de Policia, e aos Commandantes Superiores determinando a estes que dessem logo conta d'esta Presidência dessas remessas que fizerem a fim de se verificar se as mesmas tiverão lugar no praso designado na circular de 31 de Outubro último constante do incluso impresso¹⁶⁷.

Nove dias depois, em 23 de novembro de 1868, o mesmo presidente Domingos Figueira enviou para o senhor Ministro da Guerra outro ofício¹⁶⁸, alegando que os recrutas marcharam para a Corte conduzidos pelo capitão Luiz Gonzaga. Luiz Candido

¹⁶⁶ Secretaria do Governo Provincial SP-1174. Offícios e Avisos dos Ministérios da Guerra, Marinha e Estrangeiros, emitido em 25 de janeiro de 1867. APM.

¹⁶⁷ Secretaria de Governo Provincial. SP 1277. Relatórios, Offícios e mais actos do Governo sobre a Guerra (1868-1869). Officio emitido pelo presidente de provincial de Minas Gerais, dia 14 de novembro de 1868. APM.

¹⁶⁸ Secretaria de Governo Provincial. SP 1277. Relatórios, Offícios e mais actos do Governo sobre a Guerra (1868-1869). Officio emitido pelo presindete da provincial de Minas Gerais, dia 23 de novembro de 1868. APM.

Gonzaga era o responsável pela condução de recrutas que seguiam da capital Ouro Preto em direção a Corte. Para que houvesse uma melhor condução e aproveitamento logístico da missão, o presidente de província comunicava constantemente com os delegados sobre o comboio, revelando quantos homens marchavam e por quem eram conduzidos. Por sua vez, o presidente de província de Minas relatava ao Ministério da Guerra sobre o envio de recrutas e designados para a corte.

Na documentação avaliada, constatamos que o comandante superior interino da guarda nacional do município de Barbacena e o delegado de polícia do mesmo termo (Juiz de Fora) entregaram ao capitão Luiz Gonzaga, comandante da escolta, diversos indivíduos que eram mantidos presos. Os recrutas presos nos termos localizados na zona da Mata eram destinados diretamente à cidade de Juiz de Fora, para ali esperarem uma escolta para seguirem para a corte.

Essas escoltas muitas vezes aprisionavam os homens como escravos, acorrentando-os, e fazendo-os arrastar até seus destinos. Por tudo isso, a imagem que o recrutamento forçado passava era a pior possível. Esse aspecto negativo imprimia o medo e a reação da população. Conseqüentemente a reação popular aflorava, tendo a deserção como um dos aspectos mais recorrentes. Com a guerra tomando outros rumos que o Império não contava (dificuldades já mencionadas) os indivíduos com seus nomes nas listas ou mesmo já aquartelados, desertavam, sumindo para qualquer canto, chegando ao ponto de algumas localidades ficarem conhecidas como redutos desses homens, como bem aponta um ofício enviado pelo Chefe da Polícia Raymundo Furtado de Albuquerque Cavalcanti para o recém empossado presidente da província, José da Costa Machado de Sousa. Neste relato, o chefe de polícia da província repassa os apelos feitos pela autoridade policial da cidade de Bagagem, em que reclama de um local perto de sua cidade marcado pela criminalidade e pelo descaso com as leis do recrutamento, onde indivíduos se multiplicam na mesma proporção que seus crimes. Declarou Raymundo Furtado Cavalcanti naquela ocasião que:

Participa-me o Delegado da Bagagem que no lugar denominado AgoaSuja, distante d'aquela cidade 4 leguas cresce de dia em dia o numero de criminosos desertores, e guarda nacional designados que para ali afluem de quase todos os pontos da Província, e onde praticão os maiores desacatos. Aquella autoridade reclama providencias no sentido de se restabelecer a ordem em semelhante lugar, capturando-se os delinquentes, o que não pode fazer, por deficiência de força. O que levo ao

conhecimento de V. Exa para que se digne resolver à respeito¹⁶⁹.

O fim de 1867 é marcado por deserções e por uma intensa “caçada humana”, colocando a prova a interação entre as autoridades e estes indivíduos, que buscavam nas leis das Instruções de 1822, nas redes de proteção, ou mesmo nas matas seu alento para não seguir para o campo de batalha. A documentação dos meses finais de 1867 é clara e extensa quanto aos pedidos de escoltas de criminosos e guardas nacionais designados. Estes abandonam suas cidades e espalham-se nas matas provocando revolta das autoridades responsáveis pelo recrutamento. A guerra gerou uma profunda crise social e política nas localidades. A falta de homens aptos a proteger, como os Corpos Policiais e a própria Guarda Nacional estavam diretamente ligadas ao empenho no esforço de guerra.

Além das deserções, outro elemento comum nas estratégias para livrar-se do recrutamento era o pedido de dispensa. De acordo com as fontes pesquisadas, alguns pedidos aparentemente têm suas razões e uma razoável justificativa, contudo, a grande maioria dessa documentação reforça nossa suspeita de seu uso para fugir do serviço de guerra. Dessa maneira, entendemos que o pedido de dispensa corresponde a um ato de resistência à guerra, dificultando a formação de novos contingentes. Aqueles que sentiam no direito de desfazer a ação recrutadora, enviavam seus pedidos para a Presidência da Província ou até mesmo apelavam para a instância imperial, fazendo chegar até a mesa do Ministro da Fazenda, Agricultura, Marinha e Estrangeiros, e do Ministro dos Negócios da Guerra seus suplícios. Isto pode ser notado em um ofício enviado pelo Ministro dos Negócios da Guerra ao Presidente da Província mineira, em 18 de fevereiro de 1867:

Remetto a V. Exa o requerimento e mais papeis que o acompanharão, em que Julia Maria de Jesus, pede baixa do serviço do Exercito para seu filho Antonio Joaquirem da Costa, allegando ser elle o seu único arrimo, e que cuida igualmente da subsistência de suas irmãs menores, a fim de que V. Exa informe a semelhante respeito¹⁷⁰.

O requerimento da suplicante consta seu pedido de baixa do serviço do Exército para seu filho Antônio Joaquim da Costa, por se tratar de ser seu único filho,

¹⁶⁹ Secretaria do Governo Provincial. SP-1193. Ofício e mais papeis dirigidos ao Governo sobre força pública 1867, emitido pela Secretaria de Polícia de Minas Gerais, Ouro Preto, 25 de outubro de 1867.

¹⁷⁰ Secretaria do Governo Provincial SP- 1174. Ofícios e Avisos dos Ministérios da Guerra, Marinha e Estrangeiros. Ministério dos Negócios da Guerra, 18 de fevereiro de 1867. APM.

responsável por cuidar de toda a extensa família. Pobre, incapaz de gerir seu próprio “ganha pão”, Julia de Jesus viu-se desesperada com a retirada de seu filho do seu convívio, uma dor que assolava diversas mães, esposas, irmãs e filhas, na incerteza da volta e na falta que o trabalho do homem faria a sobrevivência das suplicantes.

Muitos outros pedidos, enviados de todas as partes de Minas, muitas vezes apelando para questões partidárias, colocavam as autoridades em uma situação complicada: se por um lado era necessário fazer recrutas, por outro era necessário manter as redes clientelares e políticas. Uma série de documentos revela que o senhor presidente de província gastava um bom tempo administrando essas questões, fundamentais para o funcionamento do governo provincial.

Outro episódio parecido aconteceu em Pouso Alegre quando aquartelaram um homem provocando a revolta de sua esposa. O pedido foi até as mãos do Ministro dos Negócios da Guerra que o repassou à presidência da província de Minas Gerais no dia 4 de maio de 1867:

Remetto a V. Exa o requerimento e mais papeis em que Maria Antonia de Jesus, allegando ter sido violentamente recrutado seu marido José Pereira Bicudo, pelo delegado de policia de Pouso Alegre, pede que seja elle posto em liberdade; afim de que V. Exa informe a semelhante respeito¹⁷¹.

O pedido foi emitido pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, na Repartição do Ajudante Geral, no dia 23 de fevereiro de 1867:

Maria Antonia de Jesus, allegando no prezente requerimento ter sido seu marido José Pereira Bicudo, recrutado violentamente pelo delegado de policia da Cidade de Pouzo Alegre pede que seja elle posto em liberdade. A Suplicante instrue o seu requerimento com a certidão de seu casamento e com uma justificação com que prova ser com effeito cazada com o referido José Pereira, em cuja companhia vivião ella e seus filhos, sendo elle que os sustentava com o produto da sua lavoura. Parece a Secção que estes papeis derem ser remettidos a Prezidencia de Minas Geraes, afim de que ella informe com o que ocorrer acerca da pretensão da Suplicante. Galdino Justiniano da Silva Pimentel. Coronel Chefe da Secção¹⁷².

Estes dois casos evidenciam uma prática muito recorrente no período beligerante. Quando esses indivíduos não conseguiam correr para o mato, esconder

¹⁷¹ Secretaria do Governo Provincial SP- 1174. Ofícios e Avisos dos Ministérios da Guerra, Marinha e Estrangeiros. Secretaria do Governo da Província, 4 de maio de 1867. APM.

¹⁷² Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, na Repartição do Ajudante Geral, no dia 23 de fevereiro de 1867. APM.

pelos cantos, ou movimentar qualquer outra ação para burlar o recrutamento, a última “esperança” era contar com as ligações políticas entre suplicantes e comandantes de modo que sua soltura fosse feita. Além do mais, havia alguma moralidade por parte das autoridades que conduziam a captura de recrutas, que tentavam evitar choques entre a população e os agentes do Império. Maria Antonia de Jesus recorreu à justiça tendo como argumento a lei que regia o recrutamento. Mas como já percebemos as dificuldades impostas “derrubaram” qualquer parágrafo da lei, o que promoveu a tensão e as contradições entre práticas legais e ilegais no preenchimento de tropas.

Os meses de Março, Abril e Maio de 1867 foram marcados pelos inúmeros pedidos de dispensa para o serviço de guerra, e os motivos em sua maioria eram alegações que tentavam comprovar a veracidade do pedido, enfatizando que os suplicantes eram arrimo de família e sustentavam seus dependentes. Além, também, de muitos (neste caso a maioria era Guarda Nacional designado) apresentarem em sua defesa os argumentos das “Instruções do Recrutamento”¹⁷³.

Do Rio de Janeiro não parava de chegar correspondência e pedidos para que os guardas nacionais não abandonassem seus quartéis e não desertassem de seus superiores. Em apelo à Guarda Nacional mineira, o Ministro suplica a necessidade de novos contingentes, apelando ao sentimento patriótico dos homens que compunham a Guarda Nacional:

Necessário ainda é para a defesa da honra nacional fazermos um novo appello a seus brios, e para engrossar as fileiras do Exercito em operações contra o Governo do Paraguay, por Decreto de hoje pede o Governo Imperial oito mil Guardas Nacionaes à Corte, às Capitães das Províncias e Municípios Circunvizinhos. Os Corpos da Guarda Nacional, que em virtude deste novo appello forem designados, devem marchar quanto antes com sua officialidade, tendo a sua testa seus Commandantes Superiores, e por este modo animando os Guardas com o exemplo dos seus Chefes vence-se a repugnância dos mesmos Guardas, acaba-se com o pretexto das isenções e suffoca-se o patronato na sua origem¹⁷⁴.

Todavia, na mesma proporção que os apelos eram feitos, os pedidos de isenção e dispensa também se multiplicavam. Os pedidos de dispensa para o serviço de guerra

¹⁷³ Os documentos acerca do recrutamento, especialmente no fim do ano 1867 nos demonstra essa questão com clareza.

¹⁷⁴ Secretaria do Governo Provincial. SP-1174. Offícios e Avisos dos Ministérios da Guerra, Marinha e Estrangeiros. Ministério dos Negócios da Guerra, em 14 de Março de 1867. APM.

eram enviados para o presidente da província que tinha autoridade legal e legitimidade para abonar a presença dos indivíduos no Exército. Contudo, a necessidade de dispensa, somado aos interesses e influência dessas pessoas que pediam dispensa para seus filhos e maridos, incentivou muitos a fazer valer os laços de lealdade, uma vez que esses homens e mulheres suplicantes remeteram seus pedidos diretamente ao Ministro da Guerra, a instância Imperial que processava essas informações e possuía peso considerável no julgamento dos ditos requerimentos¹⁷⁵. O quadro a seguir demonstra como os pedidos de dispensa ganharam força ao longo da guerra, principalmente dos anos 1867-1868. Para contabilizar esses números da maneira mais precisa utilizamos da seguinte operação: dividimos o número de pedidos feito pelo número de códices analisados em cada ano e chegamos ao seguinte resultado:

TABELA 2

Proporção de pedidos de isenção durante os anos de guerra

Período	Nº de Códices	Nº de pedidos	Proporção/Resultado
1865	12	6	1 pedido a cada 2 códices
1866	18	10	1 pedido a cada 1,8 códice
1867	21	19	1 pedido a cada 1,1 códice
1868	17	11	1 pedido a cada 1,5 códice
1869	16	4	1 pedido a cada 4 códices

Tendo em vista os dados da tabela, percebemos que quanto menor o índice em cada ano, maior o número de pedidos feitos proporcionalmente. Neste sentido, destaca o ano de 1867 como o ano de maior taxa de pedidos feitos. A situação da guerra neste ano, principalmente com as dificuldades enfrentadas no final de 1866, em paralelo à administração do político liberal Saldanha Marinho em Minas, que conduziu sua política em desarmonia completa com os conservadores mineiros, esforçando-se como pode para empreender o recrutamento, tudo isso pode ter contribuído para o aumento do número de isenções.

¹⁷⁵ Secretaria do Governo Provincial SP-1128. Ofícios e avisos dos Ministérios da Fazenda, Agricultura, Marinha e Estrangeiros, 1866. APM.

Chegou-se ao ponto de muitos recrutas aptos aos serviços militares requisitarem avaliações médicas para “emperrarem” a burocracia do recrutamento, ou mesmo forjarem laudos com falsas doenças físicas e mentais. Analisemos o caso de um soldado que pediu para ser inspecionado depois de já ter sido declarado apto:

O soldado do Corpo sob meu commando, José Albano Alves, que assentou praça a 19 de Novembro do anno proximmamente findo, no incluso requerimento que apresento a V. Exa pede para ser inspecionado por uma junta de saúde por não poder continuar no serviço: e informando a V. Exa sobre tal pretensão cabe-me dizer que não o acho no caso de ser attendido, pois que antes de ser praça foi inspecionado pelo Doutor Cyrurgião-Mor e julgado prompto, e além disso já recebeu a prestação concedida pela Lei numero 1:269, e deve ao Corpo a importância do fardamento que se lhe forneceu V. Exa resolverá o que for servido¹⁷⁶.

José Maria de Siqueira Cezar, Tenente Coronel Comandante responsável pelo soldado não deu crédito ao seu pedido, talvez pela obviedade do caso, mas também, quem sabe, por desconfiar de um grande número de pedidos desse tipo, que além de configurar a falta de entusiasmo patriótico e a resistência desses indivíduos ao recrutamento militar, configura também uma estratégia de benefício pessoal. No caso específico, o soldado parecia estar muito mais interessado no soldo para a aquisição do fardamento que se incorporar ao efetivo militar.

Para tentar fazer frente a essas estratégias, as Juntas de Saúde da província de Minas receberam ordens para que não afrouxassem em suas inspeções. Em 27 de Fevereiro de 1866, por ordem do Ministro da Guerra, o presidente da província cumpriu suas determinações exigindo cuidado neste processo, pois ao mesmo tempo que o soldado faria falta na campanha, um soldado doente seria um peso desconfortável, além de ser uma ameaça em potencial, pois poderia espalhar sua enfermidade para todo batalhão¹⁷⁷.

Em um outro caso, o Delegado de polícia de Barbacena solicitou ao presidente de Minas a baixa de um soldado que alegava sofrer distúrbios mentais. O presidente, por sua vez, enviou o pedido para a Corte. Então, o Ministro da Guerra sem maiores informações sobre o suplicante exigiu respostas do presidente da província de Minas em sua correspondência oficial do dia 28 de fevereiro de 1866:

¹⁷⁶ Secretaria do Governo Provincial. SP-1188 Ofícios e mais papeis dirigidos ao corpo policial. Enviado pelo Quartel do Comando do Corpo Policial de Minas em Ouro Preto 14 de janeiro de 1867. APM.

¹⁷⁷ Secretaria do Governo Provincial SP-1127. Ofícios e Avisos dos Ministérios do Império e da Guerra. Ministério dos Negócios da Guerra, 27 de Fevereiro de 1866. APM.

Mande V. Exa inspecionar em Junta de Saúde o soldado desertor Sergio Dias Cardozo, que consta soffrer de alienação mental, segundo V. Exa communicou a este Ministério em officio sob n° 32 de 17 de Fevereiro corrente, ao qual acompanhou o requerimento em que se pede baixa para o mesmo soldado; para que à vista do termo da inspeção possa este Ministério resolver sobre o destino que elle deve ter¹⁷⁸.

Após ser inspecionado pela Junta médica da cidade de Barbacena, os médicos constataram que não se tratava de um louco, pois: “como pode um homem ser considerado louco se trabalha e sustenta a elle, a família e a ainda tem tempo de trabalhar com fazenda pelas bandas de [sic]¹⁷⁹”. Por essas razões fica evidente que os homens daquele período utilizaram de todos os subterfúgios que puderam urdir para não seguir os comboios. Além disso, a tramitação de documentos e o trânsito de informações ilustra a capacidade de funcionamento das redes de influência e de poder, e por isso, são essências para a administração das questões do Império.

A ligação entre o governo imperial e o governo provincial era feita pelos decretos e ofícios, correspondências trocadas que ajustavam e coordenavam os interesses entre os dois pólos de poder. Nos tempos beligerantes, o Ministério dos Negócios da Guerra enviava ordens para todo o Império, organizando assim, as estratégias e as ações de combate. Evidentemente que as determinações dependiam diretamente da vontade política de quem assumia o cargo representativo do poder. Neste sentido, muitas determinações que partiam da Corte, acabavam sendo “transformadas” ou “adaptadas” nas instâncias locais, de modo a manter a ordem ali estabelecida ou de combater elementos que possam desestruturar o “bom viver nas localidades”.

Observamos que o recrutamento militar no Império funcionou muitas vezes como instrumento moderador e de punição aos infratores. Somado a essa idéia, a desconfiança de que a guerra poderia causar danos irreversíveis aos que se arriscam até o fronte também afastava a população da armada. Todavia, no princípio do ano de 1865, o comando e as ordens de recrutamento tiveram efeito satisfatório com relação aos voluntários da guerra, como bem descreve o relatório apresentado para o Presidente da

¹⁷⁸ Secretaria do Governo Provincial SP-1127. Ofícios e Avisos dos Ministérios do Império e da Guerra. Ministério dos Negócios da Guerra, 28 de Fevereiro de 1866. APM.

¹⁷⁹ Ibidem.

Província de Minas¹⁸⁰. Em contrapartida, a situação dos Guardas Nacionais não foi a mesma. Um decreto imperial de 21 de janeiro de 1865 convocou 6 mil Guardas Nacionais para seguirem para Mato Grosso, o que provocou revolta por parte das autoridades imperiais:

Alem do morosissimo processo que a Lei estabelece para este serviço, embaraços de outra ordem começarão desde logo a apparecer. Os trabalhos dos conselhos de qualificação de algumas parochias resentiao-se de graves irregularidades. Fiserao-se designações mui injustas, e dictadas pó espírito de partido. A este mal procurei remediar, autorizando os Comandantes Superiores a substituírem nos conselhos os officiais que desmeressem, por outros que fossem imparciaes, ainda que de differente companhia ou parochia. A situação do Paiz e a urgência do serviço não comportando mais delongas, ordenei ao conselhos de revistas que reformassem os trabalhos dos de qualificação, que fossem irregulares, e por si fizessem a designação. Com esta medida conseguio-se concluir a designação em toda Província. Infelizmente, porém, nas épocas marcadas para a reunião dos guardas, diminuto foi o número dos que comparecerão. (...) não attribuo a repugnancia ao cumprimento de um tão sagrado dever à ignorância ou falta de patriotismo, mas antes aos abusos das designações, ás rivalidades locais e mal entendidas contemplações. Sempre que no meo conhecimento chegarão tão condenaneis desvios, tomava as providências que me facultavão as Leis¹⁸¹.

Dessa forma, o recrutamento militar e sua dinâmica evidencia a tentativa de normatizar e ordenar a sociedade, impondo as determinações legais e os apelos do país para com uma sociedade que ainda vivia com regras bem especificas em suas instancias. Essas regras locais tinham uma forte ligação com as tradições e a cultura do lugar, motivadas por jogo de interesse que envolve o poder político e econômico.

Assim sendo, a análise do recrutamento pode nos oferece um caminho para entender o funcionamento do Estado Brasileiro. O sistema de recrutamento no Brasil, durante a guerra, passava por um “descompasso”, na qual os meios para o recrutamento tornam-se violentos, na medida em que a resistência aumentava. Tal fato, por sua vez, implicou no aumento da violência e dos métodos autoritários do recrutamento. As tragédias e as vitórias militares na campanha alteraram a dinâmica de incorporação de contingentes no esforço de guerra, constituído a priori por relações de proteção e

¹⁸⁰ Relatório apresentado pela Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais no ato da abertura da Sessão Ordinária de 1865 para o Desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, Presidente da Província. Ouro Preto, Typ. do Minas Gerais, 1865, p. 12.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 13.

isenções. Desta forma, a Guerra do Paraguai iniciaria uma fase de tensões e crise na prestação militar, uma vez que abalaria o funcionamento de incorporação de homens, refletindo seus resultados na sociedade em questão, colocando a prova as instituições de poder do Estado Imperial¹⁸².

4.3 Comparação Interprovincial da Contribuição ao Esforço de Guerra

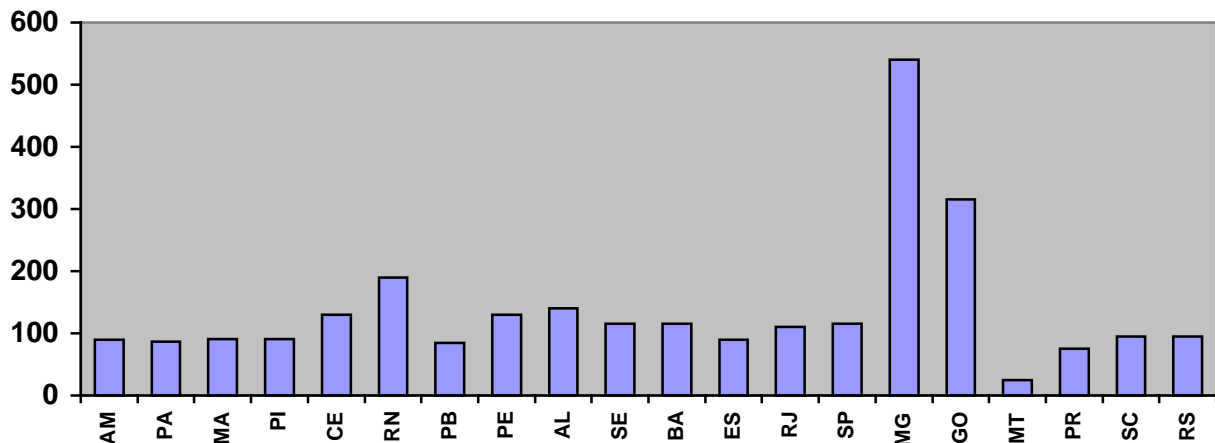
Refletindo sobre esse tema uma questão é permanente: porque a província mais populosa e mais rica do Império teve pouca participação na guerra? Ao analisar a participação percentual dos mineiros que seguiram para a guerra notaremos a característica refratária da província mineira. A diferença apresentada pelo gráfico é grande e entende-la é o objetivo deste trabalho. Segundo os dados dos Anais do Império, utilizados por Fábio Mendes para construir o gráfico, a província de Minas Gerais foi a que menos “ofertou” o soldado, tão valioso nos tempos de guerra. Minas enviou para o combate um recruta para cada mais de 500 habitantes. Enquanto províncias como a mato-grossense e a paraibana destinaram um alto número de homens para a campanha, Minas liderou “vergonhosamente” a lista das províncias sem apelo patriótico.

A província de Mato Grosso tem sua razão por fazer fronteira com o inimigo e tido que lutar contra os invasores paraguaios em seu próprio território. Além do mais, a pouca quantidade de gente nesta província, que naquele tempo tinha difícil acesso, mantendo-se isolada do resto do Império, “empurrou” sua proporção de soldados para ainda mais alto. Para Minas, algumas explicações para essa característica foram dadas ao longo deste estudo. Se pensarmos em questões econômicas, pelo mesmo raciocínio, devemos desconsiderar o desenvolvimento paulista e fluminense, principalmente se pensarmos no crescimento da lavoura de café no Vale do Paraíba. Vale lembrar porém, que a economia mineira seguiu muita gente a terra e fez motivar a resistência com certeza. Mas não podemos desconsiderar outras explicações para compreendermos essa peculiaridade de Minas Gerais. Se pensarmos na população, como fizemos com a província de Mato Grosso, perceberemos que Minas, por ter uma grande população (a maior do Império) proporcionalmente pouco contribuiu no esforço de guerra Minas. Vejamos o gráfico abaixo:

GRÁFICO 1

¹⁸² MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Op.Cit. p.221.

Contribuição ao Esforço de Guerra Total, por Províncias, 1865-1870
(Número de Habitantes por Soldado).¹⁸³



Fonte: *Annaes do Senado do Império do Brazil*. Apud, MENDES.

Em números absolutos Minas teve uma participação dentro da média, porém enviando quantias de recrutas que não condiziam com o seu potencial, decepcionando as aspirações do Império. As províncias do norte do país contribuíram proporcionalmente muito mais que as províncias do sul. Uma explicação para essa diferença poderia ser a questão política, pois, como vimos, muitos pedidos de isenção e de dispensa saíam das localidades provinciais e seguiam diretamente para a mesa do ministro da Guerra, que tinha o poder de deferi-las ou não. E se pensarmos nas redes clientelares que coligavam politicamente as pessoas, as províncias mais representativas politicamente saíam na frente quanto à clemência de não participar do martírio do conflito. Contudo, não temos capacidade de mensurar os limites destas justificativas. Somente com a ampliação da pesquisa sobre o que poderemos ter explicações menos hipotéticas e mais contundentes.

De acordo com Mendes: “As províncias do Sul, e muito especialmente a província de Minas Gerais, seriam duramente acusadas de falta de patriotismo pelos parlamentares do Norte”¹⁸⁴. O “descaso” e a resistência por parte das províncias do sul pode ser entendido pelas questões administrativas de cada localidade. Como já falado, o Estado imperial dependia de formas indiretas de governança, especialmente de liturgias dos notáveis locais. As bases morais e materiais dessa administração impuseram uma série de indisponibilidades à ação governamental, promovendo a prática local do recrutamento. Essas ações criaram um complexo jogo em que se combinaram

¹⁸³ Ibidem. p. 248.

¹⁸⁴ Ibidem. p. 247

estratégias do poder central, dos notáveis locais e dos prováveis recrutas imersos em redes de proteção.

Essa lógica apresentada relacionava-se com as indisponibilidades para fins militares das diferentes regiões do país, o que indica os diferentes níveis de penetração do aparelho imperial no território. Neste sentido, o esforço de guerra se realizou com enormes diferenças regionais. Em Minas, este aparelho administrativo existia e funcionava de acordo com a lei e com as conveniências dos juristas e autoridades. A ineficiência de instaurar mecanismos de controle imprimiu um determinado tipo de funcionamento nas instâncias locais: “o rigor da lei para meus inimigos”, e as “suas brechas” para os protegidos.

Minas Gerais, no período entre 1865-1870, foi a província que menos contribuiu proporcionalmente ao esforço de guerra. Esse fato realmente contradizia com os anseios do Império que, imediatamente, impôs aos diferentes presidentes da província mineira aumentar, por quaisquer que sejam as circunstâncias, o recrutamento militar e a incorporação de indivíduos nas fileiras do exército imperial. A pouca representatividade de Minas na guerra contra a República do Paraguai pode ser evidenciada pelas variadas formas de resistência e evasão ao recrutamento que aqui analisamos.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como proposta estudar o recrutamento militar durante a guerra do Paraguai, tendo como referência a província de Minas Gerais. O estudo do recrutamento militar nos proporciona a compreensão do funcionamento da sociedade brasileira e das esferas de poder, bem como a relação entre centro e periferia (governo imperial e poderes locais) naqueles tempos. A análise do recrutamento nos oferece um caminho para entender o funcionamento do estado brasileiro e de estudar os valores que norteiam os homens dentro do aparelho do estado.

A guerra do Paraguai, sem dúvida, marcou de maneira decisiva a História do Brasil e dos países que dela participaram. No caso brasileiro, a guerra representou uma nova realidade que influenciou toda sociedade. A representatividade da guerra fez surgir o sentimento de Pátria, aguçado pela atitude de mobilização do governo imperial. Nunca na história do Brasil houve um momento de “revolta patriótica” contra o inimigo estrangeiro, assim como aconteceu de dezembro de 1864 a março de 1870.

O confronto contra a República do Paraguai que parecia ser breve arrastou-se até 1870, exigindo grande esforço por parte do governo imperial. A situação delicada e emergencial da guerra contra os paraguaios “desarticulou” as redes de proteção pessoal (clientelismo) estabelecidas desde o século XVIII. Tal fato contribuiu para que se estabelecesse uma crise na prestação do serviço militar, agravada ainda mais pela resistência e pelas dificuldades de imposição do poder central nas instâncias periféricas (interior/locais).

Terminado a guerra, metade do território paraguaio foi tomado pelas forças aliadas. A maioria da população foi dizimada, restando em maior parte velhos, crianças e mulheres. A mortalidade masculina teria atingido cerca de 99%¹⁸⁵. No Brasil, esses números não tiveram grandes índices, todavia, muitos homens perderam suas vidas em terras paraguaias, nos acampamentos e no caminho para o teatro de guerra. Além de serem atacados pelo exército republicano do Paraguai, muitos indivíduos eram vitimados pela fome, frio (principalmente os soldados do norte e nordeste que não estavam acostumados com o clima gélido) e pelas enfermidades, potencialmente mais poderosas pelas péssimas condições de higiene e de saúde.

A mobilização para a guerra designou 139 mil homens para a campanha de um total de pouco mais de 9 milhões de habitantes, cerca de 1,5 % da população do Império brasileiro. O número certo de mortos é tema de intensa discussão. A história militar indica 33 mil perdas fatais, enquanto um estudo feito pelo visconde de Ouro Preto, baseado nas memórias, cartas dos combatentes e nas notícias dos jornais da época apresentou mais de 50 mil mortos¹⁸⁶.

Pode-se afirmar que a guerra do Paraguai mudou o Brasil. Um tema havia sido “debatido”: a capacidade do estado em mobilizar sua gente. A guerra inseriu uma nova instituição de poder no Brasil imperial: o exército nacional. A participação do exército

¹⁸⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Op.Cit. p.456.

¹⁸⁶Ibidem. pp. 460-461.

nas diretrizes da guerra, sua habilidade de organização e sua representação frente à sociedade, foram fatores que contribuíram para o destacamento dessa instituição militar no período pós-guerra. A história nos informa que tal instituição marcou decisivamente os caminhos do Brasil, tanto na proclamação da República, quanto na tentativa de construção do Estado Nacional Brasileiro¹⁸⁷.

A partir da guerra contra o Paraguai, e de seus desdobramentos, verificamos que o Império, movido pelo “imediatismo” da guerra, criou novas modalidades de incorporação militar, incluindo os pobres livres nas fileiras do exército, a guarda nacional e libertos. Observamos também as tensões e contradições do recrutamento movidas pela crise na dinâmica da incorporação de indivíduos aos serviços de guerra.

Após a análise do funcionamento do recrutamento no Brasil oitocentista, e mais precisamente durante a guerra, voltamos nossa pesquisa para a província de Minas, no intuito de compreender suas peculiaridades. Nesse sentido, identificamos algumas relações que podem explicar por que Minas foi uma das províncias mais refratária ao recrutamento (como demonstrou a comparação interprovincial da contribuição ao esforço de guerra).

A crise do recrutamento esteve diretamente ligada às condições de guerra e suas consequências no cotidiano das localidades. A falta de recrutas e soldados “forçou” o governo a aumentar o empenho das autoridades recrutadoras na tentativa de incorporar o máximo de indivíduos possível. Em Minas, a reação patriótica provocou o alistamento de voluntários por meio da comissão patriótica formada em diversas paróquias. Os agentes recrutadores, auxiliados pelo corpo policial, tinham por função aquartelar os recrutas, enviando-os para a capital da província (Ouro Preto), ou diretamente para a corte ou Uberaba (ponto de apoio das tropas que combatiam na fronteira oeste – Mato Grosso).

A movimentação das autoridades e o empenho dos presidentes de província para o apelo da nação promoveram uma mobilização relativamente rápida de soldados. A contribuição dos mineiros nos primeiros momentos da guerra foi feita em sua maioria de voluntários. Contudo, como vimos, a reação patriótica e a euforia de defender o Império foram se desfazendo em função das péssimas notícias que vinham do campo de batalha e das precárias condições que os soldados enfrentavam¹⁸⁸.

¹⁸⁷ Ibidem. p.56.

¹⁸⁸ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Op.Cit. pp. 111-130.

Em Minas, as notícias cruzavam as alterosas, percorriam sertões, matas e fazendas¹⁸⁹. Essas notícias muitas vezes reafirmavam o já recorrente pensamento dos habitantes de que a guerra, apesar de necessária, não era prioridade nas suas “listas de atribuições”, em comparação, por exemplo, às províncias gaúchas e mato-grossenses, que tinham o conflito como a principal atividade, uma vez que a guerra acontecia em seus territórios.

As notícias que eram publicadas em Minas geraram desconfiança e medo nos indivíduos aptos a deixarem suas famílias para atender o chamado da Pátria. Em destaque, o jornal conservador “Constitucional” do dia 13 de outubro de 1866 publicou as seguintes notícias:

O nosso exercito no rio da Prata acaba de soffrer uma derrota a mais funesta. Treze mil brasileiros cairão em frente de Curupaity feridos pelas bala paraguayas. Era o segundo combate que íamos offerecer ao inimigo em uma guerra que tem durado mais de uma anno! Cinco mil soldados do exercito alliado morrerão, o resto recuou: e Curupaity continua em poder de Lopes! O exercito brasileiro soffreu uma derrota e foi vencido pelo selvagem do paraguay. E isto é apenas o prodromo de maiores desgraças e misérias...Depois de um acampamento criminosamente prolongado nos brejos do Estero-Bellaco, onde a peste aniquilou uma parte considerável das hostes brasileiras, são estas ainda dizimadas sem vantagens alguma pela metralha inimiga! Perto de trinta mil brasileiros tem succumbido a bala, a fome a peste nesta guerra cruenta, victimas da inépcia, da imprevidência e mesmo do crime de um governo corrupto a quem um destino injusto entregou a sorte do Brazil! Lopes, o selvagem do Paraguay, tem em toda esta contenda mostrando mais previdência mais actividade, mais zelo do que o governo que se diz illustrado e patriótico deuma nação civilisada. Temos despendido quantias fabulosas, rios de sangue brasileiro temos feito correr, assim como definhar a agricultura, paralyzar o commercio...e tudo isto para que, meu Deus?¹⁹⁰

Esse era o tipo de informação que os mineiros liam. A incisiva crítica ao governo feita pelo jornal, somada à brutalidade do recrutamento resultava em um

¹⁸⁹ Essas notícias repercutiram por meio da documentação oficial emitidas e recebidas pelas autoridades provinciais, também pelos jornais da época pela sua circulação pela província. Neste período jornais como o “Liberal de Minas”, o “Constitucional” e o “Diário de Minas” eram os jornais mais importantes da capital mineira.

¹⁹⁰ “Constitucional”. Notação: JM-1239948. Edição: 9. Data: 13/10/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

consenso de que servir aos apelos do Império não poderia ser algo bom, valoroso. As notícias negativas sobre o conflito apareceram em maior número no ano de 1866, quando a guerra se fez em maior intensidade na fronteira sul. Antes, em 1865, a guerra não se mostrou tão dispendiosa e terrível, e por isso, entendemos o entusiasmo dos voluntários. Mas então, como entendemos a característica refratária de Minas?

Minas era a província mais populosa, produtiva e rica do Império. A mineração praticada desde o século XVIII trouxe desenvolvimento econômico e social, “capacitando” a província mineira a promover uma estrutura favorável ao progresso e ao crescimento econômico. Durante a guerra (1865-1870), a mineração já não era predominante, dando espaço a outras atividades que se desenvolviam plenamente. Assim, como vimos na análise econômica no capítulo 1, Minas passava por um desenvolvimento agrícola e agropecuário, diversificando sua produção.

Minas possuía grande potencial agrícola e agropecuário, boa representatividade política no cenário nacional e estável economia interna. Por ser uma província central, perto da corte e com ela ter um bom trânsito, seja econômico ou político, Minas gozou de uma posição privilegiada tanto geograficamente quanto no momento de retomada de suas atividades econômicas quando escoava sua produção para as províncias vizinhas, mantendo os elos de boa convivência tão necessários naqueles tempos. Por tudo isso, acreditamos que Minas foi um universo particular diante da ação recrutadora durante a Guerra do Paraguai. Além do mais, “Minas era muitas”, a vastidão do território permitiu a fuga de muitos homens. O jeito que o mineiro levava a vida, a terra em que o mineiro vivia e sua relação com os agentes recrutadores podem ser resumidas no conteúdo de um relatório do presidente de província José da Costa Machado de Souza em 1867:

As suas condições topographicas, os costumes de seus habitantes, os meios fáceis de viver, a generalidade de possuidores de fortuna, limitada, mas sufficiente para a manutenção, a sobriedade notável deste povo, bastam para fazer comprehender quanto lhe é custoso abandonar seus lares, a sahi para longe, sempre com maior, ou menor prejuízo, de fortuna e de futuro. As dificuldades que se observam em Minas para coagir ao serviço militar seriam iguaes em todas as províncias, se todas offerecessem ao seus habitantes os mesmos recursos, e se todas fossem centraes, como ella, e, tivessem tão vasto território, tanta fertilidade, e tantas vantagens naturaes. Assim, pois, o pouco de Minas equivale ao muito de outras províncias, onde, para muita gente, a profissão militar é um meio de vida, em falta absoluta de outro. Apezar destas tãis excepçionaes condições, somme-se o que Minas tem dado officialmente, com o que ella tem

ocorrido sem a mínima ostentação, e nada haverá que notar contra seus brios¹⁹¹.

José da Costa Machado de Souza, ao descrever as condições naturais de Minas, seu posicionamento estratégico (central), seu aspecto desenvolvimentista, destacando a facilidade para se viver e produzir na província, revela o cotidiano dos mineiros e sua despreocupação com os assuntos de guerra. Como “culpar” os mineiros se onde eles moravam havia progresso e um jeito fácil de viver? Como julgá-los de “sem patriotismo” se Minas possuía características únicas que dificultavam a ação recrutadora? Mesmo com a participação na guerra representando garantias financeiras e um bom soldo, os mineiros preferiram trabalhar em suas terras, lucrando com suas lavouras e lojas, longe das péssimas condições dos serviços e castigos militares, salvos das incertezas do jogo mortífero das batalhas e das humilhações vexaminosas de ser um recruta.

¹⁹¹ Relatório do Presidente da Província de Minas, José da Costa Machado de Souza em 1867 (pp. 26-27)
In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u265/000024.html>.

FONTES

Avisos dos Ministérios da Guerra, Marinha e Extrangeiro 1867. APM.

Avisos dos Ministérios da Guerra, Marinha e Extrangeiro 1868. APM.

Correspondências Recebidas da Força Pública – Exército e Marinha. 1865. APM.

Correspondências Recebidas da Secretaria do Governo ou da Presidência – Polícia. 1865. APM.

Correspondências dos Encarregados do Recrutamento (Juizes de Paz, comandante da Guarda Nacional, Delegado e Subdelegado) do período correspondente a Guerra do Paraguai. APM.

Instruções de 1822. APM.

Seção Provincial. Presidente da Província. 1/24 caixa 77. 23/06/1865. APM.

Força pública Exército-Marinha PP1/15 cx 75. APM.

Guarda Nacional PP1/16 cx. 166. APM.

Secretaria do Governo Provincial. SP-1188. Ofícios e mais papeis dirigidos ao corpo policial. APM.

Secretaria de Governo provincial. SP-1159. Ofícios e mais papeis dirigidos ao governo sobre presos pobres, 1866. APM.

Secretaria de Governo Provincial. SP-1206. Ofícios e mais papeis dirigidos ao Governo sobre presos pobres, 1867. APM.

Secretaria do Governo Provincial. SP-1127. Ofícios e Avisos dos Ministérios do Império e da Guerra. APM.

Secretaria do Governo Provincial. SP-1173 Ofícios e Avisos dos Ministérios do Império e da Guerra 1867. APM.

Secretaria do Governo Provincial. SP-1169 Relatórios, Ofícios e mais actos do Governo sobre o recrutamento. 1866-1869. APM.

Secretaria de Governo Provincial. SP-1277 Relatórios, Ofícios e mais actos do Governo sobre a Guerra. 1868-1869. APM.

Secretaria do Governo Provincial. SP-1128. Ofícios e avisos dos Ministérios da Fazenda, Agricultura, Marinha e Estrangeiros, 1866. APM.

Secretaria do Governo Provincial. SP-1174. Ofícios e Avisos dos Ministérios da Guerra, Marinha e Estrangeiros, 1867. APM.

Ofícios e mais papeis dirigidos ao Governo acerca de Policia. SP-1187. APM.

Ofícios e mais papeis dirigidos ao Governo sobre a força pública. SP- 1145, Novembro-Dezembro de 1866. APM.

Secretaria do Governo-Provincial Officios e mais papeis dirigidos ao Governo sobre força pública. Maio – Julho 1867. APM.

Secretaria do Governo Provincial. SP-1193 Officios e mais papeis dirigidos ao Governo sobre força pública (setembro-dezembro) 1867.APM.

Secretaria do Governo Provincial. SP-1255. Officios e mais papeis dirigidos ao Governo sobre Força Pública (Janeiro-Abril) 1868. APM.

Jornal o “Constitucional” retirado do site do APM:

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php?query=&ordenar=10&asc_desc=10&titulo=201&dtini2=&action=showall&andor=AND&start=0

“Constitucional”. Notação: JM-1239881. Edição: 1. Data: 18/08/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239942. Edição: 3. Data: 01/09/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239943. Edição: 4. Data: 08/09/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239945. Edição: 6. Data: 22/09/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239946. Edição: 7. Data: 29/09/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239947. Edição: 8. Data: 06/10/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239948. Edição: 9. Data: 13/10/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239949. Edição: 10. Data: 20/10/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239953. Edição: 14. Data: 17/11/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239956. Edição: 17. Data: 07/12/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239959. Edição: 20. Data: 18/08/1866. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239964. Edição: 25. Data: 16/02/1867. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239966. Edição: 26. Data: 26/02/1867. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239968. Edição: 28. Data: 11/03/1867. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239973. Edição: 33. Data: 13/04/1867. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239975. Edição: 35. Data: 27/04/1867. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239976. Edição: 36. Data: 04/05/1867. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239978. Edição: 38. Data: 18/05/1867. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239983. Edição: 43. Data: 22/06/1867. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

“Constitucional”. Notação: JM-1239984. Edição: 44. Data: 28/06/1867. Localidade: OURO PRETO. Filme: 055. APM.

Fontes disponíveis no site da Universidade de Chicago (Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais no período entre 1865-1869):

<http://www.nd.edu/~kic/brazil/brazil11.htm>

<http://www//brazil.crl.edu/bsd/bsb/nartness/paraguay.htm>

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo. Editora Ática. 1989.

ARGUELLO, Ana Maria. *El rol de los Esclavos: negros en el Paraguay*. Asunción, Edição do autor, 1988.

BANDEIRA, L. Moniz. *O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata- Argentina, Uruguai e Paraguai: da colonização a Guerra da Tríplice Aliança*. São Paulo: Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

BEATTIE, Peter M. *Transforming Enlisted Army Service in Brazil, 1864-1940: Penal Servitude Versus Conscriptio and Changing Conceptions of Honour , Race and Nation*. Coral Gables(Florida), University of Miami. 1994.

_____. "The House, the Street and the Barracs: Reform and Honorable Masculine Space in Brazil, 1864-1945." *The Hispanic American Historical Review*. vol. 76, n. 3/439-474. 1996.

BETHELL, Leslie. "A Guerra do Paraguai: História e Historiografia." In: Marques, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *A Guerra do Paraguai 130 Anos Depois*. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 1995.

_____. "Cronologia da Guerra." In: Marques, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *A Guerra do Paraguai 130 Anos Depois*. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 1995.

BERNARDES, Denis. *Um Império entre Repúblicas - Brasil, século XIX*. São Paulo, Global Editora, 1983.

BONANATE, Luigi. *A Guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: Um Estudo sobre Cultura e Ação Política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1995.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: Lavradores Pobres na Crise do Trabalho Escravo*. São Paulo, Brasiliense. 1987.

_____. "Beyond Masters and Slaves: Subsistence Agriculture as Survival Strategy in Brazil During the Second Half of the XIXth Century." *Hispanic American Historical Review*. vol. 68, nº 3/461-490. 1988.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo, Editora Nacional, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política Imperial*. São Paulo: Editora revista dos tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988.

_____. *A construção da ordem: a elite política Imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. Cadernos DCP. Nº 1/113-188. 1974.

_____. *A formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CHIVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

_____. *Os Voluntários da Pátria (e outros mitos)*. São Paulo: Global, 1982.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo, Editora Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.

DORATIOTO, Francisco Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *O conflito com o Paraguai. A grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática. 1996.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

FLORY, Thomas. *El Juez de Paz y el Jurado en el Brasil Imperial*. México, Fondo de Cultura Económica. 1986.

FRAGOSO, João L. Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. v 1- 5. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1956.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens na Ordem Escravocrata*. 3ª Edição. Editora Kairós. São Paulo. 1983.

FORREST, Alan. *Conscripts and Deserters: The Army and French Society during the Revolution and Empire*. New York, Oxford University Press. 1989.

GOUVEIA, de Maria de Fátima. *O Império das Províncias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1997.

IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

_____. *Resistência ao Recrutamento para o Exército durante as Guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na Década de 1860*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.

KRAAY, Hendrik. "Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil". *The Americas*, v.55, n.1, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1974.

LEVI, Margareth. *Consent, Dissent, and Patriotism*. Cambridge, Cambridge University Press. 1977.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense. 1988.

_____. "Proto-Industrialization in a Slave Society: The Case of Minas Gerais." *Journal of Latin American Studies*. vol. 23, n. 1/1-35. 1991.

MARCO, Miguel Angel de. *La guerra del Paraguay*. 1ª Ed. Buenos Aires. Planeta, 2003.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org). *A Guerra do Paraguai 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990.

MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II (1831-1889)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

MCBETH, Michael. *The Politicians versus Generals: The Decline of the Brazilian Army During the First Empire*. PhD Diss., University of Washinton. Mimeo. 1972.

MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de Sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Tese de Doutorado em Ciências Política, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). 1997.

_____. “A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro” In: *Revista de Ciências Sociais*. 13 (38), 1998.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1998.

MEZNAR, Joan E. “The Ranks of the Poor: Military Service and Social Differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875.” *Hispanic American Historical Review*. vol. 72, nº. 3/335-351. 1992.

PAIVA, Clodilde de. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Tese de Doutorado. USP, 1996.

PALACIOS, Guillermo. “Campeinato e Escravidão: Uma Proposta de Periodização para a História dos Cultivadores Pobres Livres no Nordeste Oriental do Brasil: 1700-1875.” *Dados*. vol. 30, nº. 3/325-358. 1987.

_____. *A “Guerra dos Marinbondos”: Uma Revolta Camponesa no Brasil Escravista (Pernambuco, 1851-1852)*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ. Mimeo. 1989.

PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800*. Cambridge, Cambridge University Press. 1992.

PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

POMER, Leon. *A guerra do Paraguai- a grande tragédia rio platense*. SP: Global, 1981.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. *Guerra do Paraguai. Memórias e Imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “A Guerra do Paraguai: Lição para os Conflitos Contemporâneos.” *Dados*. , vol. 30, nº. 3/311-324. 1987.

Senra, Nelson de Castro. *História Das Estatísticas Brasileira: Estatísticas Desejadas (1822-c.1889)*, volume 1. IBGE. Rio de Janeiro. 2006.

SCHULZ, Jonh. *O Exército e a Política: Origem da Intervenção Militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SILVA, Eduardo. “O Príncipe Obá, Um Voluntário da Pátria.” In: Marques, Maria

Eduarda Castro Magalhães (org.). *A Guerra do Paraguai 130 Anos Depois*. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 1995.

SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel. A Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte. Os Escravos Brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro, Mauad/Adesa. 1996.

TAUNAY, A d'Escragnolle. *A Retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TILLY, Charles. *Coertion, Capital and European States, AD990-1992*. Cambridge, Blackwell. 1992.

THOMPSON, E. P. "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII". In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial. A Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX*. São Paulo, Difel. 1978.

VAINFAS, Ronaldo. (dir.) *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antônio Manuel. *As redes clientelares*. In: Hespanha, Antônio Manuel (org.) *História de Portugal. O Antigo Regime* Lisboa: Estampa, 1993.